

Narrativas Transatlânticas de
mulheres negras



Beatriz Nascimento

Narrativas Transatlânticas de
mulheres negras

EDITORA
DIÁLOGOS
INSUBMISSOS


FUNDAÇÃO
FIOISA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI



REABRIR NASCIMENTO:
ESCOLA DE ATIVISMO
E FORMAÇÃO POLÍTICA
PARA MULHERES NEGRAS



Odara
INSTITUTO DE POLÍTICA NEGRA



Editora Responsável	Dayse Sacramento
Organizadoras	Alane Reis, Naiara Leite, Silene A.Franco, Valdecir Nascimento
Tradução	Michele Santos Barbosa
Acompanhamento Editorial	Ayala Tude, Manoela Barbosa e Dayse Sacramento
Preparação de Texto	Luana Souza
Revisão Gráfica	Luana Souza
Projeto Gráfico	Taine Gonçalves
Diagramação	Polianna Silva, Taine Gonçalves e Maria Mariana
Coordenação de Comunicação - Odara Instituto da Mulher Negra	Alane Reis
Produção Executiva	Técia Santos
Realização	Fundação Rosa Luxemburgo e Odara - Instituto da Mulher Negra
Direção Fundação Rosa Luxemburgo	Torge Loeding
Coordenação Executiva - Odara Instituto da Mulher Negra	Naiara Leite
Coordenação Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras - Beatriz Nascimento	Silene Arcanja Franco
Conteúdo, Metodologia e Idealização	Naiara Leite, Silene A. Franco, Valdecir Nascimento
Coordenadora de Projetos Fundação Rosa Luxemburgo	Christiane Gomes
Autoras	Alane Reis; Ângela Figueiredo; Ana Cristina Santos; Janice Nicolin; Juscélia Bispo; Karine Damasceno; Larissa Santiago; Lídia Rafaela Santos; Luciana Brito; Luciana Silveira; Maísa Vale; Naiara Leite; Rívia de Jesus; Rita Santa Rita; Silvana Bispo; Valdecir Nascimento; Vanessa Cerqueira; Zelinda Barros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Beatriz
Narrativas transatlânticas de mulheres negras /
Beatriz Nascimento. -- 1. ed. -- Salvador, BA :
Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

ISBN 978-65-997246-2-6

1. Ciências sociais 2. Mulheres negras 3. Mulheres
negras - Atividade política 4. Mulheres negras na
literatura 5. Narrativas escritas I. Título.

22-104923

CDD-305.42

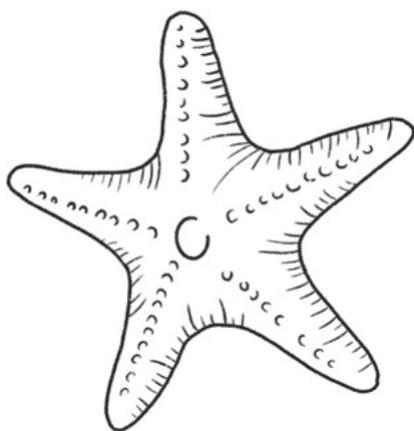
Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Aspectos sociais : Sociologia
305.42

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva de XXX (parceiro/autor/a) e não representa necessariamente a posição da FRL.

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de "Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas" (BY-NC-ND)" (saiba mais aqui).





Agradecimentos

É tempo de honrar e agradecer a nossa ancestralidade por chegarmos até aqui. Muitas têm sido as lutas travadas pela população negra nesse grande Atlântico.

Agradecemos às nossas parceiras de vida, reflexão, luta e travessia que nos presentearam com tantas escritas e histórias importantes para seguirmos forjando os caminhos de liberdade, rebeldia e autonomia das mulheres negras.

Também deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos à equipe do Instituto Odara, responsável pela Escola de Formação Política para as Mulheres Negras - Beatriz Nascimento, à editora Diálogos Insubmissos e à Fundação Rosa Luxemburgo, que em sinergia potente conosco, idealizamos, concebemos, editamos e apresentamos ao mundo essa importante publicação.

Para cada mulher negra, boa leitura e excelente encontro com o pensamento vivo e atual de Beatriz Nascimento e de todas as insurgentes aqui presentes.

SUMÁRIO



Prefácio 11

Apresentação 17

Parte I 20

Olhares insurgentes de mulheres negras sobre a formação e o ativismo político: A Escola Beatriz Nascimento e o Pensamento das Mulheres Negras

Um breve relato da Insubmissão de Valdecir Nascimento.

Ângela Figueredo; Valdecir Pereira Nascimento 21

“A MILITÂNCIA É MINHA EXISTÊNCIA”:
Escrita, (Re) existências e trajetórias de mulheres negras na construção de um projeto político de sociedade.

Silvana Santos Bispo 33

Mulheres negras e educação:
Insurgências pedagógicas e práticas insubmissas para a descolonização do conhecimento

Angela Figueredo 49

Escola Beatriz Nascimento:
Espaço seguro para o fortalecimento de vozes de mulheres negras (Um relato de experiência)

Rívia de Jesus Santos 65

**Projeto Político das Mulheres Negras:
Pensando o bem viver**

Rosa Marques; Valdecir Nascimento 79

Parte II90

**Aprendendo com quem veio antes: experi-
ências e trajetórias de mulheres negras em
processos organizativos**

**História de organização de mulheres
negras:**

Uma proposta de formação emancipatória.

Luciana da Cruz Brito 91

**Organização das Mulheres Negras a
Contemporaneidade:**

vivendo o cotidiano do movimento de mulheres negras a
partir da I Marcha de Mulheres Negras à Brasília

Maísa Vale 109

**Memória e trajetória de organização das
Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexu-
ais negras**

Ana Cristina Conceição Santos127

GRUMAP Quarentando:

quatro décadas de ativismo de mulheres negras trilhados
pela arte, educação e pés no chão do território negro

Rita Santa Rita Pereira; Juscélia Bispo Pereira; Luciana Silveira; Karine Damasceno
.....147



AQUILOMB'ART:

A resistência feminina Cabuleira

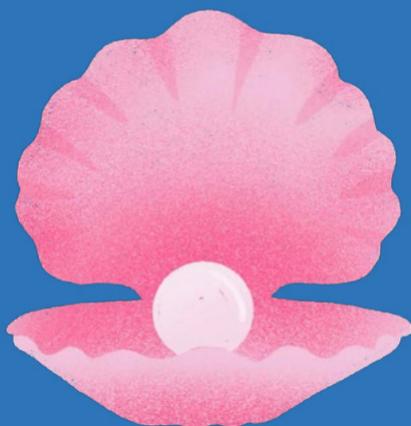
Janice de Sena Nicolin; Vanessa Cerqueira **161**

Caminhos de Abundância:

**As Economias Popular e Solidária e sua importância no
fomento da sustentabilidade nas organizações sociais**

Lídia Rafaela Barbosa dos Santos **177**





Parte III 192

**Comunicação e Incidência Política de
Mulheres Negras.**

PRO MUNDO FICAR ODARA:

Comunicação e Incidência política a partir do Programa
de Comunicação do Odara – Instituto da Mulher Negra

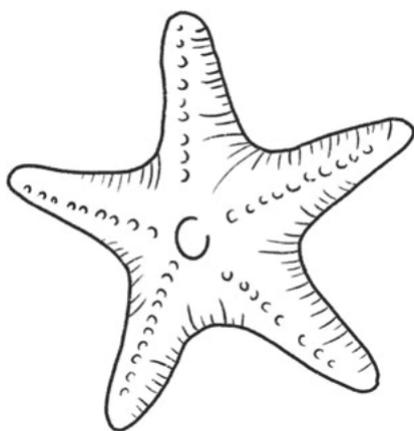
Alane Reis; Naiara Leite **193**

**Ativismo Feminista Negro em tempos de imersão tecno-
lógica digital e capitalismo de vigilância**

Zelinda Barros **221**

Tecnore resistências de Mulheres Negras

Larissa Santiago **235**



Prefácio

A modernidade/colonialidade, ordem social imposta violentamente sobre nosso continente, implicou o estabelecimento de hierarquias raciais, sociais, de sexo, de sexualidade, de geopolítica, de nacionalidade, etc., que se mantêm até hoje em dia. Nossos povos, negros/afro e indígenas, ao longo da história do continente, têm sido considerados não racionais, não suficientemente humanos, sem saberes, considerados “os outros” de acordo com uma perspectiva euronorcêntrica.

A partir dessa visão do mundo, os conhecimentos produzidos por nossos povos, e dentro deles, os das mulheres, têm sido negados como produção intelectual, o que tem permitido aos grupos dominantes e às elites, o controle e o domínio, segundo as premissas de um saber que se tem assumido como “científico” supostamente objetivo, neutro, e deslocalizado. A isto, a partir do giro decolonial, tem sido chamado colonialidade do saber.

Apesar desse processo violento, desde o mesmo momento que se iniciou a colonização, as resistências desses povos têm sido constantes. Não só conseguiram acabar com sistemas de produção tão violentos como a escravidão e o sistema colonial, como também permitiram recuperar outras ontologias que questionaram a superioridade ocidental e a arrogância eurocêntrica, propondo outras maneiras de organizar a sociedade, de construir e reconstruir os laços comunitários, de recuperar práticas e saberes para a construção de outras histórias e outras memórias que visibilizem essas resistências que propõem outras visões de mundos.

A publicação que temos em nossas mãos é um exemplo dessa resistência histórica. Seus marcos interpretativos se constroem a partir de distintas vozes e experiências de mulheres negras brasileiras, que dão



conta de pontos de vistas situados a partir de uma posição dialógica entre pensamento e ativismo, cujo projeto político é alcançar a justiça social, não só para as mulheres negras, mas como disse Frantz Fanon, para todxs xs condenadxs da terra.

A maioria das autoras escreve a partir da experiência, como fonte vital de conhecimento e a partir daí constroem teorias, conceitos e análises de suas vidas, de suas construções políticas, dos coletivos aos quais pertencem e das propostas que sugerem.

Esse esforço coletivo de produção intelectual enfrenta o epistemicídio a que nós, mulheres negras, temos sido submetidas por parte das academias, dos estados, dos meios de comunicação, entre outras instituições coloniais, que não reconheceram a produção de conhecimentos de mulheres racializadas, por não terem sido consideradas como sujeitxs do conhecimento.

Cada artigo que constitui este livro é mais uma das formas de construir nossas próprias memórias de como temos enfrentado os múltiplos sistemas de opressão que nos têm afetado, pois criam registros de nossas lutas, de marcos, de experiências, de análises e de propostas diversas.

Um fio condutor dos artigos, e entre artigos, é a ancestralidade como legado, que coloca no centro o reconhecimento de rainhas africanas como a rainha Nzinga, Nzaambi, Zeferina e Nicácia, passando pelas lutas e os saberes de mães e avós, as contribuições de Néia Daniel, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Valdecir Nascimento e tantas outras, para a construção de um pensamento particular de mulheres e feministas negras, como parte de uma longa memória que constitui uma importante referência para outras mulheres negras de outros países. Nessas produções, além disso, se evidencia que os pensamentos e as ações das mulheres negras nunca foram individuais. Embora várias autorias se apresentem individualmente, estão conectadas a processos



coletivos, uma estratégia política que tem permitido criar comunidade, como fonte inesgotável de nosso posicionamento no mundo enfrentando o individualismo liberal colonial.

Todas as experiências, as análises, as propostas que se apresentam neste trabalho são, em si mesmas, questionadoras da colonialidade do poder, do saber, do ser na medida em que ressignificam os discursos dominantes, desconstróem o cânone individualista e ocidental, construindo um eu, que, ao mesmo tempo, é um nós, tal como herdamos da ética e da filosofia sul-africana Ubuntu: Eu sou porque nós somos.

Nessa construção do que somos, encontramos nos processos da Escola Beatriz Nascimento, as estratégias pedagógicas antirracistas e antissexistas, as experiências, a partir da arte, as economias solidárias, as memórias e a construção de organizações de mulheres, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais negras, as maneiras em que a comunicação e a tecnologia se tornam ferramentas fundamentais para o ativismo feminista negro, etc. Todas as formas descolonizadoras de sistematizar experiências, de criar epistemologia negra, de construir movimento social e projetos de libertação para o Bem Viver, que tem permitido marcos tão importantes nos últimos tempos como o Julho das Pretas e a Marcha de Mulheres Negras, realizada em Brasília, em 2015, e seus processos prévios de mobilização e formação, em diferentes estados do Brasil.

Em um Brasil cheio de branquitude, que segue sustentando a democracia racial como mito nacional, que o fascismo fundamentalista depredador mostra hoje sua pior face, são as negras, os negros, os povos indígenas, a população periférica e popular, quem questionam e enfrentam os efeitos materiais, ideológicos e discursivos desse mito, denunciando o racismo, o (hetero)sexismo, as políticas neoliberais, a desapropriação e o extrativismo, e, ao mesmo tempo, criando e gerando coletivos e formas cimarronas e quilombolas para enfrentar esses terríveis níveis de violência. Esta



produção é outra maneira de fazê-lo.

Para mim, como feminista decolonial afro-caribenha, o movimento de mulheres negras/afro-brasileiras, é uma referência fundamental. Tenho sido nutrida por suas lutas, seus pensamentos, suas práticas políticas. Cada vez mais me surpreendem positivamente as propostas que acolhem o feminismo decolonial como parte dos fundamentos políticos e teóricos, os quais aparecem em muitos dos artigos aqui apresentados.

Na maioria dos textos que compõem este livro, há uma compreensão sobre como os sistemas de opressão nasceram no mesmo processo colonial e continuaram até os dias de hoje. São apresentadas propostas não só baseadas na política identitária, que, embora tenha sido fundamental para reivindicar nossa existência, nossas subjetividades, e formar coalizões importantes, há análise de dinâmicas estruturais e sistêmicas que dá para entender como funciona a matriz de opressão do poder racista, sexista, classista (hetero)sexista... que se apresentam de forma imbricada nas mulheres negras.

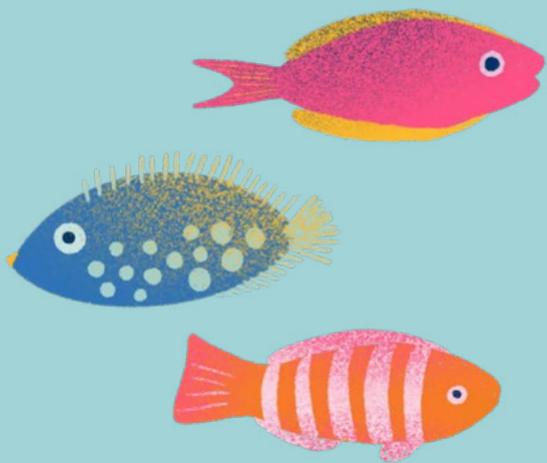
Uma dívida que temos pendente é a tradução. Os mesmos processos coloniais separaram nossos povos não só em territórios, mas também na comunicação. É necessário traduzir nossas produções do português ao castelhano e do castelhano ao português para nos alimentar com nossos pensamentos, lutas, ações políticas e construir aprendizagens múltiplas e diaspóricas.

Axé para todas as autoras e organizadoras desta bela publicação.

Ochy Curiel Pichardo

Tradução: Michele Santos Barbosa







Apresentação

As mulheres negras não são o problema. Nós somos a solução do Brasil. Somos o único grupo humano capaz de olhar as mais complexas estruturas. Somos o grupo que tem resistido às opressões produzidas pelo racismo, sexismo e pelo poder concentrado na mão dos brancos que tentam nos subalternizar, principalmente, no Nordeste, mas a gente é “cavalo do cão” e reinventa a ordem.

Valdecir Nascimento (2018)

Naiara Leite e Valdecir Nascimento

A leitura das mulheres negras sobre o cenário do racismo diz muita coisa sobre o que somos, de onde viemos, dos caminhos percorridos e, como afirmou Valdecir Nascimento, na epígrafe acima, de onde olhamos o mundo. Por isso, é com muita honra que apresentamos a primeira publicação da Beatriz Nascimento: Escola de Ativismo e Formação Política para as Mulheres Negras, concebida e idealizada a partir dos anseios, reflexões e pensamentos esperançosos sobre o futuro das mulheres negras, pelo Odara - Instituto da Mulher Negra.

Nossas escritas contribuem para a disputa e o rompimento com o ciclo de apagamento da memória de um legado de resistência ancestral e histórica, assim como, visibiliza a potência e a profundidade das reflexões ignoradas aos ouvidos do mundo, mas que, para nós, mulheres negras, é o alicerce da existência na resistência e o de confronto à morte.

Este livro simboliza nosso agradecimento à todas as mulheres negras que nos antecederam durante toda a história dessa longa travessia transatlântica; é o compartilhamento de sonhos com as mulheres negras que dividem conosco este espaço e tempo; é o anúncio para as jovens e mulheres negras que vêm e vão chegar sobre as encruzilhadas que temos caminhado e que



ainda vamos percorrer na luta pela liberdade, autonomia e na construção de uma sociedade centrada no Ebo das pretas, que é o Bem Viver.

Aqui, vamos conversar, trocar, aprender e fortalecer as palavras, pensamentos, desafios presentes nas narrativas, memórias, histórias e no hoje das guerreiras negras de torço estampado, amefricanas, transatlânticas, decoloniais, revolucionárias e insurgentes que vêm disputando a construção de um mundo radicalmente possível, humano, feliz e ousado para nós, mulheres negras.

Este livro fala de ancestralidade, irmandade, generosidade, poder e resistências, baseadas na cosmovisão de mundo concebida na diáspora negra, latinoamericana e nordestina. Uma produção referenciada na força de Beatriz **Nascimento**, negra, ativista, intelectual e nordestina. Traz as vozes, produção e pensamento de mulheres negras intelectuais da rua, das suas comunidades, dos seus becos, dos seus quilombos, das feiras, das universidades e desse outro grande território chamado Nordeste.

É o anúncio dessas vozes que reafirma todos dias, na arena do combate ao racismo, ao sexismo e de todas as formas de opressão, que somos corpas negras diversas no mundo e que não viveremos o Bem Viver sem nossas estranhezas, diferenças de ver, estar e olhar mundo. É a afirmação de que a nossa maior radicalidade é o acolhimento da nossa diversidade de ser e existir mulher negra.

Em movimentos sintonizados, percebemos que a epígrafe de Valdecir **Nascimento** - negra, lésbica, nordestina - que abre esta apresentação, nos convida a potencializar nossos pontos de vista e campos de luta a partir dos nossos contextos. Estamos falando das histórias das mulheres negras nas travessias do Atlântico, que nos colocam sujeitas com histórias, pertencimentos e lugares diferenciados. Até aqui muita luta foi travada.

E, diante de tantos desafios, reafirmamos que a conquista do Bem Viver será protagonizada por elas, as pretas, que tecem cotidianamente outras formas de



estar no mundo. Produzem e compartilham seus conhecimentos, experiências, pesquisas, descobertas e segredos com as jovens, meninas, mulheres, trans, yas, que vão conduzir a nação brasileira, para o rompimento de sistemas violentos e subalternizantes, difundindo o movimento contra o desamor, contra o ódio, o descaso. Nessa caminhada, venceremos com a recuperação de nossas humanidades.

Nesse sentido, entregamos esta publicação com a finalidade de somar às demais produções que têm alimentado e retroalimentado reflexões importantes sobre a história de participação política das mulheres negras, desde que pisaram nesta terra hostil, racista, violenta. Romper o silêncio e visibilizar o ponto de vista, as percepções, o pensamento e as estratégias de sobrevivência, dessas incansáveis estrelas além do tempo sobre o impacto da intersecção perversa do racismo, sexismo e lesbitransfobia, nas suas vidas e de todo o povo preto no Brasil.





PARTE I

**Olhares insurgentes de mulheres negras
sobre a formação e o ativismo político:
A Escola Beatriz Nascimento e o
Pensamento das Mulheres Negras**



Um breve relato da insubmissão de Valdecir Pereira do Nascimento¹

Angela Figueiredo² e
Valdecir Pereira do Nascimento³

Eu gostaria de começar dizendo da minha imensa satisfação em escrever este texto. Há muito tempo insistido sobre as omissões de diversos nomes na construção das narrativas consolidadas sobre os movimentos negros no Brasil. Muitas vezes, na história que se tornou oficial, apagamos a contribuição de mulheres e homens negros que, a duras penas, construíram a história dos movimentos negros que mudaram os rumos de nossas vidas. Do mesmo modo, acho oportuno contribuir para a inserção e a inscrição de mais mulheres negras na nossa história, rompendo, assim, com o que Barbara **Smith** (1982) afirma ser a marca de uma representação coletiva em que todas as mulheres são brancas e que todos os negros são homens.

Coube a mim a prazerosa tarefa de escrever com, ao invés de/ sobre, como propõe a perspectiva decolonial, a biografia da minha amiga e grande ativista Valdecir Pereira do **Nascimento**. Val, como carinhosamente todas nós a chamamos, é uma feminista negra, lésbica, criativa, curiosa, militante radical e



1 Uma primeira versão deste texto foi originalmente publicada na Revista de História Comparada (UFRJ) v. 14, p. 6, 2020.

2 Professora e pesquisadora da UFRB, PPGNEIM e POSAFRO/UFBA, coordenadora do Coletivo Angela Davis e integrante do Fórum Marielle.

3 Idealizadora e fundadora do Odara – Instituto da Mulher Negra. Historiadora pela UFBA e Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia.



aguerrida, que alia sua luta prática a um pensamento crítico sagaz, típico das grandes pensadoras. Valdecir é muito corajosa, não tem medo de dizer o que pensa em qualquer circunstância e para quem quer que seja, como diria minha mãe. Suas análises de conjuntura política são aulas para ninguém botar defeito, pois aliam a experiência de quem nasceu nas palafitas do Uruguai, em 31 de outubro de 1959, um bairro pobre e negro da periferia de Salvador, e a luta pela sobrevivência material e simbólica. Valdecir é a quarta dos cinco filhos de Maria José **Chagas Pedreira** e Manuel Hermenegildo do **Nascimento**.

Valdecir sempre recorda do cotidiano familiar, no qual as reflexões e debates em torno do racismo eram relativamente comuns, diante de um contexto histórico em que a ideologia da mestiçagem era muito forte. Sua mãe, negra de pele clara, nascida em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo da Bahia, ao chegar a Salvador, começou a namorar e depois viver uma união estável com o seu pai, um homem negro retinto, de candomblé, ferreiro, ativista do movimento comunista e perseguido no Golpe de 64, o que gerou conflitos raciais na família de sua mãe. Esse é um dado importante para compreender como, desde muito cedo, o racismo impactou a vida de Valdecir. Ela conta que seus pais sempre problematizaram junto a ela e a seus irmãos a questão do racismo e a necessidade de reagir frente a situações de subjugação e de inferioridade.

Valdecir estudou no Colégio Estadual Luís Tarquínio e completou o ensino médio no Colégio João Florêncio Gomes, ambos na Cidade Baixa. As vivências educacionais de Val aguçaram a sua percepção de que algo errado existia na relação entre professor/a e estudantes negros/as. Suas experiências foram traumáticas, por um longo tempo não ouviu uma palavra de incentivo, apoio ou narrativas positivas para impulsionar o seu processo de aprendizado. Ela experimentou na escola, cotidianamente, o reforço à subalternidade e à negação, além de constantes constrangimentos e medidas corretivas a cada reação e insubordinação, mas Valdecir resistiu. Graduada em História pela Uni-



versidade Federal da Bahia (UFBA/1996), fez Mestrado em Educação na Universidade Estadual da Bahia (UNEB/2007) e tem 40 anos de militância no Movimento Negro Unificado - MNU, pois iniciou sua trajetória política aos 20 anos de idade e nunca mais parou. Val, em sua experiência, analisa e recorda as ações do MNU ao longo de todos esses anos, já que é parte constitutiva desse movimento.

Durante a época da ditadura militar, a participação nas pastorais da Igreja Católica era uma forma de driblar o autoritarismo do regime, na construção de estratégias de emancipação e fortalecimento da consciência crítica e da solidariedade entre os pobres e os oprimidos. Valdecir considera que a sua passagem pela Igreja Católica foi o primeiro passo para a militância política. O grupo de jovens do qual participava atuou com afinco na problematização da pobreza, das desigualdades, contra a marginalização da população negra e pobre, e ainda contra a introdução do comércio de drogas nas comunidades. Tudo isso foi possível, porque atuavam numa igreja comandada por jesuítas comprometidos com a teologia da libertação, que usavam o teatro e a música para converter e conscientizar os congregados. Esses jovens encenaram *Deus Negro*, de Neimar de Barros, nos anos de 1980, e a partir disso foi solicitada à Igreja a autorização para a formação de um grupo de jovens negros católicos, mas a instituição rejeitou; de todo modo, essa mobilização foi importante e funcionou como um dos embriões para a constituição da Pastoral Negra. Inclusive, a sua entrada no MNU foi através do padre Clovis Cabral, exatamente um padre filho de uma mãe de Santo.

O encontro de Valdecir com o MNU potencializou a sua perspectiva radical, pois bastou participar de apenas uma reunião desta organização para que ela voltasse para casa, passasse em uma barbearia e cortasse todo o seu cabelo alisado. “Não era possível mais carregar essa marca da opressão”⁴, revela Valdecir. A conexão entre a experiência de vida de Valdecir e a concepção ideológica defendida pelo MNU se complementaram numa perspectiva revolucionária de

mudança da sua expectativa de vida e visão de mundo. Valdecir destaca que os primeiros enfrentamentos internos foram em função das atitudes machistas e autoritárias dos homens do MNU em relação às mulheres negras, também ativistas. A partir desse momento, cria-se o Grupo de Mulheres do MNU (GM/1981).

Com a criação do GM do MNU⁵, Valdecir afirma que houve um diálogo contínuo e complexo com Lélia **Gonzalez** sobre a necessidade da luta por autonomia das mulheres negras, pois identificou-se que a articulação perversa entre racismo e sexismo se constituía como o ponto nevrálgico do movimento negro⁶ e do movimento feminista branco. A história de Valdecir, nesse sentido, expressa o que Angela **Davis** (2018) observou sobre uma pergunta recorrente quando o feminismo negro surgiu, se isso se construiria como uma ruptura com o movimento negro, ao que Angela responde, mencionando que a questão está errada, pois o objetivo não é romper, mas reconsiderar, destruindo o machismo dentro do movimento negro.

É no MNU que Valdecir vai construir e conformatar a perspectiva das comunidades negras rurais, hoje identificadas como comunidades quilombolas, possibilitando uma incidência qualificada na Constituição de 1988. Gostaria de destacar que, em Brasília, ocorreu, nesse período, a Convenção dos Negros e a Constituinte, espaço que produziu um conjunto de reivindicações para o enfrentamento ao racismo, em busca da garantia de direitos para a população negra. Uma das estratégias de incidência da Convenção foi encabeçada pelas mulheres negras do MNU, que entregaram uma carta às parlamentares brasileiras, reivindicando direitos para a população negra, em particular, para as mulheres negras. Do mesmo modo, as mulheres ne-



4 Sobre as questões relacionadas ao cabelo e a identidade ver **Figueiredo e Cruz** (2016) **Lopes** (2017).

5 Sobre o MNU, ver **Silvana Bispo** (2011).

6 Sobre o movimento de mulheres negras, ver **Claudia Pons** (2012) e **Angela Figueiredo** (2018).



gras do MNU exigiram o direito de que as mães pudessem registrar seus filhos sem a presença dos pais.

As articulações nacionais e internacionais do MNU possibilitaram a Valdecir viajar e conhecer diferentes regiões do Brasil e outros países, ampliando a sua consciência crítica sobre o entendimento e a importância das mulheres negras no mundo. Em 1991, ao lado de Jurema **Batista**, Lélia **Gonzalez** e Luiza **Bairros**, foi construído o I Encontro Nacional de Mulheres do MNU, com o objetivo de afirmar o papel político das mulheres negras na transformação da nação. É através do MNU que Valdecir vai para a República Dominicana, protestar contra a celebração oficial dos 500 anos de colonização das Américas e forjar coletivamente o 25 de Julho – Dia da Mulher Afro-Latino-Americana, Afro-Caribenha e da Diáspora.

A partir do fortalecimento das mulheres negras, Valdecir participou, em Itapecerica da Serra, do Seminário sobre Mulheres Negras e Demografia, a fim de identificar a situação das mulheres negras no debate sobre população e desenvolvimento para apresentar denúncias na Conferência de Cairo, em 1994. Lá, foi produzida a Carta das Mulheres Negras de Itapecerica da Serra, com a finalidade de apontar o processo de esterilização em massa das mulheres negras e denunciar o genocídio brasileiro da população negra. Vale destacar também que todo esse acúmulo contribuiu para a construção do II Seminário Nacional de Mulheres Negras, ocorrido na Bahia, com o protagonismo dos nove estados da região Nordeste para a construção da participação das mulheres negras rumo à Conferência de Beijing (1995).

Apesar do engajamento das mulheres negras do Nordeste em todo o processo de mobilização e aprofundamento da situação das mulheres negras no Brasil, as representações nas conferências internacionais do Cairo, Beijing e Durban nunca foram asseguradas para as mulheres negras do Nordeste. Valdecir destaca que não teve a presença das nordestinas organizadas em nenhum desses processos, mesmo com toda a ação que as mulheres negras do Nordeste



vinham construindo juntas.

O pensamento de Valdecir é insubmisso e inovador, ela tece críticas precisas ao modelo de exclusão racial impetrado pelo Estado brasileiro ao longo de mais de 500 anos, pois se perpetua até os dias atuais. Aqui, é importante destacar o caráter estrutural e sistêmico do racismo, na perspectiva analítica de Valdecir, que não poupa críticas ao modo como a esquerda branca rejeita a participação política negra, particularmente, a participação feminina negra nos quadros majoritários. Vale observar a inexistência de estratégias de reconhecimento de lideranças negras nos partidos de esquerda deste país, mais que essa constatação, as narrativas veiculadas e escolhidas intencionalmente pela esquerda branca sobre a conquista da democracia ou do atual sistema de governo, sempre invisibilizou a participação e o protagonismo dos/as ativistas negros/as. De modo enfático, ela assegura: “Basta olhar os resultados da última eleição para averiguar os meus argumentos”. Valdecir é empírica, na maioria das vezes, sua fala está respaldada em evidências incontestáveis.

Sua luta no combate às desigualdades raciais a levou a assumir diversos cargos: foi Coordenadora Executiva do Programa de Profissionalização de Jovens e Adolescentes Negros (CEAFRO), do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA/1995); foi Diretora de Igualdade Racial da Secretaria da Mulher de Lauro de Freitas (BA/2005); Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos programas inovadores de curso (2005) – fazendo acompanhamento e monitoramento de pré-vestibular para negros e indígenas na Bahia; Consultora do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Brasil (PCRI/2006); Superintendente de Políticas para as Mulheres na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI/2008-2010); Professora Substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/2009-2010); e Notório Saber do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR/2012-2014).

No movimento de mulheres negras, Valdecir



tem construído importantes agendas para o fortalecimento das mulheres negras no Brasil e na região Nordeste⁷. Atualmente, é Coordenadora Executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); compõe a Secretaria Executiva do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR); e é Coordenadora no Brasil da Red de Mujeres Afrolatino-americanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Em 2013, foi uma das organizadoras do livro *Bullying não, isto é racismo*, pela editora Mazza.

É fundadora e coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Odara – Instituto da Mulher Negra, onde assumiu o desafio e a tarefa de articular e organizar as mulheres negras com base na autonomia, emancipação e liberdade. Valdecir considera que esses são princípios que provocam estranhamentos por parte de muitos grupos, mas afirma que: “Subalternos e subalternas não se rebelam”. Por isso, o poderoso Julho das Pretas surge, tendo como mentora Valdecir, como uma estratégia de incidência política e articulação das mulheres negras no Nordeste e na região Amazônica, com a finalidade de afirmar para o Brasil quem fará a revolução negra nesse país. Iniciado em julho de 2013, o Julho das Pretas foi pensado como uma estratégia para ampliar e dar visibilidade às ações comemorativas do dia 25 de julho. Atualmente, ele é formado por tantas ações que chega a invadir o mês de agosto.

Valdecir foi uma das mais importantes articuladoras da histórica e inesquecível Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver⁸, ocorrida em 18 de novembro de 2015, quando aproximadamente 35 mil mulheres marcharam em Brasília – esta foi a maior marcha contra o racismo desde a de Zumbi, em 1995 – com palavras de denúncia contra os desmandos do governo, a violência policial, a falta de acesso à saúde, à educação e ao trabalho,



7 Sobre a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, ver Lessa (2020).

8 Sobre a Marcha das Mulheres negras, ver Figueiredo (2018)

enfim, foi denunciada a não existência das mínimas condições de sobrevivência da população negra e a urgência de um novo projeto civilizatório para a sociedade brasileira, visto que somos 25% dessa população, 50,5 milhões de mulheres negras, ou seja, um quarto da população nacional que está à margem desse modelo econômico, político e social excludente.

Em agosto de 2019, no contexto das ações promovidas pela Escola Internacional Feminista Negra Decolonial – UFRB, em Cachoeira –, foi lançado o Selo Valdecir Nascimento, com o objetivo de reconhecer as iniciativas de pesquisas e publicações que abordam os aspectos das desigualdades raciais e de gênero. Uma homenagem mais do que merecida a esta Guerreira.

Valdecir acredita no sonho e luta por liberdade e autonomia para as mulheres negras. Val é potência!



REFERÊNCIAS

BISPO, Silvana. de. **Feminismo em debate: reflexões sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

FIGUEIREDO, Angela; CRUZ, Cintia. **Beleza negra: representação sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras**. Cruz das Almas, UFRB e Fino Trato, Belo Horizonte, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. **A marcha das mulheres negras reclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder**. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GRÓSFUGUEL, Ramon (Orgs.). **Descolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018, v.1, p. 203-223.

FIGUEIREDO, Angela. **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira**. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 1080-1099, 2018.

LESSA, Luciana Falcão. **O que o racismo fez com você? Processos de resistência e descolonização da rede de mulheres negras da Bahia**. 2020. 257f. mimeo, Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020

LOPES, Deilza Araujo. **Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador/BA**. Salvador: POSAFRO/UFBA, 2017. 161 f. Mimeo.

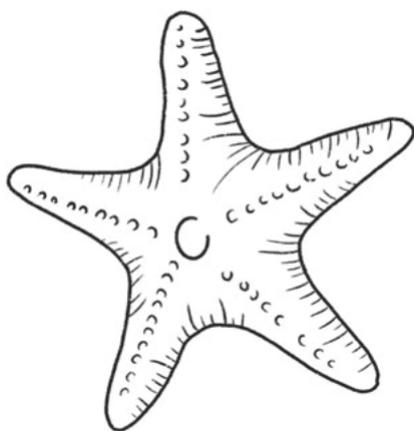
PONS, Claudia. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.



SMITH, Barbara. 1982. Racism and women's studies. In: All the women are White, all the black are men but some of us are brave. Edited By HULL. Gloria T, SCOTT, Patricia Bell and SMITH, Barbara. New York, Feminist Press, 1982.







“A MILITÂNCIA É MINHA EXISTÊNCIA”¹: ESCRITA, (RE)EXISTÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO DE SOCIEDADE

Silvana Santos Bispo

Sabendo que existe um espaço de luta, a chamada luta étnica, que é o espaço da gente, quer dizer, botar para fora o que nós somos, de uma maneira como nós sabemos impor, não precisa jogo de cintura, nem malandragem, quem faz isso são as pessoas que exercitam a sua cabeça assim, mas nós não precisamos disso. Nós podemos entrar forte nessa sociedade porque ela não tem meios eficazes para destruir nossa capacidade de ser humano.

Beatriz Nascimento.



1 Frase da ativista Valdecir Nascimento em entrevista realizada por mim em 30 de setembro de 2010, com duração de uma hora e trinta e dois minutos, na Avenida Sete de Setembro, na sede do SEBRAE, região central de Salvador.

2 Colaboradora da segunda turma da escola de ativismo político para mulheres negras, Beatriz Nascimento, fui responsável pela condução do módulo 2 - *Pensamento de Mulheres Negras Contemporâneas*. A escola Beatriz Nascimento integra o Odara: Instituto da Mulher Negra. Doutoranda e Mestra pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM. Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora da Rede Estadual da Educação - SEC/BA. Contato: negrassil@hotmail.com.br



A proposta deste artigo é discorrer sobre as trajetórias de mulheres negras e sua importância histórica para continuidade da luta e da construção de um projeto efetivo de sociedade. Falo em continuidade, pois o lugar de coadjuvantes não nos pertence e/ou nunca nos pertenceu. Refletir sobre o presente tema é localizar uma luta histórica empreendida por tais sujeitas³ políticas em tempos e lugares diferenciados. Nesse sentido, é imperativo o constante registro das potencialidades construídas por nós mulheres negras em nossas diversidades, visto que o apagamento epistêmico, simbólico e físico são dimensões impostas pelas experiências com o racismo, a misoginia, o sexismo, o classismo, a sexualidade hegemônica compulsória, bem como com as diversas outras estruturas de opressões que buscam nos subalternizar.

Nessa perspectiva, acredito que um processo importante de nossa (re)existência seja o ato da escrita, o registro de nossas falas e memórias como dimensão constitutiva de nossas trajetórias. Isso sem perder de vista a importância histórica e ancestral da oralidade para as populações das diásporas negras. Colocarmo-nos na escrita é um processo de (re)condução na produção do conhecimento. O ato de escrever é para nós uma atitude estratégica de insubmissão, postura crítica, política, de posicionalidade e é também decolonial. Ademais, essa conformação de neutralidade empreendida pelo academicismo é inexistente, pois, quando falamos, o fazemos a partir de um lugar, seja ele político, social, identitário, da racialidade, da sexualidade, das relações de gênero, da territorialidade, da classe e outros. E isso afeta diretamente nosso processo de escrita, bem como a construção do próprio saber. Assim, a importância da escrita como um ato político, a qual é realizada por pessoas que experimentam e vivenciam processos múltiplos de apagamento histórico e opressões tal como demonstra Grada Kilomba:



3 Faço uso do termo *sujeita* no feminino, seguindo o que aponta Angela Figueiredo (2020), na perspectiva de politizar, feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros nesse novo milênio.



(...) enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade de minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (...) escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/o “validado/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou se quer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Nesse sentido, por meio do ativismo que venho estudando, pesquisando, escrevendo e orientando os trabalhos sobre mulheres negras, feminismo negro brasileiro, em especial o baiano, relações étnico-raciais, educação e diversidade, noto como é sintomática a dificuldade que muitas pessoas negras têm de se colocarem no texto, de falar em primeira pessoa, de expor suas vivências/experiências como um método analítico importante. Tal situação não é um mero acaso, pois essa condição tem como sustentação o imaginário colonialista imposto a nós na produção do saber, na suposta ideia de objetividade, na elaboração e condução do conhecimento. Transcorrem também aspectos como neutralidade, racionalidade, imparcialidade como esferas hierárquicas na produção do conhecimento, do fazer ciência, buscando, assim, afastar todo e qualquer saber que não esteja dentro dessas caracterizações, sendo que as mesmas são irreais.

Diante disso, como você se coloca e/ou se apresenta na escrita diz muito sobre você. Para nós, mulheres negras, o nosso método de análise, profundamente potente, parte de nossas vivências, de nossas experiências políticas, de nossas estratégias de luta e organização. De tal forma, me apresento. Filha de uma trabalhadora doméstica, minha mãe foi o primeiro feminismo negro que vi de perto. Cresci ouvindo o ecoar de suas frases, “*filha minha não vai para casa de branco*”, “*filha minha não vai depender de homem, vai estudar*”. E, felizmente, assim foi feito. Minha mãe foi minha primeira formação política e é a partir dela que me construo. Hoje, como mãe de uma menina de três



anos, entendo que a ancestralidade, a representatividade e como nos colocamos numa sociedade racista, sexista e discriminatória, como a nossa, impõe nosso exercício cotidiano de insubordinação. A educação no meu processo formativo sempre foi pautada como relevante como condição de transformação social. É a partir desse lugar que me faço, desfaço, refaço. A educação pública me possibilitou horizontes, bem como os movimentos sociais negros nos quais atuo desde a adolescência. É a partir desse lugar que me inscrevo no mundo e, este lugar é representativo da memória ancestral construída pelas mulheres que vieram antes de mim, que pavimentaram meu processo de existência e (re)existência.

Mulheres Negras em Pluralidades: escrita, insubordinação e trajetória política

*É tempo de falarmos de nós mesmos não como contribuintes nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação.
Beatriz Nascimento.*

Não podemos refletir sobre as trajetórias históricas de mulheres negras na construção de um projeto de sociedade sem entender a importância de nossas estratégias de análises. Possibilidades de saber que são construídas historicamente dentro das religiões de matriz africana, nos blocos afros e afoxés, em rodas de capoeira, nas irmandades negras, nos quilombos rurais e urbanos, nas organizações de mulheres negras existentes em todo território nacional, nas associações de bairro, nas organizações não governamentais, nos coletivos, em associações culturais, nas escolas de samba, etc.

Observar esses espaços forjados em lutas empreendidas pelas pessoas negras, em especial as mulheres, conduz pensar a potencialidade política, cul-

tural, social, simbólica e histórica dessa coletividade formadora de pertencimentos e saberes ancestrais. Essas experiências não podem de forma alguma ser compreendidas como menor, a-histórico, a-científico, pois compreendemos a relação de poder e estruturas racistas, misóginas, sexistas, LGBTQIA+fóbicas envolvidas nas intersecções de tais opressões. Desse modo, é importante pensar que, por exemplo, (...) “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Nesse ínterim, conduzo minhas indagações, refletindo sob a ótica de alguns questionamentos necessários para nosso debate. Qual o lugar que ocupamos historicamente no imaginário da sociedade como mulheres negras? Quais as estratégias de organização política contemporâneas são empreendidas pelas mesmas? Quais pessoas são entendidas como possuidoras de conhecimento? Tais respostas vêm sendo desenvolvidas por ativistas e intelectuais negras das mais variadas áreas e atuação política, as quais têm se debruçado para transgredir a produção de uma episteme eurocentrada, androcêntrica, brancocêntrica e que se pensa hegemônica das relações humanas.

Pensar as estratégias de organização realizadas por nós mulheres negras, é articular um pensamento que vai ao encontro com nossas vivências, as quais são historicamente marcadas pelas (re)existências, trajetórias de lutas diversas, insubordinações e diversidades. E, de fato, são essas condições que nos constroem enquanto sujeitas de direitos e responsáveis pela construção de um projeto efetivo de sociedade. Não somos meras colaboradoras de um projeto de nação como a historiografia – dita – tradicional constante e insistentemente nos localizou. Juntamente com os povos originários, em suas diferenciações e pertencimentos, forjamos este país, que cotidianamente busca nos negar, apagar e subalternizar através de suas violações e violências.



Contra-pondo-nos a esse ideal colonial, avançamos, conduzindo e produzindo politicamente diversas frentes de luta. Nesse contexto, localizamos o projeto político empreendido pela Escola Beatriz Nascimento⁴, como uma das bases de fortalecimento de nossas lutas, que tem como um dos focos de atuação a condução do ativismo e a formação política para mulheres negras em suas diferenciações – geracionais, territoriais, de sexualidades, e outros, – erguendo um projeto político de nação ainda em construção, tendo, a partir do bem viver, da representatividade, da contestação e do ativismo, eixos importantes para nossa organização.

Falo em projeto de nação ainda em construção, pois não podemos nos iludir nesse projeto de sociedade brasileira que aí está. País que se pensa democrático, inclusivo e totalizante, é herdeiro de um processo de colonização compulsória, violenta e excludente, ao qual atingiu e ainda ressoa suas práticas discriminatórias e de exclusão aos povos originários e nas populações de origem africana. Especialmente, quando observamos todo processo de violências nas variadas esferas de nosso cotidiano, do desrespeito, da subjugação e do descrédito aos quais as artimanhas do racismo brasileiro ainda nos submetem.

Pensando na condução da luta contra as opressões correlatas que vivenciamos, questiono: que democracia é essa que encarcera um contingente absurdo de pessoas negras? Que democracia é essa que assiste passivamente o extermínio da juventude negra? Que democracia é essa que discrimina e assassina sumariamente as pessoas LGBTQIA+? Cabe apenas a nós problematizá-la, questioná-la e denunciá-la! Diante disso, cabe ainda questionar: como falar em democracia plena com índices alarmantes de femini-



⁴ Escola de ativismo político para mulheres negras criada em 2020 pelo Odara: Instituto da Mulher Negra. A escola tem por objetivo contribuir para o fortalecimento político e organizacional de grupos, coletivos e de mulheres negras cis e trans.



cídios, nos quais as mulheres negras são as principais vítimas? Que nação é essa a qual um percentual populacional grandioso não tem acesso qualificado à saúde, segurança, educação, habitação, lazer, segurança alimentar e saneamento básico?

Essas violações e violências recaem também na produção do conhecimento, quando nos são negados e invisibilizados o direito de registro de nossas próprias falas, experiências, trajetórias e escrita de si. De modo que, quando pensamos na perspectiva do epistemicídio⁵, no dispositivo da racialidade (CARNEIRO, 2005) e nas relações de poder interseccionadas nessas condições históricas, acabamos por observar como diversas estratégias de apagamento foram historicamente construídas e conduziram irrealidades em torno de nossas existências como pessoas negras nas diásporas africanas. Assim, as estratégias criadas para diminuir, desacreditar, invisibilizar, estereotipar e apagar nossos saberes, nossos conhecimentos ancestrais, os valores civilizatórios africanos, afro-diaspóricos e afro-brasileiros são ações históricas empreendidas estrategicamente dentro desse projeto político de nação brasileira, o qual deve ser cotidianamente questionado, para que, de fato, possamos vivê-lo de forma plena, real e plural.

Desse modo, é no mínimo violento como o racismo epistêmico, por exemplo, invisibiliza nomes importantes, como o de Maria Beatriz Nascimento, da historiografia nacional e da construção da memória social. Ativista, intelectual, pesquisadora, roteirista, professora, poeta, Beatriz Nascimento é portadora de reflexões ímpar sobre a sociedade brasileira. Pensadora de dimensões analíticas como corpo-território,



5 Epistemicídio é uma noção trabalhada por Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio, segundo Sueli Carneiro (2005) se constituiu e se constitui num instrumento dos mais eficazes e duradouros à dominação étnica/racial, para a negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente de seus membros enquanto sujeito do conhecimento.



corpo-mapa, quilombo como pertencimento, como espaço de localização política, física e espiritual de pessoas negras – o aquilombamento, ela é inovadora em suas abordagens teóricas. Como uma intelectual da transatlânticidade, ela pensou o Brasil profundamente. Ela estabeleceu reflexões importantes em torno da situação das populações negras brasileiras, e ainda denunciou as condições estereotipadas e romantizadas como a historiografia nacional registrou a história das populações negras.

Meu primeiro contato com o pensamento de Beatriz **Nascimento** se deu dentro da militância política negra, através de leituras e pesquisas sobre as intelectuais negras nacionais fora e dentro do universo acadêmico. Nessa perspectiva, é importante o convite para uma leitura atenta sobre o pensamento dessa intelectual. Se você ainda não se oportunizou ler/refletir/estudar as reflexões construídas por essa nordestina de nascimento, te convido a fazê-lo. Venho estudando seu pensamento há algum tempo, e cada vez mais me surpreendo com sua potencialidade intelectual e transgressora ao pensamento canônico. Beatriz questiona a postura historiográfica reducionista e simplista em retratar as experiências de povos africanos e de seus descendentes na diáspora. Desse modo, ela nos afirma que:

Quem somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudos. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios? Pode-se ainda confundir nossa vivência racial com a do povo judeu, porque ambos sofremos discriminação? Historicamente, creio não haver nenhuma semelhança entre os dois povos, mesmo se pensarmos em termos internacionais. Em termo de Brasil, nem em fantasia podemos pensar assim; o judeu no Brasil



é um branco, antes de tudo judeu, isto é, poderoso como povo, graças ao auxílio mútuo que historicamente desenvolveram entre si. Não será possível que tenhamos características próprias, não só em termos “culturais”, sociais, mas em termos humanos? Individuais? Creio que sim. Eu sou preta, penso e sinto assim (NASCIMENTO, 2018b, p. 44).

Em meados da década de 1970, Beatriz Nascimento já exterioriza as mazelas manifestadas pelo racismo vivido pelas populações negras no país, demonstrando as implicações da discriminação e o preconceito perpetrado na vida dessas pessoas. Ela foi uma das primeiras pensadoras a deslocar o conceito de quilombo tradicional⁶ para uma dimensão de localização do ser, do pertencer, do estar no mundo, o quilombo como identidade, construído a partir de valores civilizatórios africanos e da diáspora atlântica. Em suas palavras:

[...] compreendendo a dificuldade metodológica e interpretativa que o estudo do “quilombo” oferece, e que por isso mesmo seja passível de tantos equívocos, entendemos que ele se forma mais na necessidade humanas de se organizar, e não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador (NASCIMENTO, 2018c, p. 69-70, grifo da autora)

Assim, para Beatriz, quilombo é prática política, é organização sócio-histórica e se inscreve numa cosmovisão de matrizes africanas. O aquilombamento é organização, territorialidade e pertencimento ancestral. Através dela, tal conceito foi ampliado e, a partir de tais dimensões discursivas, o quilombo também se inscreve na decolonialidade do saber. Daí a importância



6 O que estou chamando de conceito tradicional de quilombo, no campo historiográfico, diz respeito às habitações de pessoas negras fugidas da escravidão.



de cada vez mais explicitar, estudar, debater, pesquisar e divulgar o pensamento de mulheres negras ao longo de nossa história. Esse é um campo político importante e estratégico que não podemos abrir mão. Nessa perspectiva, devemos cada vez mais divulgar nomes, reflexões e os escritos empreendidos por mulheres negras, pois somos muitas e múltiplas, especialmente de regiões como norte e nordeste, pois é sintomático como muito de nossas produções ainda não circulam, e este é um ponto que devemos estar atentas.

Negras Feministas na Construção de um Projeto de Sociedade

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também.

Conceição Evaristo

É indiscutível a importância do marco civilizatório afrobrasileiro para o fortalecimento de nossas ações. E o que chamo de marco civilizatório, no presente texto, são as ações empreendidas por pessoas negras na diáspora transatlântica, as construções epistêmicas da teoria feminista negra, do aquilombamento como forma de resistência, das escrevivências como registro de nossas histórias/memórias, do pensamento afrocêntrico como forma de pertencer, nos saberes produzidos por mulheres negras, no comunitarismo e empoderamento que não é dado numa conjuntura individual, as sim no campo da coletividade. Assim, como já refleti em um trabalho anterior.

O empoderamento, perspectiva ativa do feminismo negro, não diz respeito apenas às mulheres, mas à comunidade negra como um todo,



pois, o racismo, de forma diferenciada, afeta a todas e todos. Dessa forma, não há como lutar-mos pela autonomia das mulheres negras, sem que sejam incluídas as variáveis que marginalizam, também, os homens que são vitimados pelo racismo. Nesse contexto, as interrelações entre estruturas de dominação e seus efeitos na vida cotidiana dos indivíduos são intersecções que precisam estar no panorama das discussões.
(BISPO, 2011, p. 121)

Diante de tais reflexões, indago: quais as formas de organizações, as possibilidades de aquilombamento construídos por mulheres negras na contemporaneidade? A resposta envolve a formação de coletivos, de organizações políticas, das ONGs, na luta cotidiana, na formação de lideranças, nas denúncias de práticas discriminatórias às quais são alvos preferenciais. Nesse contexto, a teoria feminista negra rompe com paradigmas hegemônicos e se constroem como conhecimento potente para pensarmos outras possibilidades de existências e de trajetórias. Assim, para intelectuais e ativistas negras, confrontar o racismo em todas suas facetas e subterfúgios é parte efetiva da construção do bem viver.

Nesse sentido, é importante a localização de nossa escrita de si a partir da escrevivência. A escrevivência se estabelece como tangível ao nosso método de análise, sendo uma escrita de nós, por nós mesmas. Esse conceito foi elaborado pela escritora, pesquisadora e ativista Conceição Evaristo. As produções da intelectual são marcadas pela denúncia das opressões vivenciadas pelas pessoas negras, ao passo da importância da memória ancestral, da escrita e da oralidade como marco civilizatório de um povo. Partindo das perspectivas e percepções da legitimidade da escrita das mulheres negras e da historicidade da escrevivência, ela vai nos dizer que:

Pensar a Escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo



se fundamenta e inicia a sua dinâmica. [...] Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonhos injustos”. (EVARISTO, 2020, 29-30)

Pensar a escrevivência como um saber anti-hegemônico do registro da palavra, dos sentidos, do saber ser e estar no mundo em nossas potencialidades, não perdendo de vista a importância da oralidade como constitutivo de nossa autoinscrição, de fato é uma tarefa nada fácil diante de uma historicidade de apagamentos, sabotagens, silenciamentos e estereótipos, como já sinalizei. O ato de escrever é libertador, entretanto, se localiza dentro da estrutura racista e excludente de poder. Corroboro com o entendimento de Cláudia Cardoso quanto às dimensões discursivas sobre a episteme feminista negra e seu construto político para a trajetória de mulheres negras. Para ela:

O pensamento feminista negro, tecido a partir da complexa realidade racial brasileira, uma realidade codificada pelo gênero, se caracteriza: a) pela recuperação da história das mulheres negras; b) pela reinterpretação desta história a partir de uma nova estrutura teórica construída em oposição aos paradigmas tradicionais, revelando a contribuição das mulheres negras

em diversas áreas do conhecimento; e c) pelo enfrentamento político ao racismo, ao sexismo e ao heterossexismo através de uma perspectiva interseccional. (CARDOSO, 2012, p. 25)

Assim, nossa luta se dá em diversas arenas, e de modo algum podemos vislumbrar a generalização entre nós, pois somos diversas. Falar em mulheres negras é perceber a coletividade, o pertencimento e a identificação que são componentes de nossa historicidade, no entanto, a diversidade entre nós nos compõem como sujeitas políticas. Em 2010, fiz algumas entrevistas com a nossa sempre presente –Luiza **Bairros** –, mulher extraordinária ao qual tive o privilégio do convívio. Na época, solicitei que Luiza refletisse sobre nós mulheres negras como coletivo político, e ela assegurou que:

(...) essa categoria de mulheres negras hoje define muito pouco. Porque na verdade, tu tens as mulheres quilombolas reivindicando para si uma condição de quilombolas que é delas. Tu tens lésbicas negras, têm uma rede nacional de lésbicas negras, que reivindicam para si uma outra identidade. Temos jovens negras que chamam para si uma outra coisa, temos as empregadas domésticas que chamam para si uma outra coisa. (...) não sou contra este tipo de coisa, acho que é da natureza, da luta que a gente faz, apontar para as pessoas possibilidades. Existem várias especificações de ser negro, existem várias formas de ser mulher negra, e é isto o que está acontecendo dentro do Movimento de Mulheres Negras. (Entrevista, Luiza Bairros, realizada em 14/04/2010)

É a partir desses lugares que falamos, como expõe Luiza **Bairros**: do espaço da diversidade, dos pertencimentos identitários e da organização política. Diante disso, fomentar nossos saberes e fazeres articulados ao fortalecimento político de nós, mulheres negras é significativo, enquanto coletividade, pois somos historicamente comprometidas na construção de uma sociedade efetivamente equânime. Além disso,



estamos diante da “ideologia do branqueamento, e a lógica da dominação que visa à dominação da negra da mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (GONZALEZ, 1984, p. 237). Sendo assim, é necessário captar a diversidade constitutiva de nossa formação. No mais, as reflexões não se esgotam e como falei durante todo o texto, vamos registrar nossas vozes, falas e escritas a partir de nosso método principal de análise: nossas vivências. Assim, agradeço ao Instituto Odara e à Escola de Ativismo Político Beatriz Nascimento, por fazer parte desse projeto. Agradeço às cursistas da segunda turma da escola pelas trocas, aprendizados e carinho.

UBUNTU!



REFERÊNCIAS

BISPO, Silvana. Feminismo em debate: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARDOSO, Claudia. Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, p. 1-24, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: NASCIMENTO, B. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b. p. 42-49.

NASCIMENTO, Beatriz. “Quilombos”: mudança social e conservantismo. In: NASCIMENTO, B. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018c. p. 66-79.





Mulheres negras e educação: insurgências pedagógicas e práticas insubmissas para a descolonização do conhecimento

Angela Figueiredo¹

[...] A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade.
bell hooks

Ensinando a transgredir é o título do livro de bell hooks (2013) que nos estimula a refletir sobre a importância da educação e da sala de aula como um espaço transgressor, visto que é um espaço para ensinar a liberdade. Comecei a escrever este texto no dia 15 de outubro, exatamente no dia das professoras, dia em que a deputada estadual negra, Antonieta de Barros, criou o Projeto de Lei em Santa Catarina no ano de 1963, que se tornou uma data nacional no governo do



¹ Professora e pesquisadora da UFRB, PPGNEIM e POSAFRO/UFBA, coordenadora do Coletivo Angela Davis e integrante do Fórum Marielle.



presidente João Goulart. Considerando esse importante motivo, optei por falar neste texto sobre a importância das mulheres negras na educação, uma homenagem mais do que merecida para todas nós professoras, pela possibilidade de transformar a vida de tantas pessoas. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Instituto Odara pela linda homenagem a nós, professoras negras, no *Instagram*.

Os 18 meses de isolamento social, decorrentes da pandemia causada pela Covid-19, somam mais de 600 mil mortes no Brasil. Essa experiência de isolamento funcionou como um catalisador de ações e iniciativas voltadas para a educação nas redes sociais, principalmente através dos cursos e escolas de formação feministas negras e antirracistas. Foram muitos cursos, *lives*, aulas públicas, conferências, seminários, webinários etc. Os *cards* não deixam dúvidas quanto ao número de iniciativas voltadas para o aprendizado, a divulgação e a reflexão sobre a contribuição negra na ciência e na política. Nesse contexto, destacamos a Escola de Formação Beatriz Nascimento, uma iniciativa voltada para a formação do pensamento e da prática política feminista negra.



Anteriormente à Escola Beatriz Nascimento, em 2017, o Coletivo Angela Davis², em parceria com o Instituto Odara, realizou a I Escola Internacional Feminista Negra Decolonial, cujo objetivo foi contribuir com a formação de pesquisadoras dos estudos de gênero, raça, feminismo, ativismo de mulheres negras e interseccionalidade, criando estratégias de enfrentamento ao racismo e fortalecendo parcerias entre a universidade e os movimentos sociais, promovendo um diálogo entre pesquisadoras e ativistas. A Escola Internacional já teve três edições, sempre buscando criar um espaço de interlocução onde a reflexão, as estratégias de intervenção e a atuação política caminhem lado a lado.

Ao realizar esse tipo de formação, deslocamos a geografia da razão, motivo pelo qual foi escolhido o Brasil e, em especial, a cidade de Cachoeira, conhecida pela centenária irmandade feminina negra da Boa Morte, para acolher esta iniciativa. A Irmandade da Boa Morte é uma organização que foi construída exclusivamente por mulheres que viveram a condição de escravidão, em uma sociedade patriarcal e marcada por fortes desigualdades raciais e de gênero. Elas criaram estratégias de sobrevivência e aprenderam a cultivar a religião dos dominantes, mantendo viva as suas crenças ancestrais, além de contribuir através do suor do trabalho para a compra da sua própria liberdade e da liberdade dos seus. Quem conhece essa e tantas histórias protagonizadas por mulheres negras rejeita a tentativa de classificação da mobilização feminina negra como parte da quarta onda feminista, pois a narrativa hegemônica sempre nos excluiu. Sempre estivemos lá, vocês é que não nos viram!

Como é conhecido por todes, o feminismo negro nasce da prática da luta diária pela sobrevivência,



2 O Coletivo Angela Davis é um grupo de pesquisa ativista sobre as desigualdades de gênero, raça, classe e o feminismo negro, vinculado à Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB).



portanto, fora dos espaços acadêmicos, pois é fruto da tradição histórica de resistência e de conquistas levadas a cabo pelas mulheres negras aqui e alhures. Entretanto, o conhecimento é fundamental para as transformações sociais, por isso, precisamos e queremos nos apropriar, transformar e produzir conhecimento do nosso ponto de vista, um conhecimento engajado. Como dito em outro texto:

O que destacamos agora é que não somente o gênero, a raça, a classe, e também a sexualidade, são elementos determinantes na configuração desses novos sujeitos ou novas sujeitas na produção do conhecimento. Destaquei a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio. Reivindicamos também enegrecer as referências bibliográficas – procedendo de maneira análoga aos textos feministas que reconhecidamente transformaram as regras de citações, ao incluir o primeiro nome das mulheres citadas nos artigos, para fazer frente a certa masculinização das referências bibliográficas, quando apenas os sobrenomes são citados – colocando em negrito o sobrenome para indicar que aquelas são contribuições de autoras e autores negros. Desse modo, subvertemos a regra; para nós será DAVIS, Angela, por exemplo. (FIGUEIREDO, 2020, p. 8)

O processo que constatamos agora é resultado de mudanças ocorridas a partir do final dos anos de 1980, período de redemocratização brasileira, da retomada dos movimentos sociais e da relativa ampliação do ensino público, permitindo que um número significativamente maior de negros, negras, mestiços e mestiças acessassem a educação formal. Todas essas transformações têm como ponto de partida as ações históricas do movimento negro, como afirma Nilma Lino **Gomes** (2017), destacando que o movimento negro é um movimento educador; e mais recentemente, pela implementação das cotas nas universidades pú-

blicas e a conseqüente formação de novos coletivos negros dentro das universidades, o que tem contribuído, sobremaneira, para ampliar o conceito de ativismo negro e as experiências para além dos muros das universidades.

Em realidade, com o ressurgimento, ou melhor, o revigoramento dos Movimentos Sociais Negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do país nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros (ou que ouviram as vozes desses movimentos por justiça e igualdade racial no Brasil). (SANTOS, 2007, p. 230)

Em 2007, escrevi um texto com Ramon Grosfoguel, no qual chamávamos a atenção para a ausência de reconhecimento da contribuição intelectual negra. Com base na trajetória e reflexão crítica de Guerreiro Ramos, discorremos sobre o modo como as contribuições do autor não tinham sido incorporadas aos cursos ministrados nas instituições de ensino superior, tampouco intelectuais negros conseguiram ocupar postos de professores nas universidades públicas brasileiras. Os trabalhos de pesquisa de Ratts (2007, 2010), dentre outros autores, têm sido importantes para recuperar a contribuição de intelectuais negros e negras. Nesse sentido, vale também destacar a tese de doutorado de Vinhas (2016), sobre a trajetória de Beatriz Nascimento.

Além disso, **Figueiredo** (2017) destaca a importância de visibilizar a contribuição de mulheres negras na educação e no processo de implementação das ações afirmativas. Certamente, o trabalho pioneiro de Ana Célia da **Silva** (2001), sobre os estereótipos raciais no livro didático, é um ponto de partida crucial para a reflexão crítica sobre estereótipos negros. No que se refere às cotas, tivemos a participação crucial de Petronília Beatriz Gonçalves e **Silva** – à época,



conselheira nacional de educação e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – e da então Ministra da Igualdade Racial, Matilde **Ribeiro**.

Como dito acima, a produção acadêmica negra posicionada, ativista e engajada foi determinante para a implementação da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras. No meio acadêmico, essa posição engajada na produção do conhecimento é vivenciada com muita tensão no meio acadêmico,

Pois a busca por legitimidade caminha lado a lado com o desejo de intervir. Isso quer dizer que, na maioria das vezes, nossas questões acadêmicas são, sobretudo, questões políticas. Por isso mesmo, há um discurso que desqualifica a produção acadêmica posicionada, adjetivando-a como militante, já que é interessada, e menos científica, porque desafia o mito da neutralidade axiológica. (FIGUEIREDO, 2016, p. 218)

A perspectiva teórico-metodológica das escolas e/ou cursos de formação, reflexão, aprendizado e prática política reflete as significativas contribuições da teoria feminista e feminista negra, que têm destacado a questão da posicionalidade e o ponto de vista do sujeito na produção do conhecimento, assim como a perspectiva da teoria decolonial, tanto no que diz respeito às hierarquias raciais na produção do conhecimento quanto na rejeição da literatura eurocêntrica, fazendo emergir autores e autoras periféricas, do ponto de vista da produção do conhecimento.

Como destacado em outro artigo:

Experiência é um conceito importante para o feminismo e para o feminismo negro. “O pessoal é político”, uma das importantes contribuições do feminismo, revela o elo entre a experiência pessoal, individual e coletiva. De acordo com Collins (2000), [...] a experiência é a base fundamental da epistemologia feminista



negra. “A experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada é para nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, uma evidência muito importante, já que é a base de nossa reflexão e teorização”. (FIGUEIREDO, 2020, p. 9)

O artigo pioneiro de Lélia Gonzalez (1983), “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, ressaltou a estreita relação entre a produção do conhecimento e a experiência. Nele, a autora afirma que “o lixo vai falar”, questionando não apenas o fato de negros e negras serem descritos e representados por outros, como denuncia as representações sexualizadas e submissas das mulheres negras na sociedade brasileira, através das figuras emblemáticas da mãe-preta, da mulata e da empregada doméstica.

Nos últimos anos, temos salientado a importância do aprendizado, da experiência de vida, da experiência subjetiva, da experiência profissional e da experiência pública e política. É, desse modo, que o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) emerge, inicialmente, para dar conta das experiências das mulheres negras.

As alternativas aos espaços formais têm se construído também como *locus* importantes para a produção do conhecimento. Nesse sentido, Anibal Quijano afirma:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (QUIJANO, 2000, p. 115).

Assim, deslocar esse eixo poder/saber, que conferiu legitimidade à perspectiva eurocêntrica, é determinante na emergência de conhecimentos alternativos. Oliveira e Candau (2013) afirmam que a colo-



nialidade do saber pode ser definida brevemente pela relação de poder e saber que se estabelece em todas as dimensões da cultura, a partir de uma lógica e de uma visão de mundo europeia, além da denúncia à violência epistêmica e na busca da compreensão, inclusão, validação de outras pedagogias, conteúdos e sujeitos produtores de conhecimento.

Nesse sentido, bell hooks (1995) destaca o modo como a linguagem machista insiste em apresentar as mulheres como naturalmente inimigas, e como nós assumimos esse discurso como parte de nosso sistema de representações. Da mesma maneira, o sistema racista tenta nos convencer de que somos intelectualmente débeis, incompetentes, insignificantes. Como sugere Sueli Carneiro (2003), em “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, precisamos enegrecer e feminilizar os referenciais na produção do conhecimento, e é desse modo que as escolas feministas negras têm proposto suas iniciativas educativas e de intervenção política.

Referindo-se aos limites impostos pelo gênero e pela raça das mulheres de grupos racializados, Glória Anzaldúa considera que:

Por que eles nos combatem? Por que pensam que somos monstros perigosos? Por que somos monstros perigosos? Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós: A negra doméstica, a pesada ama de leite com uma dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil. (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

No que se refere à escrita, ela diz:

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quá-



drupla. Porém, neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (ANZALDÚA, 2000, p. 234).

Há efetivamente o resgate da contribuição de autoras negras no que diz respeito ao significado e a experiência da escrita, autoras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo compõem esse novo referencial. De acordo com Lissandra Machado e Paula Soares:

Na obra Becos da Memória (2017), Conceição Evaristo reflete que, em uma escrivência, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade. Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (s/d, em Cruz, 2017), refletindo sobre o conceito, considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”.

Sem pretensão de generalização e com base nas experiências, tenho observado a importância de estabelecer um espaço para a *escuta*, a *acolhida* e o *respeito* em relação às estudantes negras. Sem esses três aspectos determinantes, a reflexão e a escrita delas não ocorrem. Mas em que se constitui esse espaço de escuta? Para mim, esse tem sido o espaço do diálogo.

Em primeiro lugar, é preciso aprender a ouvir. De um modo geral, professores têm baixa expect-



tativa com relação aos estudantes negras, inclusive sobre aqueles que estão na Pós-Graduação. É preciso escutar sobre esse problema e sobre as demandas que teimam em retirá-las das atividades acadêmicas, da família que não compreende que, em vez de trabalhar, aquela mulher resolve investir todo o seu tempo com o estudo. Além disso, há os familiares que necessitam de ajuda e que, inconscientemente ou não, imaginam que esse auxílio deve vir de uma mulher. Enfim, afazeres domésticos, cuidado com os filhos, atuação nos movimentos sociais, nas associações de bairro e tantos outros lugares de luta social que são majoritariamente ocupados por mulheres.

Outra saída que temos encontrado é a ação coletiva. Atuar em coletivos tem nos ajudado a compartilhar experiências para manter os projetos dentro e fora da universidade. Nesse sentido, posso citar o Coletivo Angela Davis, que tem agregado estudantes e professores em diferentes níveis de formação acadêmica. E ainda que a maioria seja formada por mulheres, contamos com a presença de alguns homens no processo de formação acadêmica e política, já que o Coletivo parte da experiência acadêmica para pensar também a vida política.

É importante lembrar o quanto o espaço acadêmico ainda tem sido hostil para com a nossa presença e que as representações sobre as mulheres negras consolidaram uma imagem segundo a qual a mulher negra está no mundo para servir, como já foi dito. Quero também lembrar que bell hooks (1995) fala da importância do lúdico, do erótico e do afeto no processo de educação.

Para finalizar, gostaria de destacar a importância dessas iniciativas de formação teórica e política como práticas insurgentes levadas a cabo pelo movimento negro, desde seus primórdios, e nesse sentido é preciso destacar a relevância do trabalho realizado pelas mulheres negras, dentro e fora dos espaços formais.

Boaventura Souza Santos (2007) destaca a importância da pluricultura do saber, em oposição à mo-



nocultura que temos vivenciado nas universidades e na sociedade de maneira mais abrangente. Como membros de minorias políticas, as mulheres negras sabem que seu conhecimento se origina do ponto de vista da experiência de exclusão, mas também da memória, como definido por Gonzalez (1983, p. 226) “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção”.

Sem pretender generalizar, os espaços construídos presencialmente ou *online* para os cursos e escolas de formação são espaços de relações mais horizontalizadas no processo de aprendizado. O conhecimento formal e o conhecimento vivido – a experiência – são igualmente valorizados, uma vez que esses espaços não são apenas de ensino/aprendizado, mas fundamentalmente para trocar experiências. São espaços em que a acolhida, através da escuta e do respeito, propicia de forma singular um contexto favorável para o aprendizado.

A atuação em redes, a troca de experiência e a criação de espaços de fortalecimento e aprendizado têm sido práticas político-pedagógicas importantes para as escolas feministas negras, no sentido de compartilhar experiências que contribuem para construir caminhos insurgentes e insubmissos, do ponto de vista dos espaços formais da construção do conhecimento.

Certamente que a dimensão do afeto, do amor e da generosidade nos ensina a transgredir, ir além das representações racistas que nos aprisionam.



REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 229-235, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought**. London: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FIGUEIREDO, Angela. Para Além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/as e alunos/as negros/as na pós-graduação. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (org.). **Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação**. São Paulo: Editora Cortez; Carlos Chagas. 2016. p. 213-236. 2 vol.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29 e 0102, p. 2-24, jan./abril 2020.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFUGUEL, Ramon. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, ano 59, n. 2, p. 36-41, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Editora Vozes, 2017.



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1983.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir (re)existir e (re)viver**. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 275-305. Série Pensamento decolonial, Tomo I.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, jul. 2000. p. 246. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em: 20/12/2019

RATTS, Alex J. P. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex J. P. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Another knowledge is possible**. London: Verso, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

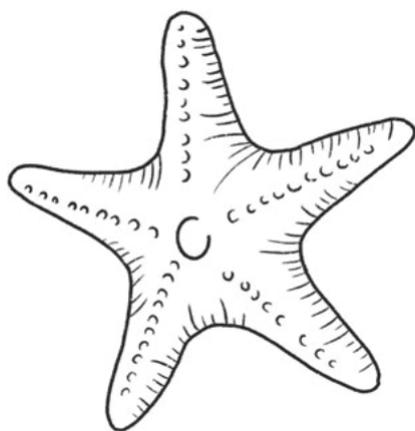
SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação no livro didático**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2001. v. 1.

SOARES, Lissandra Vieira e MACHADO, Paula Sandrine . “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.* vol.17 no.39 São Paulo maio/ago. 2017; 203-219, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002, acesso 15/10/2021

VINHAS, Wagner. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica**: estudo da trajetória intelectual de Beatriz Nascimento. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.







Escola Beatriz Nascimento: espaço seguro para o fortalecimento de vozes de mulheres negras (um relato de experiência)

Rívia de Jesus Santos¹

Para início de conversa: bênçãos às mais velhas

Começo pedindo licença e a bênção às mais velhas, às mulheres negras que vieram antes de mim, às mulheres negras que utilizaram sua ancestralidade e mobilizaram sua intelectualidade para que, hoje, eu e muitas outras mulheres negras pudéssemos passar. Às mais novas, eu peço licença e atenção para dividir um pouco da minha trajetória.

Neste relato, trago as minhas experiências de vida e as experiências como aluna do Instituto Odara, através da Escola e Formação Política para Mulheres Negras – Beatriz Nascimento e apresento como a escola contribuiu para a minha formação pessoal e pro-



¹ Cria da periferia de Itabuna-BA. Feminista Negra. Integrante do Oju Obirin – Observatório de Mulheres Negras da Bahia (UESB). Membro da Associação Brasileira de pesquisadoras/es negras/os - ABPN. Professora de Sociologia, Graduada em Pedagogia (Uniupe) e em Ciências Sociais (UESC). Mestre em Educação (UESB). Doutoranda em Ciências Sociais PUC/RJ.



fissional. O curso foi realizado entre os meses de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, durante a pandemia de COVID-19, através de atividade remota tecnológica via plataforma *Zoom*. Antes de discutir sobre o impacto das experiências da Escola Beatriz Nascimento em minha vida, gostaria de localizar e compartilhar de onde eu vim, afinal: “Nossos passos vêm de longe!” (WERNECK, 2010).

*A voz de minha avó
Ecoou obediência
Aos brancos-donos de tudo
(Conceição Evaristo, 2017)*

Sou neta de Adelina Maria de Jesus, mulher negra, nascida em 25 de novembro de 1931 na cidade de Barra do Rocha – Bahia, mãe solo, analfabeta, arduamente, trabalhou como trabalhadora rural em troca de farinha e alguns mantimentos para sustentar a sua filha única e sua mãe, passou fome e não foi pouca, depois trabalhou como empregada doméstica, cozinheira, passadeira, arrumadeira e babá para uma família branca. Ela passava a semana no trabalho e voltava para casa aos finais de semana e, às vezes, a cada quinze dias (dependia da demanda que a casa branca tinha). Mesmo diante de tantos perrengues cotidianos, minha avó sempre acolhia quem precisasse com um sorriso no rosto.

Ela gostava de dançar e rodar com seu vestido florido e cheio de babado, sua alegria era sua marca registrada, e eu considero que era sua marca de resistência. Minha avó não dava lugar para o sofrimento e a lamentação, sua alegria de viver era sua marca registrada. Ela também gostava de ir ao candomblé e me lembro de que ela sempre voltava feliz e fortalecida. É ela, inclusive, quem me liga a essa força ancestral. O seu sonho era ter uma casa com cerâmica, um banheiro e uma pia dentro de casa, sonho que infelizmente não realizou. Ela chegou a comprar o material de construção para a tão sonhada reforma da casa, mas não deu tempo, Oiá recolheu seu espírito ao Orum em um



domingo de semana santa no ano de 2001, antes mesmo de completar um ano de aposentada.

Quando minha avó faleceu, eu tinha doze anos. Foi um momento muito difícil e de muita dor. Eu não entendia como ela podia ter se recolhido tão cedo, ela estava bem, cozinhou as comidas da semana santa, convidou bastante gente para ir almoçar lá em casa, estava feliz. Naquela semana, especificamente, ela estava muito feliz, fazendo vários planos para a reforma da casa, inclusive estava programando viagem, coisa que ela nunca tinha feito. A imagem e a presença da minha avó continuam muito presentes em minha vida. O sonho dela era ver os netos formados, como ela dizia, e sinto muito por ela não ter vivenciado isso aqui no Aiê, mas ela está comigo, na minha perseverança nas lutas, em cada conquista e na reconexão com minha ancestralidade. Obrigada por me ensinar tanto, mesmo não estando mais aqui em presença física. Te amo minha avó!

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
(Conceição Evaristo, 2017)*

Sou filha de Terezinha Maria de Jesus **Santos**, mulher negra, nascida em 19 de agosto de 1965, na cidade de Barra do Rocha – Bahia, mãe de dois filhos, casada, empregada doméstica desde os sete anos de idade; e também filha de Reginaldo Tavares Santos, nascido em 24 de outubro de 1962, na zona rural da cidade de Itabuna – Bahia, pai de dois filhos, casado, foi trabalhador rural, feirante, pedreiro, se alfabetizou com 12 anos de idade e concluiu o ensino médio quando eu estudava para o vestibular. Meus pais tiveram uma infância muito difícil, na qual a fome era uma constância em suas vidas, realizar três refeições durante o dia era um sonho muito distante da realidade deles. Minha



mãe, quando criança, esperava minha avó trazer as sobras da casa grande, meu pai tinha que deixar o pouco de alimento que tinha para os irmãos mais novos e, assim, viveram a cruel realidade da extrema pobreza.

Minha mãe começou a trabalhar como empregada doméstica e babá para uma família branca quando tinha apenas sete anos. A princípio, a dona da casa pediu para minha avó, para que deixasse minha mãe ficar na casa dela para brincar com seu filho, um bebê de sete meses e, em troca, minha mãe teria teto, comida e poderia estudar, mas a realidade não foi essa. Ela se ocupava dos trabalhos domésticos, do cuidado com o bebê e de uma idosa (mãe da “patroa”) que residia em um quartinho nos fundos da residência. Minha mãe conta que para lavar a louça tinha que subir em um banquinho, pois não alcançava a pia, tinha dificuldades em manusear a enceradeira pesada para dar o brilho no chão, e, para cuidar do bebê, colocava-o no chão, pois não aguentava o peso da criança. Depois de trabalhar para essa família, ela continuou trabalhando como empregada doméstica durante muitos anos até ter os dois filhos e partir em retirada com o meu pai rumo ao sudeste do país em busca de melhores condições de vida.

Minha mãe só estudou até a quarta série (do antigo fundamental), mas sabia, desde muito cedo, a importância da educação para os filhos. Não tínhamos condições para comprar livros, ela fez a carteirinha da biblioteca municipal para que eu e meu irmão pegássemos livro toda a semana para a gente ler. Lembro que, quando eu ainda não sabia ler, ela pedia para que eu escolhesse o livro e, quando chegávamos em casa, ela lia o livro para mim. Ela sempre se desdobrou para arranjar vaga nas melhores escolas públicas da cidade, acompanhava nossa educação de perto e sempre falava da importância de estudar. Ela, juntamente com meu pai, foi o alicerce para que eu chegasse onde estou hoje. Gratidão imensa aos meus maiores mestres da vida.

*com as rimas de sangue
e fome*
(Conceição Evaristo, 2017)

Eu sou Rívia de Jesus Santos, mulher negra, nordestina, nascida na periferia da cidade de Itabuna, interior da Bahia, feminista negra, sustentada pelas forças das águas de Oxum, graduada em Pedagogia e Ciências Sociais, mestra em Educação, doutoranda em Ciências Sociais e professora de Sociologia.

Ao longo de minha trajetória de vida pessoal e profissional, fui atravessada por diversas barreiras e dificuldades que se impuseram em meu caminho rumo à busca por uma profissão, por trabalho, por mecanismos de sobrevivência. Estudei, durante toda minha vida, em escola pública, vencendo os contratempos de privação alimentar, ordens de despejo nas diversas casas alugadas em que morei com minha família, um calçado que furava, uma calça que rasgava, em meio aos obstáculos que apareciam, íamos tentando driblar e buscando forças para superar.

No segundo semestre de 2009, três anos após o término do ensino médio, sou contemplada com uma bolsa integral do Programa Universidade para Todos - Prouni para cursar Pedagogia na modalidade à distância, em uma faculdade particular na minha cidade. Apesar de ter gostado muito do curso, eu sonhava em ingressar em uma instituição pública. Depois de quatro tentativas de vestibular, em 2010, recebi a notícia do que viria a ser o divisor de águas em minha vida: eu havia passado no vestibular para cursar licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Entre o término do Ensino Médio e o ingresso na universidade, recorri a alternativas para sobreviver e colaborar, mesmo que, minimamente, com as despesas de casa, trabalhei ministrando aulas de reforço, vendendo chip nas ruas da cidade e de garçomete.

Chegar à universidade pública foi romper com um ciclo de privação de acesso à educação na minha família, eu sou a primeira mulher a fazer curso superior e isso é muito significativo para mim e para minha

família e também é fruto de um contexto de luta anterior à minha existência. A minha entrada na universidade possibilitou eu acessar espaços que jamais eu e os meus havíamos acessado. Acesso ao conhecimento, viagens, mudança de perspectiva e futuro. Tudo isso não me impactou somente, mas aos meus pais e pessoas ao meu redor.

Quando termino a graduação, a luta pela sobrevivência continua. Trabalhei ministrando aulas, às vezes, tendo que me submeter a trabalhos precários e com pouco retorno financeiro. Em 2017, depois de algumas tentativas de ingressar no mestrado, consegui a aprovação no mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Faço o mestrado sem bolsa, trabalhando em uma cidade e estudando em outra e continuo na luta. Em 2019, após o término do mestrado, ministrei aulas de forma esporádica, quando apareciam algumas possibilidades de serviço e sempre fazendo seleções, concursos em busca da sobrevivência. Em 2020, as aulas esporádicas que apareciam foram suspensas por conta da pandemia de COVID-19. Foi um momento muito difícil, ficar sem recurso, sem uma alternativa de trabalho e em meio a tudo que estava acontecendo no mundo por conta da pandemia, foi muito complicado e entristecedor. Foi em meio a todo esse processo, que a Escola Beatriz Nascimento atravessou minha vida de forma potente e fortalecedora.

*Aqui estamos nós, donas de
nossas próprias palavras,
revolucionárias do cotidiano,
regando a terra outrora batida
por nossas antepassadas,
firmando nossas pegadas,
sabendo que hoje, cada vez
que nossa fala se propaga,
equivale a dez que antes
foram silenciadas
(Mel Duarte, 2019)*

Eu fiquei sabendo do curso da Escola Beatriz

Nascimento através de uma amiga, quando eu abri o link com as informações sobre o curso, fiquei bem animada e motivada para participar. Não hesitei, fiz minha inscrição e das 322 inscrições recebidas, fui selecionada para o curso. Daí em diante, o que o curso, através de todas as mulheres negras potentes que eu conheci e tive a oportunidade de ouvir, ofereceu para minha vida, foi um resgate ancestral e um aquilombamento que me possibilitaram pensar em elaborações de projetos que viriam a se concretizar mais tarde.

Já havia um tempo que eu vinha me debruçando sobre as escritas de mulheres negras. Com a pandemia, buscando elaborar outros projetos de vida, acabei me aprofundando mais sobre os estudos da temática racial, o feminismo negro e a decolonialidade. Foi, então, que, durante a pandemia, surgiu a ideia de pensar na escrita de um projeto de doutorado, algo que eu nem pensava mais em fazer. Quando as aulas da escola começaram, eu estava no processo da escrita do projeto, ainda com muito medo e muita insegurança e me questionando se fazer doutorado era mesmo o meu lugar, se eu tinha realmente capacidade de estar nesse espaço de pesquisa.

A escola me fortaleceu de diversas formas, no âmbito pessoal, profissional, na militância e no meu reconhecimento enquanto mulher negra intelectual. Cada aula era uma potência, um reencontro que só me fortalecia cada vez mais. Foi um resgate de autoestima, autocuidado e autoconhecimento.

A formação que a escola proporciona às cursistas é um fortalecimento na luta antirracista e na organização política de mulheres negras, sobretudo se considerarmos o período em que o curso foi desenvolvido, em meio a uma pandemia que afetou diretamente a vida de mulheres negras, periféricas, mães solas, trabalhadoras, desempregadas, mulheres que acabam, por diversas vezes, sendo responsável pelo cuidado da família e que não contam com um suporte de rede de apoio.



O curso foi elaborado e ministrado por mulheres negras, para mulheres negras de diversas regiões do Brasil e as leituras envolviam a produção intelectual de mulheres negras. O espaço, apesar de ser realizado na modalidade remota, foi muito acolhedor, cheio de afeto, sempre respeitando a fala e a escuta das cursistas. Mesmo diante das diversas demandas do cotidiano e do cansaço físico, psicológico, era muito prazeroso sentar em frente ao computador para participar do curso. Era um momento para recarregar as energias.

As experiências de nós mulheres negras, nos espaços que frequentamos, são marcadas por situações de racismo e sexismo. Isso não é fácil acontecer em espaços hegemonicamente demarcados para pessoas brancas. Quando acessamos esses espaços, as experiências dolorosas do racismo marcam nossas vidas. Essas vivências fazem, por diversas vezes, a gente questionar a nossa existência e a nossa presença nesses espaços. Durante minha trajetória acadêmica, eu sempre me questioneei se era mesmo uma pesquisadora e se aquele era realmente o meu lugar. Os espaços de movimento de mulheres negras sempre me fortaleceram e a Escola Beatriz Nascimento é esse ambiente seguro para mulheres negras, sobre o qual **Collins** (2019) afirma: as mulheres negras formaram espaços seguros em busca de voz, seja nas relações familiares, nas famílias estendidas, na vizinhança, nas organizações de mulheres negras, na literatura, na música, nos espaços de terreiro, na política, na educação e nos espaços de formação.

A Escola Beatriz Nascimento é esse espaço seguro na busca do fortalecimento das vozes de mulheres negras, pois durante todo o curso podíamos falar sobre nossas dores, nossas fragilidades, nossas potências, nossos sonhos, sobre nossos projetos, nossas dúvidas e, juntas, ouvíamos umas às outras, buscando estratégias para nosso fortalecimento. As mulheres negras têm buscado formas de organização social que não condizem com a lógica individualista, desigual, racista, sexista, que o sistema capitalista tem historicamente mostrado.

Ler mulheres negras, ouvir mulheres negras,



estar na formação política com mulheres negras, é organizar estratégias de luta que vão de encontro com o que está posto por esse modelo opressor. Podemos vivenciar esse lugar de fortalecimento de voz, através do projeto de intervenção que foi elaborado por nós, cursistas, em que cada uma propôs a realização de uma atividade prática em algum espaço no qual fazemos parte, utilizando os conhecimentos adquiridos durante o curso. A minha proposta foi realizar rodas de conversa sobre, raça, gênero, política, desigualdade social com jovens de terreiro, utilizando as escritas de mulheres negras (livros, poesias, músicas, produções audiovisual) e, assim, construir, junto com a comunidade do terreiro, a construção de um ambiente de formação política.

Lélia **Gonzalez** aborda sobre a importância das mulheres amefricanas da chamada América Ladina² que trazem uma cultura ancestral com outra dinâmica histórica. Para ela:

Sem contar que sabem mais de solidariedade do que de competição, de coletivismo do que de individualismo. Nesse contexto, há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras, que do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria. (GONZALEZ, 2020, p. 269)

Nós, mulheres amefricanas, existimos em coletividade. Através das partilhas e dos diálogos, elaboramos estratégias de luta e de fortalecimentos para nos manter vivas e manter os nossos vivos. Em uma das aulas, a formadora Viviane **Ferreira** falou uma frase que me chamou muito atenção: “possibilidade de existir em cardume”, isso é conhecimento ancestral.



² Lélia **Gonzalez** utiliza o termo América Ladina para trazer a centralidade das experiências dos povos africanos, no qual o Brasil é, na verdade, uma América Africana (América) e questionando a latinidade, por isso o t é substituído pelo d (Ladina).



Os nossos antepassados negros só puderam resistir ao processo escravocrata, porque criaram estratégias de sobrevivência e, mesmo depois da escravidão, a gente carrega esse conhecimento ancestral. Só estamos aqui hoje, porque os nossos passos vêm de longe.

*Não mais invisíveis,
não mais mercadoria*

*Se querem nos privar,
ocuparemos espaços!
Se querem nos apagar,
escreveremos livros!
Se querem nos calar,
vamos falar mais alto!
(Mel Duarte, 2019)*

Durante o curso, me inscrevi na seleção do doutorado e fui aprovada em segundo lugar na vaga de ações afirmativas. Fiz também uma seleção para professor substituto no Instituto Federal, na qual fui aprovada em primeiro lugar. Esse é o meu trabalho atual. O movimento das águas de Oxum começou já em 2020, Ora iê iê ô!!!

Essas conquistas não são somente minhas, sou grata à minha mãe Oxum que me rege, à Exu que abre os meus caminhos, ao povo preto que me antecedeu, à tanta gente que atravessou minha vida, me fortalecendo e me dando abrigo, à Escola Beatriz Nascimento por me proporcionar tantos conhecimentos, por me fortalecer em um momento em que eu estava muito fragilizada e desmotivada. Os ensinamentos da Escola continuam ecoando no meu trabalho enquanto professora, ao trazer leituras de mulheres negras para meus alunos, na minha pesquisa de doutorado, em que trabalho com as produções de mulheres negras no ambiente acadêmico, no fortalecimento da militância, nos espaços que ocupo e seguem nos projetos futuros, porque a luta não acabou por aqui. Guardo um ensinamento da professora Ângela **Figueiredo**: “entrar nos espaços para ir transformando por dentro”.

O que a Escola Beatriz Nascimento tem feito é proporcionar formação política para mulheres negras,



em que essas podem acessar conhecimentos que vão impactar diretamente nas suas vidas, na sua profissão e nos espaços de militância. Essa lógica está pautada na construção social do bem viver. O bem viver pensado como um código sociopolítico equitativo, justo, coletivo e solidário. Não será por isso que as mulheres negras têm trazido ameaças aos pilares do patriarcado, do racismo e do capitalismo? Posso dizer que o impacto que a formação da Escola trouxe para minha vida, já está se multiplicando, florescendo e sendo propagado. Desejo vida longa à Escola e que haja tantas outras mulheres negras podendo fazer parte desse processo enriquecedor. A minha experiência com a Escola foi um resgate ancestral e de aquilombamento. Axé!

Sou imensamente grata à: Valdeci **Nascimento**, Silene Arcanja **Franco**, Alane **Reis**, Ana Paula **Rosário**, Mohara **Valle**, Christiane **Gomes**, Rosane **Borges**, Benilda **Brito**, Ana Claudia **Pacheco**, Zelinda **Barros**, Maisa **Vale**, Ana Cristina **Conceição**, Emannelle **Góes**, Rosa **Marques**, Naiara **Leite**, Amélia **Maraux**, Viviane **Ferreira**, **NegaFya**, Rosana **Fernandes**, Larissa **Santiago** e a todas as companheiras cursistas que partilharam suas vivências.

E, para finalizar, deixo as palavras da nossa querida Beatriz **Nascimento** (2021, p. 241):

“O quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Contra todas as forças conservadoras. Quilombo hoje é o momento de resgate histórico. Está presente em nós, entre nós, no mundo. Zambi-ê!”.



REFERÊNCIAS

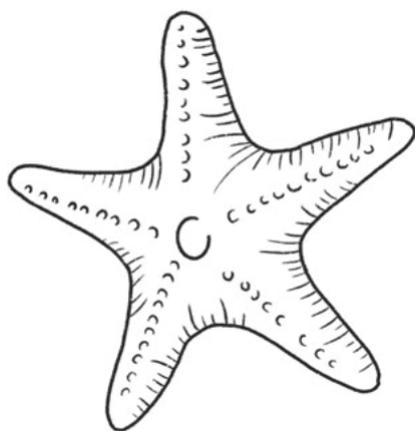
COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *In: Por um feminismo afro latino americano*. Org. Flavia Rios, Marcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Org. Alex Ratts. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, mar-jun de 2010.





Projeto Político das Mulheres Negras: Pensando O Bem Viver

Rosa Marques
Valdecir Nascimento

“Luiza Mahim, chefe de Negros Livres e a preta Zeferina, exemplo de heroína, Aqultune de Palmares, soberana quilombola e Felipa do Pará, Negra Ginga de angola, África liberta em suas trincheiras, quantas anônimas guerreiras Brasileiras”.

Inspiradas pela resistência ancestral, mais de 100 mil Mulheres Negras de todo Brasil desencadearam o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras, rumo à Brasília, a fim de protestar contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Em 18 de novembro de 2018, diversas mulheres, jovens e adolescentes negras, advindas das áreas urbanas, rurais e ribeirinhas, marcharam no Planalto Central, fazendo ecoar palavras de ordem: “lutar contra o racismo, contra a violência e todas as formas de opressão”. Na Esplanada dos Ministérios, afirmando a sua resistência, enfrentaram os fascistas acampados em frente ao Palácio do Planalto, que faziam reverência ao torturador Coronel Ustra e a volta da ditadura militar. Naquele novembro negro, balançamos as estruturas desse Brasil, tomado de racistas, machistas, classistas, homofóbicos e fundamentalistas.

Esse processo foi bastante desafiador, pois exigiu das mulheres negras o desenvolvimento de habilidades, estratégias e metodologias, capazes de sensibilizar as forças descrentes e ignorantes sobre o seu processo de luta contra o sistema escravocrata, a ge-



ração de riqueza que estrutura este país desde sempre, a incidência e a participação política, como também o bom senso e um discurso preciso. Tudo isso utilizando várias linguagens que atingissem as crianças, adolescentes, jovens, mulheres adultas e velhas negras, e, ao mesmo tempo, refletindo o sentimento de indignação, horror, tristeza e insatisfação que tem atravessado as nossas vidas.

Foi possível mobilizar trabalhadoras domésticas, profissionais da saúde, educação, agricultoras, trabalhadoras rurais, pescadoras, marisqueiras, profissionais liberais, estudantes, prestadoras de serviços, camelô, as que vivem de bico, cozinheiras e catadoras de resíduos sólidos. Mesmo sendo um país com dimensões continentais, esse grito ecoou por todos os cantos, sendo possível atravessar rios e montanhas, florestas e cerrados, mares e mangues, roça, campo, periferias e capitais. Movemos o Brasil de ponta a ponta.

Não findamos com o racismo e todas as formas de violências que atinge as pessoas negras, mas escancaramos a hipocrisia do racismo perverso brasileiro, evidenciamos sua institucionalidade e seus impactos na vida do povo negro, além de propormos um novo pacto político incluyente, amoroso, solidário, comunitário e ancestral. Como afirma a nossa poetiza Cristiane **Sobral** (2016), “não vou mais lavar os pratos”! Tampouco vamos sucumbir diante das atrocidades impostas ao nosso povo. Nessa direção, reafirmamos nosso pensamento, nossa prática ancestral descrita com letras enegrecidas da Carta da Marcha:

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas (os) e para todas(os).

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a sociedade brasileira as nossas experiências como forma de construirmos cole-



tivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros. (CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015).

Somos uma legião de Mulheres Negras, reafirmando o fracasso do pacto civilizatório brasileiro em curso e apresentando outras possibilidades para conquistarmos uma sociedade, na qual prevaleça o amor, o respeito, a vida plena, a igualdade de oportunidades e direitos para todes. O Bem Viver tem sido forjado a partir de concepções, sentidos coletivos e individuais fincados na utopia de um mundo que caibam as individualidades, subjetividades e diferenças de todes os seres vivos neste planeta.

Mas, como experienciar esse pacto civilizatório a partir da perspectiva do Bem Viver? Não temos receitas, até porque um pacto pela vida deve ser construído por varias mãos, uma vez que as experiências vividas nos ensinaram a perceber o que não queremos, identificarmos o que viola os princípios da existência no planeta, e não acreditarmos na política de morte, da negação da nossa existência, desumanização e destruição de valores e princípios fundantes para viver.

O princípio da complementariedade tem sido experimentado por povos negros e indígenas, por nossas mães velhas, nos quilombos, nas comunidades de terreiros, nas aldeias e tem nos mantido vivas e retroalimentadas. No entanto, essas formas de vida têm sido destruídas contidamente pela lógica perversa do capitalismo neoliberal, entretanto, seguimos resistindo, pavimentando os caminhos e fortalecendo a crença de que somos parte de um todo chamado planeta, em um ecossistema de interdependência e retroalimentação permanente da vida coletiva.

Partindo dos princípios apontados acima, os desafios são inúmeros, perpassa por derrotar uma cultura excludente, capitalista extrativista, um siste-



ma vampiro que se alimenta da lógica da opressão, da exclusão, do racismo, da eliminação e da morte. Um sistema centrado numa perspectiva hegemônica que utiliza as diferenças para fomentar o ódio, a violência, o individualismo e a disputa, a fim de impor a supremacia de um grupo sobre outro. Seguimos, tecendo as redes de povos e comunidades tradicionais para fortalecer e reerguer os pilares e legados deixados pelas nossas ancestrais, no intuito de tecer as teias que irão derrotar o fascismo, o desamor, o racismo e o ódio. Temos o intuito de que a alegria passe a convocar todas essas energias e reorganizar o planeta, a fim de construir uma ética amorosa que, como define bell hooks (2020, p. 123), “pressupõe que todos têm direito de ser livres, de viver bem e plenamente. Para trazer a ética amorosa para todas as dimensões de nossa vida, nossa sociedade precisaria abraçar a mudança”.

Alimentada pelas reflexões que bell hooks nos apresenta, reafirmamos estar no caminho certo ao reivindicar o *Bem Viver* como base central de um novo pacto civilizatório, pois

o compromisso com a ética amorosa transforma nossa vida ao nos oferecer um conjunto diferente de valores pelos quais viver. Em grande e em pequenas escalas, fazemos escolhas baseadas na crença de que a honestidade, a franqueza e a integridade pessoal precisam ser expressas nas decisões públicas e privadas. (hooks, 2020, p. 124)

Nesse sentido, o compromisso com a *ética amorosa* acima citada é a mola que alimenta ideológica e mentalmente as mulheres negras brasileiras e as impulsionam a se levantar todos os dias, com os punhos cerrados, reafirmando a crença na utopia de um Brasil sem Violência, sem Racismo e estruturado pelo Bem viver.



O Brasil do ponto de vista das Mulheres Negras

Uma nação que se estruturou centrada em quase quatro séculos de exploração e dominação escravocrata possui marcas indeléveis. Tais marcas se mantêm entranhada em suas instituições e memórias, mantendo-se resistentes à transformação e as mudanças, sem a capacidade de repensar suas práticas e vivências. Elas seguem reproduzindo violências e exclusões, com descartes sucessivos e cruéis de pessoas, priorizando a renda e as empresas, preocupadas exclusivamente com os investimentos e a rentabilidade.

Uma estrutura secular judaico-cristã, imbuída da ideia de desumanização de corpos e culturas aqui existentes, permanece perseguindo e negando os direitos dos povos tradicionais se autodeterminar, pois a engrenagem do Capital e suas micro e macro estruturas operam no desmonte da possibilidade de uma sociedade baseada na garantia de direitos para todes. Isso reforça a cultura eurocêntrica, associada ao capitalismo selvagem, e dissemina a ideia hegemônica do que se chama de nação brasileira, fortalecendo uma identidade nacional que intensifica os privilégios da branquitude, por exemplo. A desigualdade é, então, afirma Nascimento (2022), uma epidemia. Nas palavras do pesquisador,

a epidemia de desigualdade no Brasil antecedeu a pandemia de Covid-19. Segundo o IBGE, em 2018 o Brasil era o oitavo país mais desigual do planeta e a desigualdade de renda havia atingido o maior patamar desde 2012, pois a renda dos 10% mais ricos era 13 vezes superior à média dos 40% mais pobres. Negros e mulheres, base da pirâmide social brasileira, continuam sendo os mais afetados nesse contexto. (NASCI-MENTO, 2022, site)

Essa compreensão revela como nossos corpos estão adoecidos, visto que são constantemente subjugados e vulnerabilizados. Além disso, as sequelas ge-



radas pelo sistema, que articula racismo, violências, opressão e desigualdades, têm afetado a saúde mental da população negra, agravando as doenças prevalentes e neurológicas, como a hipertensão, glaucoma, diabetes, fibromialgia, doenças uterinas, câncer de mama, além das enfermidades provocadas pela insegurança alimentar e nutricional. Sobre esse aspecto, Nascimento (2022) afirma:

A fome disparou durante a pandemia. Em dezembro de 2020, 55% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar (116,8 milhões, equivalente à população conjunta da Alemanha e Canadá) e 9% passavam fome (19,1 milhões, superior à população da Holanda). Isso representa um retrocesso aos patamares verificados em 2004. O vírus da fome afeta mais as mulheres e os negros no Brasil – 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres e 10,7% dos domicílios liderados por negros passavam fome no final de 2020, em comparação com 7,7% dos domicílios chefiados por homens e 7,5% das famílias encabeçadas por brancos. (NASCIMENTO, 2022, site)

Os últimos dados sobre a fome revelam quanto o empobrecimento das mulheres negras se alastra pelo país a fora, reforçando a insegurança alimentar e nutricional. Nessa esteira, as péssimas condições de moradia e a precarização do trabalho evidenciam o aterrador descaso dos governantes. Nesse momento de pandemia no país, a ausência de acesso aos serviços básicos de saúde, educação e atendimento hospitalar, além da disseminação da “política do terror”, da destruição dos bens naturais, dos assaltos aos cofres públicos, do sucateamento dos serviços públicos, da banalização da criminalidade e dos valores éticos, do respeito com princípio e “do ódio” que vêm nos matando como moscas e na velocidade da luz, nos mostram que “estamos por nossa própria conta” – parafraseando Steve Biko. Isto é, nossa sobrevivência depende do nosso poder de organização e de termos sabedoria para usarmos nossa diversidade a favor do

nosso projeto político.

Diante de tudo isso, qual será a saída? Por onde seguir? Consideramos que o mundo está exigindo novos arranjos existenciais. O planeta clama aos humanos que estabeleçam novas formas de se relacionar, ou se pense dentro de um ecossistema no qual o conjunto de seres vivos, que nele habitam, é interdependente entre si. Dessa maneira, é necessário equilíbrio nesse ecossistema, já que tudo tem vida, as florestas, os rios, as montanhas, os mares, o ar, o fogo, a terra é vida.

Mulheres Negras: Protagonistas de um novo pacto civilizatório

Não nos enganemos. O que este estado de coisas reivindica são novas formas de configuração da política, posto que o país fracassou fragorosamente, o Brasil perdeu para o Brasil. Nessa tarefa de sair em visita e treinar a imaginação, como aconselha Arendt, mostra-se urgência política e imperativo ético instituir novas formas de reflexão e ação, dar vazão ao inominável, ao imponderável. Que tipo de subjetividade pode sustentar de forma protagônica uma insurreição e propor o desenho e abertura de novas rotas? (BORGES, 2019)

Aprendemos com nossas mais velhas e herdamos de nossas ancestrais a sabedoria milenar que reivindica o Bem Viver como projeto de nação, fundado em novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que dão sentido, significado e valor à nossa existência, embaçados na utopia de viver e construir o mundo de todas (os) e para todas (os) e todes.

Reafirmando a capacidade criativa e visionária dessas guerreiras negras, as quais têm movido o Brasil e o mundo, forjando e ampliando a articulação



e a mobilização de coletivos, grupos, organizações e demais formas de agrupamento, a fim de difundir uma ética baseada em princípios que priorizam a vida e tudo que as cercam, convocamos o Estado e a Sociedade brasileira para dar as mãos e unir forças para construirmos coletivamente outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível, por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros, como aponta a Carta da Marcha (2015):

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade, bem-estar, que são valores inegociáveis, consolidados pela pluralidade de vozes que coabitam o planeta estruturado pelo Bem Viver, que se apresenta como um novo código socio-político.

Sem perder a ternura e sempre disposta a lutar, essas sujeitas de direitos seguem, aos trancos e barrancos, acreditando que, por experimentar a face mais perversa da articulação do racismo com o sexismo e das tantas outras formas de exclusão e opressão, estamos habilitadas a protagonizar o processo que reorienta as formas de configuração da política que recobrem os interesses coletivos. Com isso, convocamos a sociedade brasileira para a construção de um novo pacto civilizatório, de uma nova forma de sociedade, na qual todes possam viver em igualdade de direitos, como aponta o Documento Analítico e Declaração Marcha contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (2015)

Do Bem Viver emerge um novo código socio-político em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabi-

tam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade.

Buscamos fundamentos nas concepções milenares de Bem Viver que fundam e constituem as formas do social e do político a partir de princípios plurais que englobam novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura, enfim das formas que dão sentido e valor à nossa existência, calcada em uma visão utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas).

Para a consolidação desse Pacto de consenso, será necessário que Estado e Sociedade atentem para o que propõe as Mulheres Negras que, como estrelas além do tempo, vêm tecendo redes de esperanças e sonhos, compartilhando vitórias, inventando, apontando e imprimindo uma perspectiva de economia solidária, sustentável e inclusiva, com a divisão da riqueza de forma equânime, para, dessa forma, IMPRIMIR NOVOS RUMOS A NAÇÃO.



REFERÊNCIAS

BORGES, R. **Uma possível análise do nosso tempo: desafios à ação política.** 2019.

CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso 27 mar 2022.

COSTA, A. **O Bem Viver para imaginar outros mundos.** Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf> Acesso 09 dez 2020.

COSTA, A.; ÁVILA, B.; SILVA, R.; SOARES, V.; FERREIRA, V. **Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo.** Recife: SOS CORPO- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016

DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO MARCHA CONTRA O RACISMO, Á VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER. Brasília, 2015. Disponível em <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso em: 27 mar 2022.

hooks, b. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 09 dez 2020.

NASCIMENTO, J. A epidemia de desigualdade no Brasil. In.: OXFAM Brasil *site*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/#:~:text=A%20epidemia%20de%20desigualdade%20no%20Brasil%20antecedeu%20a%20pandemia%20de,m%C3%A9dia%20dos%2040%25%20mais%20pobres.> Acesso em: 27 mar 2022.

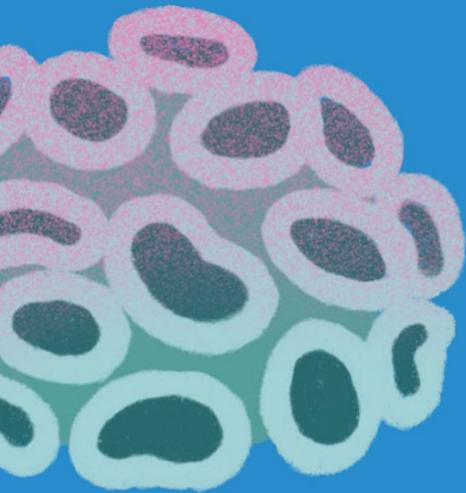
SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.



SALES JÚNIOR, R. Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2009.

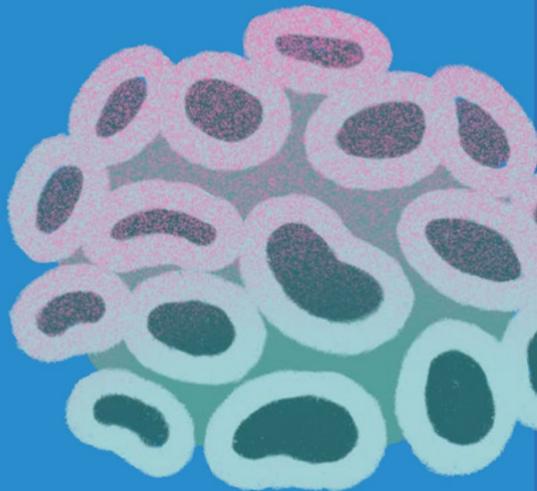
SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2007.





PARTE II

**Aprendendo com quem veio antes:
experiências e trajetórias de mulheres
negras em processos organizativos**



História de organização de mulheres negras: uma proposta de formação emancipatória

Luciana Da Cruz Brito¹
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Entre os meses de junho e julho de 2021, a convite do Instituto Odara, colaborei, como uma das professoras formadoras, na II edição da Escola Beatrix Nascimento: escola de ativismo e formação política para mulheres negras. O convite trazia um desafio grande, nada menos que ministrar um curso sobre a história da organização política de mulheres negras. Como historiadora, pensei em construir um programa de curso a partir de uma perspectiva que contasse a história de projetos políticos, resistência, atos coletivos e individuais de organização, ações e projetos de vida e comunitários, através dos quais mulheres negras inscreveram suas trajetórias na história do Brasil e deixaram registrados seus projetos para o país. Sendo este um curso oferecido por uma organização de mulheres negras, localizada na Bahia, nordeste brasileiro, que contava com a participação de mulheres negras diversas, mulheres cis e trans, nordestinas na sua maioria, lésbicas, mulheres ativistas, estudantes, algumas preo-



¹ Historiadora, doutora em História pela USP, professora do curso de graduação em história e do mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



cupações eram fundamentais na elaboração da ementa.

A primeira delas foi abordar períodos históricos distintos. Sem reduzir a trajetória de mulheres negras à experiência de escravidão, começamos pelo Brasil Imperial escravista para entender a vida de mulheres negras naquele momento. Tratamos também do período pós-abolição e das primeiras iniciativas políticas de organização no início do século XX. A despeito do silêncio sobre a ação política de mulheres negras no século XX, abordamos as primeiras organizações fundadas por elas e que tinham por objetivo reivindicar melhores condições de trabalho. Posteriormente, compreendemos sobre a presença das mulheres negras nas lutas pela democracia no país durante os anos de ditadura militar, quando também tiveram papel decisivo na fundação do movimento negro contemporâneo. Privilegiamos esse último período para darmos ênfase aos anos 1980, quando a temática das especificidades de mulheres negras, no que diz respeito aos impactos do racismo e do sexismo em suas vidas, produziu uma agenda política que desafiou os movimentos feminista e o movimento negro. Por fim, o curso concluiria sua abordagem histórica com a marcha das mulheres negras, ocorrida em Brasília, em novembro de 2015, marcando uma virada na participação das mulheres negras no cenário político brasileiro.

Além da seleção desse conteúdo, após escolher qual história seria contada, duas outras preocupações orientaram a feitura dessa ementa: a metodologia e um referencial teórico no qual mulheres negras, a maioria delas nordestinas, fossem a base intelectual principal do curso. Para tanto, do ponto de vista da história, nossa principal referência teórica foi a historiadora **Beatriz Nascimento**. Foi a partir da análise da vida e, sobretudo, da formulação intelectual dessa pesquisadora e militante, que lançamos nosso olhar para a parte inicial do curso, que tratava da história da escravidão, um dos seus principais objetos de análise:

E quando cheguei à universidade, a coisa que



mais me chocava era o eterno estudo, quando se referia ao negro, sobre o escravo, como se durante todo o tempo da história do Brasil nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração. (NASCIMENTO, 2018, p. 127)

Afirmando-se como historiadora e reivindicando um espaço nesse campo de estudos, Beatriz **Nascimento** propunha uma revisão na historiografia do tema que, segundo ela, deveria, a partir de fontes documentais, alargar o estudo da experiência negra no Brasil, restrita, então, à experiência do cativo. De acordo com Beatriz **Nascimento**, a historiografia brasileira carecia de uma história “escrita por mãos negras”, e de uma história comprometida com a humanização das pessoas negras, desumanizadas num cotidiano escravista que as/os retrataram como infantis, e submissos.

Dentre as diversas preocupações de Beatriz **Nascimento**, outras diziam respeito à investigação das iniciativas da organização política da população negra no Brasil escravista, e, nesse sentido, os quilombos lhe despertavam especial interesse. A atuação de mulheres enquanto protagonistas nesses projetos políticos também era objeto de interesse dessa historiadora, o que se pode ver no seu projeto de pesquisa, que não foi concluído. O silêncio das fontes, tidas como obstáculos para encontrar evidências da participação de mulheres negras nos movimentos de resistência à escravidão, deveriam, consoante seu pensamento, servir de estímulo para a busca minuciosas dos arquivos, mesmo que a historiografia ainda carecesse de um processo de amadurecimento de um olhar sobre as fontes tradicionais. Para a historiadora (2018):

Acompanhando a tendência limitadora da historiografia oficial, em relação aos povos subordinados e por força do caráter geralmente militar dos quilombos, a mulher corresponde a um elemento ausente no contexto social (quotidiano) e político destas comunidades. Esse obs-



curantismo no papel feminino não é somente quanto a esses estabelecimentos, mas um padrão do estudo histórico e da historiografia em geral. (NASCIMENTO, 2018, p. 410)

...o levantamento de dados promoverá o reforço...do papel do gênero feminino, grosso modo, ausente e anônimo na historiografia, como grupo social extremamente atuante em sociedades tradicionais agrárias. (NASCIMENTO, 2018, p. 411)

Um dos elementos novos trazidos por Beatriz **Nascimento**, no campo da pesquisa sobre escravidão, foi a crítica do reconhecimento como fontes somente aquilo que estava registrado de forma tradicional. Ela propunha um alargamento do reconhecimento com o status de fonte outros registros deixados por pessoas negras, ou seja, outros elementos através dos quais homens e mulheres deixaram marcadas suas vontades, sonhos e projetos de liberdade. Nesse sentido, para a historiadora, o corpo negro aquilombado era fonte de informações, tradições, valores culturais e políticos nos quais uma história também estava inscrita. Dito de outro modo, para Beatriz **Nascimento**, no caso das pessoas negras, o corpo é muito mais do que um ente físico, ele não se encerra em si. A busca pela leitura desse corpo e as marcas que ele deixou, as mensagens que ele inscreveu nas suas memórias e tradições carecem de serem lidas e interpretadas pela historiografia. Cabe então às historiadoras e aos historiadores profissionais entender esse corpo como entidade documental e política, um acervo de histórias.

E foi assim, a partir dessa contribuição teórica de Beatriz **Nascimento**, historiadora, que iniciamos nosso curso, mergulhando no cotidiano das mulheres negras libertas e escravizadas, pioneiras nos sonhos e nos projetos de liberdade, da qual somos herdeiras incansáveis.



Mulheres negras história e formação do povo brasileiro

De acordo com o projeto DNA do Brasil, a herança genética do povo brasileiro revela como a violência foi uma ferramenta fundamental de controle e de produção da população. A partir de uma amostragem inicial, pesquisadoras e pesquisadores concluíram o seguinte: o nosso DNA masculino é 75% herdado de homens europeus, enquanto nosso DNA feminino é 36% herdado de mulheres africanas e 34% herdado de mulheres indígenas. Homens negros constituem 14,5% do nosso DNA paterno enquanto homens indígenas 0,5%. Mulheres europeias compõem 14% do nosso DNA materno. Os números revelam a disparidade sobre a qual se deu tão aclamada miscigenação racial que formou o povo brasileiro, na qual, enquanto mulheres negras e indígenas eram as maiores reprodutoras do gênero feminino, era o homem branco maior reprodutor do sexo masculino. Violência sexual, extermínio e relações desiguais ocorridas no contexto escravista indicam um cotidiano sexual de coerção, desigualdade e violência².

Sendo assim, já nas aulas iniciais do curso *História de organização de mulheres negras*, nas quais tratamos das iniciativas de resistência, sobrevivência e busca por liberdade e autonomia do contexto escravista, tentamos também pensar as subjetividades, os desejos e as vontades de mulheres cujo cotidiano e sexualidade se desenvolveram do cativo. Reconhecendo a dor (HARTMAN, 2020), e os riscos de uma historiografia tradicional que tratou de romantizar e erotizar dados como os revelados pelo projeto DNA do Brasil, nos debruçamos sobre aquilo que pode ser revelado pelos silêncios das fotografias, pelo olhar, pelos gestos e pelas formas de adornar o corpo, inclusive os cabelos.



² Conheça mais sobre os dados da pesquisa: <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/dados-do-genoma-de-brasileiros-revelaram-violento-processo-miscigenacao/#page2>



Analisando as fotografias de mulheres negras libertas do século XIX, nos perguntamos: como viviam essas mulheres? O que almejavam as escravizadas? Quais os desafios cotidianos impostos às libertas para que garantissem sua autonomia financeira, fundamental para o sustento da vida em liberdade?



Imagem 1: foto de Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, 1880; - Imagem 2: retrato de Antônia Herculana, escrava alforriada, estúdio Firmino & Lins, Recife, PE, c. 1860

Recorremos, então, às pesquisas desenvolvidas por historiadoras negras contemporâneas que têm atuado no campo da história social da escravidão, bem como investigando as trajetórias e cotidiano de mulheres negras escravizadas e libertas. Primeiro, discutimos a pesquisa da historiadora Cecília Moreira Soares (1996), que investigou o cotidiano das ganhadeiras, mulheres que, já no século XIX, monopolizavam o comércio de produtos diversos na cidade de Salvador. Atuando em parceria com homens, ou participando de redes de apoio e de comércio das quais faziam parte com outras mulheres negras, elas comprovaram suas alforrias e das suas pessoas queridas, aumentavam seus comércios, mas também eram duramente perseguidas por comerciantes e autoridades

policiais numa sociedade escravista e patriarcal. Para entender esse cotidiano, também nos debruçamos sobre o trabalho da historiadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2012) para entender os esforços de mulheres negras para manterem seus vínculos afetivos, além dos seus sonhos de família e liberdade numa sociedade que lhes negava o direito ou a todo momento ameaçava seus desejos mais íntimos de intimidade, afeto e manutenção dos vínculos que construíram.

Em seguida, discutimos a pesquisa da historiadora Juliana Barreto Farias (2012) para conhecermos a iniciativa de mulheres negras de nação Mina. Essas mulheres não hesitaram em recorrer à justiça já no século XIX para requerer o divórcio de companheiros que consideravam pouco empreendedores, abusivos e exploradores. A partir de documentos da justiça, a historiadora demonstrou um cotidiano de autonomia, empreendedorismo, mas também de resistência aos abusos sofridos, tanto pela estrutura do estado comprometido com a escravidão e com a manutenção da pobreza dessas mulheres, como também de reação aos arranjos familiares os quais elas não vacilavam em finalizar.

Por fim, trouxe para nosso debate a história da africana Sabina da Cruz, personagem a qual, além de mim, também foi investigada em outros trabalhos historiográficos, e ficou conhecida pela historiografia por ser a mulher que denunciou o levante dos Malês (ver BRITO, 2016). Um olhar mais atento aos rastros deixados por Sabina da Cruz através do seu testamento e outros documentos que revelam sua relação com a justiça e a rede de relações na cidade de Salvador, podemos ver uma vida complexa de uma mulher liberta que chegou ao Brasil ainda criança. Longe de estar isolada de um grupo, percebemos que até mesmo ela estava inserida numa rede de afeto formada por pessoas negras, africanas e afro-brasileiras, com as quais desenvolveu laços familiares e, mais tarde, se tornaram suas herdeiras.

Assim, longe de seguirem o perfil descrito pela historiografia oficial que reduziu ao romance e ao erotismo as atitudes de mulheres negras diante de uma



sociedade escravista e patriarcal, a vida de mulheres negras no Brasil e a historiografia social da escravidão nos permitiu acessar histórias de mulheres inconformadas, dinâmicas e sedentas por autonomia e liberdade. Entendemos que, de diversas formas, mulheres africanas e afro-brasileiras, escravizadas ou libertas, sempre tensionaram a sociedade brasileira, desafiando o cativo e o patriarcado de diversas maneiras. Ainda assim, não deixamos de destacar suas ações de auxílio mútuo, o que pudemos depreender das pesquisas sobre a participação delas em associações e irmandades religiosas, como a Irmandade da Boa Morte, fundada na primeira metade do século XIX³. As pesquisas da historiadora Luciana Falcão Lessa (2007) e da historiadora Lisa Castillo (2007) revelam, além da organização em torno dessa confraria católica, o culto concomitante à religião dos orixás, o candomblé, que também cumpriu papel decisivo como esteio político e espiritual para a comunidade negra, organizada em torno da ação de mulheres anônimas, ou aquelas que deixaram rastros nas fontes documentais ou na memória das populações negras, como Francisca da Silva - Yá Nassô e Marcelina da Silva - Obatossi.

Mulheres negras: organização pela autonomia política na primeira metade do século XX

Com o pós-abolição, mulheres negras se mantiveram presentes no mercado de trabalho em condições precárias, fosse nas fábricas, ou, como na grande maioria, no serviço doméstico. De forma concomitante à organização por melhores condições de trabalho, foi também nessas organizações que começaram a construir suas primeiras propostas de sociedade na sociedade brasileira. Já em 1936, Laudelina Campos fundou,



3 Sobre a Boa Morte ver também: CONCEIÇÃO, JOANICE S. Tenha uma Boa Morte: notas sobre a Irmandade da Boa Morte. PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 3, no 2, 2012, p. 101-130



na cidade de Santos, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos. Em 1950, Maria de Lourdes Vale **Nascimento** tornou-se uma das lideranças fundadoras do Conselho Nacional das Mulheres Negras. Ambas tinham como objetivo organizar as trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. Uma década depois estariam implicadas na luta contra a ditadura militar, atuando em organizações mistas, nas quais, a despeito do racismo e do sexismo, também atuavam na defesa da democracia, ao mesmo tempo que já começavam a discutir questões específicas da vida das mulheres negras brasileiras.

No entanto, é, na década de 1970, que falas mais contundentes começaram a surgir sobre a necessidade de “enegrecer o feminismo”, como afirma a filósofa Sueli **Carneiro**. Atuando nos movimentos negro e de esquerda, mulheres negras começaram a discutir um novo projeto para a sociedade brasileira, ao mesmo tempo que expunham os desafios e limites de uma atuação política ao lado de companheiros negros que resistiam ao debate sobre as práticas sexistas, e das militantes brancas do movimento feminista que resistiam a discutir a questão racial. O manifesto de mulheres negras escrito durante o Congresso de Mulheres Brasileiras de 1975 revela a especificidade dessa luta das mulheres negras: “as mulheres negras brasileiras têm recebido uma herança cruel: ser objeto de prazer dos colonizadores...”. Sueli **Carneiro** descreveu a necessidade de enegrecer o feminismo da seguinte forma.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de polí-



ticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CAR-NEIRO, 2003).

Foi, a partir dos encontros de mulheres da década de 1970, que mulheres negras começaram a se organizar em torno de uma pauta específica, formando coletivos, associações e organizações de mulheres negras. Nesse período, quando lideranças negras, como Lélia **Gonzalez**, já começavam a tratar da questão da mulher negra no mercado de trabalho, mesmo momento em que eram fundadas entidades negras como o Bloco Afro Ilê Aiyê (1974), o grupo Nêgo (Salvador, 1978), o próprio MNU (1978), a década de 1980 testemunhou a criação de organizações de mulheres negras como o grupo Aqualtune (1978, RJ), Luiza MAhin (1980, RJ), o Grupo Nzinga (1983, RJ), o grupo Geledés (1988, SP), dentre outros. Assim, conforme afirma Matilde **Ribeiro**, mulheres negras desafiavam a noção de uma suposta igualdade implícita, fosse entre as mulheres das organizações feministas ou os homens negros, das organizações de movimento negro (CALDWELL, 2007).

Esse momento de construção das organizações de mulheres negras teve como momentos fundamentais a III Conferência Mundial das Mulheres, que aconteceu no Nairobi, em 1985, e o III Encontro Feminista Latino - americano e do Caribe, que aconteceu em Bertioiga, em 1985, sendo que este último evento foi fundamental para a preparação do primeiro encontro de mulheres negras que ocorreria em Valença, no Rio de Janeiro, em 1988. Acusadas pelas feministas brancas de provocarem uma cisão no movimento feminista, as mulheres negras começaram a construir esse encontro a partir de pautas como direitos reprodutivos, direitos do trabalho, a questão da violência doméstica dentre outras as quais lhes atingiam de forma específica. A despeito dos grandes desafios e das divergências, além da diversidade que marcava as origens e realidade das mulheres negras que organizaram o Encontro, pesqui-

sadoras e militantes reconhecem que o I Encontro de Mulheres Negras foi um marco importante na atuação e articulação nacional de mulheres negras brasileiras (MOREIRA, 2014).

Entender o momento histórico e a importância dos encontros na formação da agenda política das mulheres negras brasileiras foi algo fundamental, e, quando falamos de encontros nacionais e de atividades que envolviam a articulação de mulheres de partes diferentes do Brasil, estivemos atentas para as disparidades regionais que acabam privilegiando e dando maior visibilidade às regiões sudestinas do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo notadamente. Desconstruindo o regionalismo que marca essa narrativa que construiu a história do movimento de mulheres negras, o artigo de Angela **Figueiredo** destaca o papel da cidade de Salvador no plano nacional.

Para tanto, são relevantes as atuações de militantes como Valdecir **Nascimento**, Ana Célia **Silva**, Arani **Santana**, Lindinalva **Barbosa**, Vilma **Reis**, Luíza **Bairros**, dentre outras que pautavam a questão das mulheres negras na cidade de Salvador no final dos anos 1970 e década de 1980 (**FIGUEIREDO**, 2018). Na cidade de Salvador, um marco importante nessa ação política, e que se distinguiu um pouco do restante do país foi a fundação do Grupo de Mulheres do MNU, o GM. A pesquisa de Silvana **Bispo** (2011) foi nossa fonte principal de informação, pois nela a pesquisadora analisa depoimentos preciosos de mulheres que fundaram o GM e instalaram uma mudança de paradigma no debate racial na Bahia, pautando a questão da mulher negra dentro da principal organização de movimento negro do país. A partir da atuação das mulheres negras, temas como a lesbofobia, o direito à sexualidade de mulheres negras e uma democracia inacabada que seguiria os anos pós-ditadura seriam feridas expostas por mulheres negras dentro dos movimentos de esquerda. Segundo os relatos dessas mulheres, os desafios e as resistências da parte dos seus companheiros negros de militância não foram poucos, mas essas rupturas foram fundamentais para que dali comesasse

a se falar num feminismo negro no Brasil.

A Marcha de Mulheres Negras: contra o racismo, a violência e pelo bem viver

Ao longo do curso *História de organização de mulheres negras*, passamos por diversos momentos históricos, atravessados por contextos políticos diversos para discutir como a vida das mulheres negras brasileiras foram impactada por esses marcos, mas também para compreender como, em diferentes momentos, essas mulheres responderam a essas conjunturas: articularam-se, movimentaram-se individual e coletivamente, impuseram sua perspectiva sobre o que seria uma sociedade democrática, foram protagonistas em movimentos sociais diversos e, por fim, organizaram-se em entidades nas quais construíram suas próprias pautas políticas.

Por fim, concluímos nossa jornada de formação política escolhendo, como evento principal a Marcha de mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver, que aconteceu em Brasília no ano de 2015. Entendemos que a Marcha de 2015 foi o ponto culminante dessa construção histórica de autonomia política das mulheres negras no cenário político brasileiro. Resultado de anos de organização política, e encarando o desafio constante de colocarem juntas mulheres cheias de diversidades, a marcha conseguiu unir cerca de 35 mil mulheres que ofertaram um novo projeto civilizador para o Brasil⁴.



⁴ O trabalho referencial sobre a Marcha de Mulheres Negras é de *Rosália Lemos*, *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras - 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016. Sobre a marcha de mulheres negras ver também: *Caderno Sisterhood*. Vol. 2, n. 1 (maio, 2017) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde – NEGRAS, 2017. E ainda: <https://www.geledes.org.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/>



Mulheres negras de diferentes classes sociais e escolaridades, idades diversas, assim como diversas eram suas regiões e cidades, mulheres que atuavam em organizações mistas ou de mulheres, mulheres quilombolas, ribeirinhas, moradoras de comunidades, lésbicas, mães e mulheres sem filhos, num dos momentos mais difíceis da história do Brasil, de recrudescimento do conservadorismo e do movimento antidemocrático que ganhava força na política brasileira naquele momento, tiveram a coragem de marchar em defesa de uma vida digna. A carta entregue à presidenta Dilma, com propostas diversas em defesa da vida, do meio ambiente, da educação e do combate à violência que tira a vida da juventude negra, bem como em defesa da saúde, do acesso à moradia, justiça e liberdade, anunciava o desejo de um Brasil diferente, com projetos políticos de bem viver para as mulheres negras, e para toda a sociedade brasileira.

A carta entregue à presidenta Dilma, que foi destituída do cargo de presidenta não muito tempo depois, trazia aquilo que era de mais avançado e sofisticado enquanto projeto para a sociedade brasileira. Dali, o Brasil seguiu outro caminho, completamente oposto daquilo que era apresentado na carta de mulheres negras. Contudo, após a Marcha, percebemos uma intensa participação de mulheres negras na disputa do espaço político brasileiro, nas mais diversas instâncias de poder. Portanto, como vimos ao longo do curso, combinando sabedoria milenar e acompanhando os mais recentes rumos da sociedade, atualizando pautas e inserindo demandas novas, mulheres negras, ao longo da sua história na sociedade brasileira empurraram



4 O trabalho referencial sobre a Marcha de Mulheres Negras é de *Rosália Lemos*, *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras - 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016. Sobre a marcha de mulheres negras ver também: *Caderno Sisterhood*. Vol. 2, n. 1 (maio, 2017) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde – NEGRAS, 2017. E ainda: <https://www.geledes.org.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/>

o Brasil para outro caminho, mais democrático, com direitos e cidadania para todas as pessoas. E ainda que o racismo, o sexismo e o patriarcado brasileiro seguissem empurrando o país para outro lado, elas não desistiram. Por isso, nós continuamos em Marcha e que essa história seja sempre lembrada por nós.



REFERÊNCIAS

BISPO, Silvana. S. **Feminismos em debate**: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 – 1997) / Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

BRITO, Luciana da Cruz. **Temores da África**: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista. Salvador: EDUFBA, 2016.

CALDWELL, Kia Lily. **Negras in Brazil**. United States of America: Rutgers University press, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **ESTUDOS AVANÇADOS** 17 (49), 2003.

CASTILLO, Lisa Earl.; PARÉS, Luis Nicolau. **Marcelina da Silva e seu mundo**: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu. Afro-Ásia, [S. l.], n. 36, 2007.

FARIAS, Juliana Barreto. Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX. In: XAVIER, FARIAS E GOMES (orgs.) **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020. Tradução: Fernanda Sousa; Marcelo R. S. Ribeiro. Disponível em: <https://bitly.com/Ke6zB>. Acesso 30 set 2021.

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do Cajado**: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos, dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2005.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras do Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

SILVA, Joselina; MENDES, Amauri (orgs.) **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social do Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

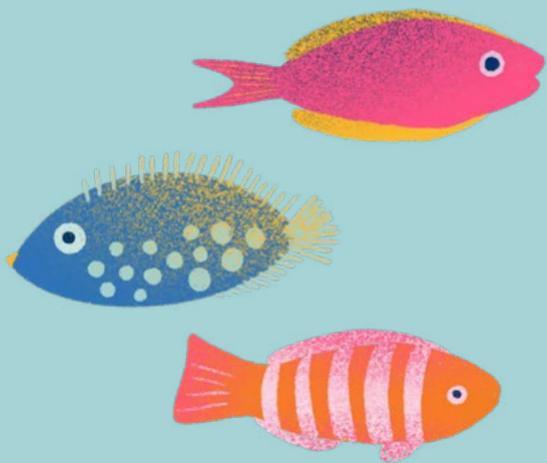
NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

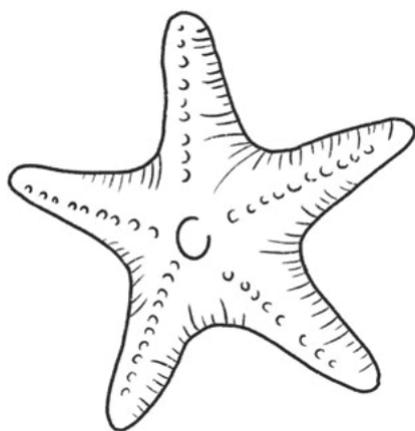
REIS, Isabel Cristina F. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras na Bahia oitocentista. In: XAVIER, FARIAS E GOMES (orgs.) **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SILVA, Tauana Olívia G. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em história (tese de doutorado), Florianópolis, 2019.

SOARES, Cecília Moraes. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, [S. l.], n. 17, 1996.







Organização das mulheres negras na contemporaneidade: vivendo o cotidiano do movimento de mulheres negras a partir da I Marcha de Mulheres Negras à Brasília

Maísa Vale

Introdução

A década de 1970 se constituiu no Brasil como um marco na ressignificação do lugar dos sujeitos sociais nos processos políticos. Com a abertura política, ocorreu a explosão da participação popular, através das lutas contra os privilégios de raça, gênero, classe, orientação sexual, etc., que estruturam as relações de poder entre os sujeitos, e as ações coletivas articuladas a partir das identidades - mulheres, negros, gays, trabalhadores, favelados - passaram a ser vistas reivindicando o ideal de autonomia, direitos, questionando práticas, lugares e papéis sociais.

A partir dessas, tantas outras formas de organização dos movimentos sociais contemporâneos emergiram, exigindo dos/as pesquisadores/as um enfoque nos processos de produção teórica da identidade. A produção da literatura abarcando a agência desses sujeitos sociais dos anos 1970 para cá tem apresentado uma insistência na natureza discursiva da “experiência” e na política da sua construção. O que nos tem agradado muito devido ao considerável progresso.

E é nisso que consiste este artigo. Uma tentativa de apresentar de forma sistemática, no que com-

preende a organização política das mulheres negras na contemporaneidade. Colocar pedra sobre pedra, não a partir do ponto mais longínquo que se possa imaginar, o que exigiria muito mais páginas. Dito isso, o que importa é assegurar uma historiografia condizente com a pluralidade constitutiva desse movimento desde sempre.

No tange à Organização das Mulheres Negras, num período mais recente, é possível destacar a criação do primeiro coletivo de mulheres negras: Aqualtune. Fundado em 1978, no Rio de Janeiro, teve entre suas participantes nomes de destaque como o de Azoilda **Trindade**, Cristina Daniel **Cruz**, Édila Silva das **Virgens**, Estela da Costa **Monteiro**, Irani Maia **Pereira**, Léa **Garcia**, Jurema Gomes da **Silva**, Oir Nascimento de **Oliveira**, Pedrina de **Deus**, Shirlei da **Silva**, Suzete **Pai-va**, entre outras (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2007; SEBASTIÃO, 2007).

Dentre as contribuições recentes acerca desse movimento, destaco o debate despertado pelo artigo “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertiooga a Beijing”, da intelectual Matilde **Ribeiro** (1995), que aborda o surgimento da organização. A autora, nesse artigo, sugere que o movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu pós-criação do Movimento Negro Unificado (MNU), como um movimento autônomo no bojo das lutas feminista e negra, em meados da década de 1970.

Entretanto, convém atentar para o que enfatiza a pesquisadora Joselina da **Silva**, em seu artigo “I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980” (2014), quando a autora alerta para o risco de se tomar a organização das mulheres negras como algo recente, que emerge nesse período com os chamados “novos movimentos”.

Penso que a autora, provavelmente, se referia também ao Conselho Nacional de Mulheres Negras, criado em 1950, no Rio de Janeiro. Esse Conselho foi um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro (1944), sob a direção

de Maria **Nascimento**. Atualmente, é considerado como o primeiro registro de organização autônoma de mulheres negras no Brasil. Ao longo de suas análises, Joselina da **Silva** (2005) relembra ainda nomes fortes de lideranças negras dessa época, como Maria de Lurdes **Nascimento**, Nair Theodora **Araújo** e Antonieta de **Barros**, que protagonizaram a luta por autonomia e reconhecimento das mulheres negras, bem como denunciaram as desigualdades raciais, de gênero e social no Brasil.

O fato é que, antes disso, afirma **Silva** (2014, p. 36), na década de 1970, nós “já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária”. Isso significa afirmar que “nossos passos vêm de longe”, e com o advento das lutas feministas nesse período, o que ocorreu foi que nós passamos a reconhecer e nomear aquelas práticas individuais e coletivas oriundas desse sujeito desde a chegada das nossas ancestrais, e antes disso também, como sendo práticas feministas, da organização das mulheres negras.

Processo de Articulação política para mobilização em torno da IMMNB

O processo de articulação para a IMMNB – 2011 a 2015 – contou com uma forte atuação da RMNN, que, durante esse período, realizou uma série de reuniões, encontros e caravanas para debater a conjuntura local e nacional das mulheres negras. Dentre essas estratégias, destaco as atividades voltadas para a comemoração das datas simbólicas emplacadas pela intelectualidade e pelo Movimento Negro, na luta pela igualdade racial no país; e o Julho das Pretas, homenageando o dia 25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Ao cronometrar a publicação das Cartas de apoio a I Marcha, primeiro a de Curitiba, na sequência, a de Recife e de outros estados; seguido da ideia de chamar as mulheres mais velhas da Irmandade da

Boa Morte para fazer a abertura da Marcha e entregar o documento à Presidenta Dilma, bem como a concentração em cima dos trios elétricos de mulheres negras referências da nossa intelectualidade - Phumzile Mlambo-Ngcuka, Leci Brandão; Conceição Evaristo; Nilma Bentes, etc. Tudo isso, visto no conjunto, torna evidente que ali estava sendo posto em prática um conjunto de expertises e táticas, direcionando a linha estratégica de ação que o movimento queria adotar.

Esses documentos, aos quais me refiro - Carta de Curitiba - Encontro da Rede Lai, Lai Apejo, Carta de Recife (Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste), Carta de Salvador (Reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste), Carta de Brasília (III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR) e, por fim, a Carta do Rio de Janeiro, no Seminário "Democracia e desenvolvimento sem racismo - Por um Brasil afirmativo) -, fazem parte do acervo desse marco de construção da IMMNB. Daí o entendimento defendido de que ali havia um fio condutor estratégico, articulando nacionalmente essas Mulheres Negras rumo à Marcha.

A referida assertiva, não apenas no ato de marchar, mas também na forma com que essas ações foram conduzidas e implementadas em cada território, revelam que muitas foram às iniciativas que igualmente fizeram parte e potencializaram esse processo de mobilização. Entretanto, o conhecimento produzido a partir dessa construção social, por um lado, encontra-se fragmentado, disperso; por outro, apresenta-se restrito apenas àquelas organizações e com membros que estão mais diretamente ligados a essas instituições, carecendo, portanto, de uma maior socialização que poderia tornar-se, a partir da difusão desses saberes produzidos pelo movimento, um sistema mais integrado e a RMNN mais coesa e fortalecida.

Metodologias adotadas para mobilização do Nordeste Brasileiro

a. Rede de Mulheres Negras da Bahia - RMNBA

O Odara - Instituto da Mulher Negra, em parceria com a Fundação Ford, foi a organização responsável por articular a RMNN para marcharem até a Brasília, em 2015. Por ser o estado da Bahia a quinta maior unidade da federação em extensão territorial - 567.295 km², distribuídos ao longo de 417 municípios, além de ter sido bastante estratégico, foi também extremamente desafiador.

A relevância dessa articulação no território baiano se deu pelo fato de ser o estado que possui o quarto maior contingente populacional dentre os estados do Brasil, e a segunda maior população de pretos e pardos do país, em números absolutos, logo abaixo de São Paulo (3.453.975), que é o estado brasileiro mais populoso. Somando-se os negros na Bahia, chegava-se, em 2018, a 81,1%, (11,994 milhões de pessoas) (PNAD Contínua, 2018)¹.

A estrutura da RMNBA congrega organizações que buscam alternativas de desenvolvimento sustentáveis e socialmente justas para as mulheres negras. Não tem fins lucrativos e é mantida por doações de indivíduos, fundações, fundos, instituições públicas ou privadas. A agenda da Rede não é ditada ou comprometida com qualquer uma dessas fontes financiadoras, que a torne representante de qualquer interesse ideológico de governo ou empresa. Em sua carta de princípios, consta que a RMNBA defende e se propõe a vivenciar, a partir das organizações que a representam, os seguintes valores: identidade, ancestralidade e religiosidade; tradição cultural negra; experiência; legado



¹ Segundo maior percentual entre os estados, abaixo do Amapá, onde 81,3% da população se declararam pardos ou pretos.

histórico de luta; autoestima e combate aos estereótipos e política sexual². Conforme deliberaram, a organização baseia-se não na unidade como um fim para as mulheres negras, mas na irmandade, na cumplicidade e solidariedade dessas mulheres que compartilham projetos políticos de emancipação mútua. Insurgem contra os modelos de desenvolvimento econômico e político desigual, adotado pelo Estado, contra o qual são levantadas bandeiras reivindicativas de inclusão da maioria da população excluída.

As reuniões da Rede aconteceram em espaços como a sede do Odara – Instituto da Mulher Negra, sede do Bahia Street, Centro de Estudos Afro Oriental (CEAO/UFBA), e outros fora da capital, como no caso das caravanas, quando levamos nossas reuniões para outros municípios: Camaçari, Cachoeira, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Cruz das Almas, Serrinha, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa e tantos outros. Nessas ocasiões, pontuamos a participação de diversos coletivos e representações dos movimentos de mulheres negras (lésbicas, marisqueiras, de santo, agricultoras, marisqueiras, população em situação de rua, movimento sem teto, trabalhadoras domésticas e de Juventude).

Esses ciclos formativos foram pensados pela RMNBA para serem momentos de acolhimento, autocuidado e formação política. Nesses espaços, foi possível notar a existência de uma forte relação entre a educação e a decolonialidade, pois não se tratava, unicamente, de treinar mulheres para algo. A ideia central sempre foi a de contribuir para que elas, com a desnaturalização da exclusão e das opressões que tinham que conviver cotidianamente, pudessem reconhecer as estruturas e as condições sociais de dominação, que criam tal desumanidade.



2 Relatório do I Encontro do Movimento de Mulheres Negras para Fundação da Rede de Mulheres Negras da Bahia. Data de Fundação: 26 de abril de 2014, na cidade de Salvador/BA.



Aspecto intrínseco dessas formações que tiveram sempre como objetivo romper com esse processo de desumanização que lhes foram impostos pelo branco colonizador. Isso pressupôs extrair, dos conteúdos do dia a dia, as possibilidades que brotam dessa experiência para atribuir-lhes significado, dar-lhes sentido e apropriar-se para uso no seu cotidiano. Porém, sobretudo, o de atuar responsabilmente e conscientemente contra as estruturas e as condições sociais que pretendem negar a sua humanidade.

Nesse sentido, a necessidade de formar todas/as, inclusive quem estava formando, esteve sempre implícita. Eram tratadas como possibilidades para que se pudesse refletir sobre o conhecimento e sobre o ato de pensar. Estratégias pedagógicas desenvolvidas na perspectiva anti-racista, a partir de suas experiências como instrumento de ensino e de aprendizagem, possibilitando para essas mulheres a reflexão sobre a complexidade social acerca de diversas dimensões da vida, do corpo, da corporeidade, do comportamento e da subjetividade.

É importante desenvolver reflexões e estratégias pedagógicas, na perspectiva antirracista, para compreender a complexidade social, respeitando as outras identidades construídas socialmente pelos sujeitos; lidando de maneira positiva com todas elas (GOMES, 2002, 2005; CAVALLEIRO, 2005, MUNANGA, 2005, MOTA, 2015). O que se tem tentado afirmar, com essa prática pedagógica, é que se o modelo educacional padrão, que forma a sociedade brasileira, é racista, a pedagogia preta é genuinamente de resistência. Isso porque a pedagogia para o empoderamento das mulheres negras têm o potencial de contribuir para que elas revejam suas concepções e vivências das formas e conteúdos construídos a partir da sua própria experiência de vida. Sendo assim, os conteúdos utilizados nessas formações favorecem a independência, a criatividade e a autocrítica na construção do conhecimento. Aqui, a coerência entre forma e conteúdo está a serviço da autonomia e da transformação social, contrária, portanto, à manutenção da ordem social opressiva

e desigual estabelecida com o intuito de oferecer uma chance para que o processo de construção da marcha fosse um *locus* de empoderamento de sujeitos.

b. Rede de Mulheres Negras do Maranhão

O processo de articulação da I Marcha Nacional das Mulheres Negras em Brasília, no Estado do Maranhão, teve como principal eixo articulador a Campanha “Contra o Racismo a Violência e pelo Bem Viver”. Essa metodologia foi traçada pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (GMNMA), juntamente com a Rede de Mulheres Negras do Maranhão (REMNEGRA), Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, o Instituto pela Cidadania – AKONI e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA).

Sobre o processo de mobilização para a Marcha, Josanira da Luz, da Rede de Mulheres Negras do Maranhão - REMNEGRA e coordenadora do GMNMA, destaca que, quando a ideia de construção da I Marcha chegou aos ouvidos do movimento, elas decidiram por mobilizar as mulheres em torno da campanha “Contra o racismo, a Violência e pelo Bem Viver”. Porém, não pararam por aí; no Carnaval, também foram para rua durante os três dias com uma grande faixa e turbantes para denunciar o racismo e mobilizar para a marcha, chamando a atenção da imprensa para o lançamento oficial da marcha e para o documentário que produziram.

Dentre todas as estratégias, diálogos e parcerias contra o racismo, machismo, sexismo e tantas outras formas diversas de opressão, destaco o vídeo-documentário produzido pelas mulheres negras maranhenses com falas potentes como a de Dona Dijé, líder e fundadora do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com as motivações para realização da Marcha. Nessa produção, ela expressa o que tem sido a luta das mulheres negras contra formas diversas de opressão, causadas pelo racismo, machismo e sexismo, projetos e demais proje-

tos de desenvolvimento que não nos enxergam e pela nossa sobrevivência.

Assim, Dona **Dijé** sintetiza a luta das mulheres negras:

Quando a gente sai dos conflitos da terra, primeiro a gente lutava contra a grande pecuária extensiva, hoje a gente luta contra os grandes projetos dos tal desenvolvimento que a gente não sabe pra quem. Pra quem é o desenvolvimento? Porque esse desenvolvimento tão falado na mídia, nos jornais, na revista eles não chegam nas comunidade de direito e de fato. Então a gente se organizou e a gente vem se organizando. A gente se organizou por uma educação porque a gente não sabia ler, éramos todos analfabetos. E a gente precisava não só da luta, mas a gente precisava de uma luta da caneta também. Por isso a gente precisava nos preparar e lutar também por uma sobrevivência. Porque a gente coloca que a luta pela sobrevivência ela não está escrita em lugar nenhum. Ela é feita no dia a dia. (DONA DIJÉ, 2015, entrevista)

Dona **Dijé** teve presença marcante nos movimentos sociais até o seu falecimento em 13 de setembro de 2018. Com extrema sabedoria de quem viveu há décadas, a luta pelo território e pelos direitos das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, e ainda na defesa dos territórios quilombolas e pela preservação da biodiversidade, ela esteve viva no vídeo-documentário produzido para mobilizar a Marcha no Maranhão. A fala de D. **Dijé** ressalta a exposição das mulheres das águas, das florestas e dos campos que são ainda mais vulneráveis, pois a violência chega, muitas vezes, pelas mãos daqueles que têm a obrigação de nos proteger, e a situação de extrema violência à qual estão submetidas milhares de mulheres trabalhadoras no Brasil.

c. Rede Mulheres Negras da Paraíba

De acordo com as estatísticas do Anuário da Segurança Pública do Estado, divulgado em janeiro de 2019 e do Mapa da Violência de 2012 e 2014, João Pessoa é a capital mais violenta para negros do país. Esses dados revelam que os últimos dez anos não foram os mais tranquilos para as mulheres negras da Paraíba, haja vista que, entre os anos 2011 a 2019, os números de mulheres assassinadas cresceram mais de 70%. Somente de 2009 a 2018 foram um total de 1.083 mulheres assassinadas. Esses índices colocam o estado no ranking de homicídios da população negra no Brasil.

Diante desse quadro de violência, o Movimento de Mulheres Negras Paraibanas responderam positivamente ao chamado da RMNN, para participar da organização da I MMNB – 2015. De acordo com relato apresentado no facebook do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba, trata-se de um movimento local que começou a dar seus primeiros passos no estado em 1998, a partir da celebração do 25 de julho (Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha), tendo como protagonistas mulheres que formavam o Grupo de Mulheres Negras da Paraíba.

Estamos falando de uma das 26 unidades federativas do Brasil, com forte influência indígena, originariamente habitada no litoral da Paraíba pelos índios Potiguaras e Tabajaras, ambos da nação tupi-guarani - e, por todo o interior, pelos índios da nação Cariris e os Ariús, além dos negros que foram trazidos para trabalhar nessa região. Isso significa que o tom da pele mais clara, presente em parte significativa desta população, resulta, basicamente, dessa miscigenação com predominância de fenótipos negros e indígenas, associado a outros aspectos, o que tem dificultado a autodeclaração como não branca, escamoteando o resultado dos censos nessa localidade.

Em vista dessa realidade e se contrapondo a essas negações, é que há 16 anos a Bamidelê tem realizado ações voltadas ao fortalecimento dessa iden-

tidade política no 25 de Julho, data simbólica de comemoração ao dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. A RMNPB também optou por difundir mais ainda a campanha de promoção da identidade negra na Paraíba “Moren@ não. Eu sou negr@”, visando reverter esse alto índice de negação de suas raízes negras e indígenas.

Em 2015, durante o processo de construção da Marcha, a Bamidelê, organização de mulheres negras de maior expressividade no estado da Paraíba, promoveu o Prêmio “Mulheres Negras em Foco: Um Click contra o Racismo”. Esse Prêmio teve como finalidade estimular a produção fotográfica e incentivar as artes, convidando mulheres fotógrafas, profissionais e amadoras a dedicar seus diferentes olhares e percepções ao registro positivo da diversidade das mulheres negras paraibanas.

Preliminarmente, as manifestações artístico-culturais do estado foram o mote utilizado pela Rede de Mulheres Negras da Paraíba para exibir a força da cultura local e representação do estado, assumindo a chita para este fim – um dos tecidos mais conhecidos por todo o país – nada mais criativo do que trazê-la para caracterizar as mulheres negras paraibanas no contexto da IMMNB.

Vale ressaltar ainda que a Paraíba é um estado que possui uma cultura riquíssima, com destaque para as festas juninas, consideradas umas das melhores do país. Portanto, nada melhor do que reforçar a ideia da alegria genuína do povo nordestino através da chita. Pano popular devido às estampas e à combinação de cores vivas e misturas descontroladas, esteve presente ao longo da história de castigo, festa, moda, decoração, trabalho e arte das mulheres negras nordestinas e recentemente na IMMNB. É a partir desse reconhecimento que a chita foi incorporada à história da IMMNB como representativa da força cultural deste país.

d. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco - RMNPE

A periferia do estado de Pernambuco não se caracteriza apenas pelo seu empobrecimento. Quando nos aproximamos desses espaços, percebe-se que ele vai além dessa característica da escassez. Esses são espaços, principalmente, de grande efervescência cultural, de multiplicidade de crenças religiosas e de relacionamentos mais próximos de vizinhança, só para mencionar alguns exemplos. Foi o que demarcou, através das atividades promovidas pelo movimento de mulheres negras, o processo de organização da IMM-NB em Pernambuco.

Importante destacar que a experiência do estado de Pernambuco na construção desse processo retrata situações bastante peculiares. Uma dessas diz respeito à fundação da Rede que só acontece após a volta de Brasília. Argumentam que, depois de viverem aquela experiência, se sentiram amadurecidas e conscientes da potência que é essa estratégia de Rede que vem sendo apropriada pelos movimentos sociais. O outro é que a Marcha de Pernambuco só foi feita depois da marcha oficial, em dezembro de 2015. A esse respeito explicam que foi em virtude de muitas delas não terem conseguido ir.

Uma ótima iniciativa para mobilizar a Marcha foi a ideia dos Comitês Impulsores, por meio deles foi possível organizar as ações, fazerem captação de recursos, mobilizar as mulheres para discutir e construir processos formativos que desembocaram na marcha. Essas formas de atuação possibilitaram pensar as logísticas e, conseqüentemente, viabilizaram a ida das mulheres negras a Brasília. Tudo isso tendo como única via uma linha formativa/pedagógica, a qual garantiu o processo de construção coletiva, fruto de aprendizagens e de saberes ofertados por cada uma delas, nos fortalecesse, a partir desse convívio. O êxito desse se dá por essa via.

Dentre essas experiências, destaco duas den-

tro do processo de construção da Marcha, que considere bastante emblemáticas: Os “ensaios fotográficos” e a história da “conversa na cozinha”.

Ensaios fotográficos – *Começou com esse nome, mas depois virou tirar fotografia mesmo. Perguntaram, mas pra que? A resposta foi pra se juntar mesmo. E quando isso acontece é que a gente produz. O fato é que numa tarde nós conseguimos colocamos mais de 150 mulheres querendo ser fotografada, achando muito importantes ser fotografada para uma outra pessoa olhar e dar um sentido aquele olhar. Uma das falas que me tocou muito durante o processo foi quando uma senhora de uns setenta anos que disse a última vez que fui maquiada foi quando me casei. E uma memória de mais de cinquenta anos. Quando a gente se agrupa muita coisa vem. (MARQUES, 2016)*

Como o ensaio fotográfico foi um sucesso, as mulheres do movimento resolveram, então, fazer outra experiência que foi a conversa na cozinha.

Conversa na cozinha – *Inicialmente pensamos em fazer um arrumadinho e, como não tínhamos dinheiro, resolvemos fazer uma cotinha e passamos umas horas conversando sobre o preparo mas, principalmente, qual o sentido para nós mulheres negras, quais os sentimentos que a gente traz na construção desse alimento. Então foram três horas de conversa, onde tinha mulheres de todas as idades – meninas e mulheres – que inclusive são trabalhadoras domésticas. E esse lugar da cozinha que para nós mulheres negras é um lugar de orgulho, lugar onde todas as pessoas da casa passam é uma espaço também que historicamente foi utilizado para libertar outros irmãos/ãs, comprando alforrias inclusive lá atrás. Então pensar na cozinha, no preparo, no alimento é pra lá de sagrado também. Ele é sagrado, organizativo, de memória e é um lugar extremamente especial. Disso nós chegamos a um entendimento de que tudo que a gente faz tem que tocar, tem que*

dar sentido porque só quando as mulheres que estão ali se tocam aquilo bate na memória, no paladar, no olhar, no sentir, elas se fortalecem e desejam continuar. (MARQUES, 2016)

Dessas duas experiências de caráter formativo, pontuo que o que se pretendia com esses momentos de conversa e ensaios fotográficos era, através do estímulo ao diálogo, em torno de temas diversos, inclusive sobre a imagem, oportunizar debates sobre como o corpo, o cabelo, a sexualidade, a maternidade, etc. são colocadas à margem dos padrões de beleza dominantes, e como isso afeta a vida das mulheres negras.

Considerações Finais

É possível constatar, a partir dos feitos da RMNN, como essa ação política vem sendo de fato eficaz e de emergência emancipatória para o empoderamento desses sujeitos na luta antirracista, pela igualdade racial, de gênero e justiça social.

No meu entender, elas abarcam aspectos que, de forma explícita, evidenciam a ligação direta que existe entre essas ferramentas metodológicas com a matriz de valores afrocêntricos. Podemos, então, dizer, a partir dessas três investidas – IMMNB, RMNN e Julho das Pretas –, que a ação política das mulheres negras, ao dar ênfase às questões fundadas em uma matriz civilizatória ancestral africana, no processo de subjetivação do sujeito-mulher-negra, representa uma “nova” força política negra na diáspora.

As estratégias metodológicas de atuação incorporadas ao longo do processo de construção da IMMNB, desde então, tem sido ponto de destaque na reflexão de diversos/as intelectuais, dentre as/os quais destaco a do ex-deputado federal do PT e referência intelectual do MNU baiano, Luiz Alberto.

Isso posto, coaduno com a fala de Luiz Alberto quando, em sua análise de conjuntura política feita

durante uma reunião de avaliação da Marcha e planejamento estratégico do Odara, a partir de uma série de considerações, repletas de comparações sutis, afirma que, daqui pra frente, a tentativa de superar dificuldades orgânicas identificadas no movimento negro precisa considerar a IMMNB como um ponto central de reflexão e avaliação, na medida em que esta anuncia a criação de um movimento em comum, o qual galvaniza e dá vida à luta antirracista a partir do protagonismo e olhar das mulheres negras.

Ele ainda vai além, ao ressaltar que, qualquer ação, não apenas do movimento negro, mas, da esquerda brasileira, que seja feita daqui por diante, necessariamente, tem que considerar o potencial político construtivo desse movimento que articulou a IMMNB, no Brasil, em 2015.



REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijng**. *Revistas Estudos feministas*. Vol. 3, nº2, 1995.

RIBEIRO, Matilde. **Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. Mulher e política-Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**, p. 189-207, 1998.

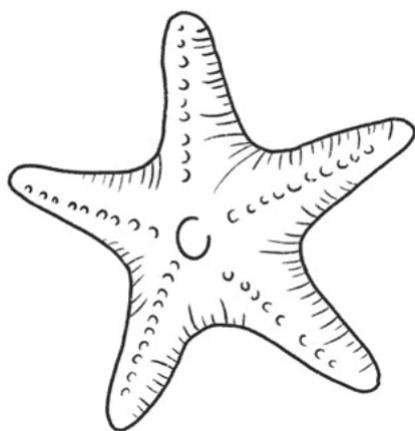
SANTOS, J. R. **Movimento negro e crise brasileira**. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

SILVA, Joselina. **Feministas negras entre 1945 e 1964: o protagonismo do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina**. Artigo apresentado no **XXV Congresso de Sociologia (ALAS) – Grupo: Gênero, Desigualdades e Cidadania**, Porto Alegre, 22 a 25 de agosto de 2005.

SILVA, Joselina. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980**. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-40.







Memória e trajetória de organização das lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais negras

Ana Cristina Conceição Santos¹

*Eles combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não morrer.*
Conceição Evaristo

Esta escrita é o resultado de um projeto maior: a Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento, pensada e concretizada pela ONG Odara – Instituto da Mulher Negra. O protagonismo dessa escola se caracteriza por trazer, em seus conteúdos, temas tão essenciais para a promoção da afirmação e da emancipação de nós, mulheres negras, a exemplo do tópico que ministrei “Pensando nas Lésbicas, Bissexuais e Transexuais Negras (história, memória e organização política)”. Essa ação do Odara revela que nós, mulheres negras, estamos sendo consideradas em nossas pluralidades e não pela perspectiva hegemônica, pois, como nos fala Lélia Gonzalez:

*O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos
a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao
invés de continuarmos na reprodução e repeti-*



¹ Ativista lésbica negra, cofundadora da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, professora da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão. E-mail: ayana_candace@yahoo.com.br



ção dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falam de mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. (GONZALEZ, 1983, p. 227)

Posto isso, começo este texto trazendo, na epígrafe, a escritora e ativista negra Conceição Evaristo que nos lembra de que nossa negritude é marcada pela resistência principalmente quando abordamos de forma interseccional raça-gênero-sexualidades de sujeitas² que não correspondem a um padrão cisheteronormativo, ou seja, homem, branco, supostamente heterossexual, urbano, cristão, classe média/alta. Sobre essa resistência, Fátima Lima (2014, p. 18) comenta que “é no âmbito da ordem heteronormativa que emergem formas de resistência onde as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim as possibilidades de subverter a ordem estabelecida ganham visibilidades e força na sua multiplicidade”.

Esta escrita versa sobre a memória e a organização de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais negras e será conduzida a partir tanto das minhas experiências subjetivas/coletivas quanto das leituras enquanto ativista lésbica negra. Reconheço as limitações em discorrer sobre uma temática tão cara para nós negras LBTT³ em poucas laudas. No entanto, esse é o desafio e antecipadamente aviso que essas são questões nas quais os registros ainda são escassos.

Para melhor compreensão da proposta dessa redação, é necessário desvendar alguns termos como vemos abaixo:



² Utilizarei o gênero feminino neste escrito para palavras que nos habituamos a grafar no masculino.

³ Passarei a utilizar a sigla LBTT para me referir às lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.



Lésbica: mulher que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por outras mulheres;

Mulher bissexual: pessoa que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por homens e mulheres;

Travestis: pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e têm expressão de gênero feminina, embora não se reconheçam como mulheres de acordo com o que ser mulher está construído em nossa sociedade;

Pessoa cis (cisgênera): pessoa cuja identidade de gênero corresponde àquela designada ao nascer;

Mulheres transexuais: pessoas que foram identificadas com o gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e se reivindicam como mulheres. (IIRIDH, 2020, p. 08-09)

Memória das LBTT negras e movimentos sociais:

As LBTT negras sempre estiveram em todos os espaços, o problema é que foram, e ainda são, invisibilizadas. Um desses ambientes frequentados, por lésbicas negras, foram os encontros feministas, os quais buscavam pautar lacunas existentes no tocante à raça e à orientação sexual.

Sueli Carneiro (2003) faz reflexões sobre os encontros feministas e afirma que a percepção em torno das relações de gênero não quer dizer que havia solidariedade sobre as questões raciais, e acrescento que muito menos para a orientação sexual que não fosse a heteronormativa e a identidade de gênero que não fosse a cis. A partir dessa compreensão, as mulheres negras confrontaram, dentro do movimento feminista, as disparidades entre negras e brancas em nossa sociedade.

Há o registro da participação das lésbicas (negras e não negras) no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe que aconteceu em Bertioga/SP, em 1985. Nesse evento, foi proposto, pelas lésbicas, que na programação constasse a temática sobre les-

bianismo e foram atendidas. As lésbicas, em reunião, pontuaram a urgência de um encontro só de lésbicas fora dos espaços dos encontros feministas (FERNANDES, 2018). Infelizmente, desconheço documentos que tragam a participação e a intervenção das lésbicas negras nessa reunião.

As mulheres negras delinearão, em seus ambientes de militância (sindicatos, movimentos negros, feministas, entre outros), a necessidade de serem vistas como sujeitas de direitos e, no espaço dos encontros feministas (assim como as lésbicas), em especial, no IX Encontro Feminista, realizado em Garanhuns/PE, elas decidem realizar um encontro de mulheres negras.

Desse modo, foram realizados os I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceram nos anos de 1988, em Valença/RJ, e 1991, em Salvador/Ba. Nesses encontros, não constavam, na programação, atividades com a temática lésbica, mesmo assim as lésbicas negras presentes se reconheceram e promoveram atividades, abordando o amor entre mulheres. Nos documentos finais desses encontros, não aparecem as atividades propostas pelas lésbicas, entretanto esses momentos estão registrados em suas memórias e falas (SANTOS, 2015).

No que diz respeito às bissexuais, são escassos os registros da participação nos movimentos sociais. Grande parte dos movimentos sociais, em particular o movimento LGBTQI+⁴, faz o apagamento da bissexualidade, anulando suas existências, pois são consideradas, de forma preconceituosa, lésbicas, quando mantém relacionamentos afetivo-sexuais com outras mulheres, ou heterossexuais, quando mantém relacionamentos afetivo-sexuais com homens, também são tidas como promíscuas, indecisas, bigâmicas, entre outros. Ao ponderar sobre as bissexuais negras, esse apagamento se torna maior.



4 A sigla LGBTQI+ significa lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queers* e intersexos e o mais significa que abrange todas as possibilidades de orientação sexual e identidades de gênero.

Lembro-me da participação das/dos bissexuais no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), em 2005, que ocorreu em Brasília. Na plenária final, as/os bissexuais discorreram sobre a invisibilidade dentro do movimento LGBT⁵, tanto que, na sigla do evento, não existia referências aos bissexuais. Então, anunciaram que estavam criando um coletivo e as/os participantes do encontro que se identificavam como bissexuais foram convidadas/os a se juntarem. Tal anúncio gerou o maior burburinho na plateia e injúrias como “mal resolvidas/os” e outras já expostas foram ditas, revelando a bifobia do movimento.

Giddens (1993, p. 203) comenta que: “a bissexualidade é ainda mais difícil de ser entendida porque parece ser uma mistura de homo e heterossexualidade, comprovando a teoria maior de que a orientação sexual pode se manifestar por vários caminhos”.. Assim como as bissexuais, os registros da participação das travestis e transexuais, em especial as negras, nos movimentos sociais, com exceção do movimento LGBT, também são insuficientes. Carvalho e Carrara asseveram que:

Até o início dos anos 1990, travestis e transexuais não estavam formalmente incluídas no ainda chamado MHB... Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito, criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). (2013, p. 330)

Os autores complementam ao dizer que o termo ‘transexuais’ só foi agregado à linguagem do movimento LGBT no final da década de 1990. As conferências nacionais para a promoção de políticas públicas, a



5 A sigla LGBT passa a ser usada a partir de 2008, antes passou por algumas mudanças a nomenclatura e em 2005 era usada a sigla GLBT.

partir do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva⁶ e dada continuidade com a ex-presidenta Dilma Rousseff (2003 a 2016), tiveram maior participação dos movimentos sociais, inclusive o movimento LGBT. Os documentos finais das conferências nacionais de educação, igualdade racial, saúde, mulheres, entre outras, trouxeram ações para LGBT e algumas intersecções com orientação sexual, identidade de gênero e raça, a exemplo da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2007), na qual as mulheres negras, lésbicas e lésbicas negras propuseram e conseguiram a aprovação da inserção do eixo “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o qual, devido a sua importância, permaneceu na III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015).

Interseccionalidade e organização das LBTT negras

Posicionando-me a partir das minhas pluri-identidades e das experiências (mulher-negra-lésbica-nordestina-...) que me tornam uma sujeita suscetível às violências, adoto, então, uma perspectiva interseccional para descortinar as opressões vivenciadas por mim e outras LBTT negras. Vale salientar que tais opressões nos levaram a reelaborar nossos processos organizativos, pois vivemos em uma sociedade racista, machista, elitista e LGBTTFóbica, na qual foi estabelecida um padrão de ser humano universal. Esse universal de humano, como já mostrado no começo deste texto, revela um ser homem, branco, cristão, heterossexual, urbano e classe média/alta. Diante desse padrão, todas as sujeitas que escapam desse modelo são desconsideradas na sua humanidade, provocando, as-



⁶ O governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 8 anos, propôs mais conferências nacionais (60 conferências) do que os outros governos que em 62 anos propuseram apenas 43 conferências. Também foi nesse governo que foi planejada e realizada a primeira Conferência Nacional LGBT (2008) e participei das três edições da conferência.

sim, violações de direitos e todos os tipos de violências, as quais, em muitos casos, levam à morte. Tanya **Saunders** (2017) afirma que se nós não desafiarmos esse universal do humano, provavelmente continuaremos a sofrer com as violências epistêmica, afetiva e corporal.

Portanto, as interseções das nossas identidades vulnerabilizadas (mulheres negras cis ou trans, lésbicas ou bissexuais) estão conectadas com as violências que vivenciamos, e, por isso, é essencial que possamos analisar as violações dos nossos direitos a partir de uma perspectiva interseccional.

Nesse sentido, compreendo a interseccionalidade como uma construção do movimento de mulheres negras, pois, em suas denúncias e reivindicações, elas traziam e trazem as opressões raciais, sexuais, gênero, classe, entre outras, não existindo, como nos afirma Audre **Lorde** (1983), hierarquias de opressões uma vez que todas elas estão interligadas agindo sin-cronicamente, isto é, de forma interseccional.

Patrícia Hill **Collins** (2000) declara que a rejeição a uma interpretação aditiva das opressões foi impulsionada pelo pensamento feminista negro ao reconhecer que as opressões são compostas por uma estrutura de dominação, nas quais as explorações são mútuas. No entanto, o termo interseccionalidade tornou-se acadêmico a partir da sistematização feita pela ativista acadêmica Kimberlé **Crenshaw** que define a interseccionalidade como:

Problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Logo, a interseccionalidade nos possibili-

ta analisar de modo conectado as subjugações, que se constituem em desigualdades de gênero, raciais, de orientação sexual, classe etc., que agem sobre uma única sujeita, favorecendo o modelo cisheteronormativo e excluindo quem está à margem na sociedade, como as LBTT negras, uma vez que somos vistas como sem importância, a exemplo das mortes de Luana Barbosa⁷, Roberta⁸, Crismily Pérola⁹, entre tantas outras.

Ao buscarmos dados sobre a violência contra LBTT, percebe-se que os poucos registros existentes não trazem, de forma significativa, a interseccionalidade. É fundamental dizer que a maioria dos dados estatísticos sobre a população LGBTQI+ são produzidos pelo movimento LGBT, o que denuncia o descompromisso do Estado, e os que apresentam o recorte racial são recentes.

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) é um órgão do estado ligado ao Ministério da Economia e, desde 2016, publica o Atlas da Violência. No ano de 2019 e 2020, foram incorporados dados em relação à violência contra a população LGBTQI+; contudo, o Atlas (2019/2020) expõe que, em consequência da ausência da coleta de dados sobre a orientação sexual pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela polícia e no registro de óbitos, “...torna-se uma tarefa extremamente árdua dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBTQI+” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 56). No atlas, as violências contra LGBTQI+ são analisadas a partir das denúncias feitas no Disque 100¹⁰ e nos documentos do Sistema de Informação de Agravos e Notificação



7 Caso Luana Barbosa. Link: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/13/negra-lesbica-periferica-morte-de-luana-barbosa-faz-5-anos-sem-resolucao.htm>

8 Caso Roberta. Link: <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>

9 Caso Crismily Pérola. Link: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/26/mulher-trans-foi-assassinada-por-jovem-em-um-crime-de-odio-ele-disse-que-ela-queria-ser-o-que-nao-era-diz-delegada.ghtml>

(Sinan)¹¹, e mostram que houve aumento dos casos de violência no período de 2011 a 2017. Entretanto, a crítica que se faz a esse levantamento é que o Disque 100 não registra a identidade de gênero, abrindo assim uma lacuna nas informações.

Em 2018, foi publicado o dossiê sobre lesbocídio no Brasil com dados de 2014 a 2017. As pesquisadoras, ao apresentarem o dossiê, nos alertam que:

Ainda não é possível a realização de análises aprofundadas sobre as realidades das mortes de lésbicas assassinadas e suicidas no Brasil, pois o presente Dossiê utiliza como fontes apenas dados divulgados pela mídia e por redes sociais que não necessariamente representam a complexidade de cada caso e tampouco o número real de mortes desta parcela específica da população. (PERES, SOARES e DIAS, 2018, p. 12)

Nesse documento, as pesquisadoras justificam o uso do termo lesbocídio ao afirmar: “defendemos a utilização dos termos feminicídio e lesbocídio como formas estratégicas de enfrentamento às violências que são praticadas contra as mulheres e contra as lésbicas” (2018, p. 16). As autoras nos chamam atenção para a diferença entre femicídio e lesbocídio, pois afirmam que o primeiro acontece nas relações domésticas e familiares, enquanto o segundo é motivado pelo ódio e pela discriminação às sujeitas lésbicas.

O dossiê revela que de 2016 para 2017 o lesbocídio teve aumento de 80%. A maioria das vítimas eram jovens, e 42% das mortes foram de lésbicas negras. É



10 “Disque 100 é um serviço disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos”. Site: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>.⁸ Caso Roberta. Link: <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>

11 O Sinan é vinculado ao Ministério da Saúde. Site: <https://portalsinan.saude.gov.br/>

sinalizado que os dados referentes à raça demonstram que as lésbicas brancas são mais mortas do que as negras e as indígenas. Uma das hipóteses é o fato que a mídia, ao selecionar o que é rentável, exclui as sujeitas que não correspondem a um ideal de mulher (branca).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), desde 2018, elabora um dossiê com dados sobre assassinatos e violências sofridas por travestis e transexuais. No último dossiê, com dados de 2020 e lançado em 2021, os dados levantados informam que os estados da região nordeste estão entre aqueles com maiores assassinatos de pessoas trans¹², sendo o Ceará (2º lugar), Bahia (3º lugar) e Alagoas (6º lugar). O dossiê revela ainda que 78% das travestis e transexuais assassinadas eram negras, pois “essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 49).

Assim como o do lesbocídio, o dossiê de assassinatos e violência contra pessoas trans aponta que há subnotificação e dificuldade aos dados e as informações obtidas são através das mídias. O documento manifesta a inexistência de mapeamento realizada pelo estado e que os dados produzidos pelos movimentos sociais não são reconhecidos.

Não acessar informações dos movimentos sociais a fim de gerar tais dados, tampouco se preocupar em levá-los, é a maior demonstração de descaso com a nossa população, especialmente quando diversos órgãos abrem mão de incluir pessoas trans em seus levantamentos, como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), onde não constam infor-



12 Utilizo o termo trans para me referir às travestis e transexuais.

mações sobre identidade de gênero dos atendimentos, ou mesmo no Dossiê Mulher e nos relatórios do Disque 100 – exemplos de publicações que lançam dados anualmente, sem se preocupar com um recorte que inclua e visibilize a violência contra a nossa população, apesar dos dados constantemente denunciados pelas organizações. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 29)

Em 2020, foi lançado o dossiê “Qual é a cor do invisível? A situação dos direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil”. Esse documento é o único que traz a orientação sexual e a identidade de gênero interseccionalizadas com a questão racial. Essa produção foi realizada pelo Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (sede em Washington/EUA) em parceria com a ANTRA, Grupo Conexão G de Cidadania de Favelas, Instituto Transformar Shélida Ayana e Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (Rede Afro LGBT).

Nesse dossiê, são analisados os dados produzidos pelo Atlas da Violência de 2019 e pela sociedade civil, traz também a violência policial contra as pessoas LGBTI+ negras, o acesso à saúde, a LBGTfobia na educação, entre outros. É denunciado, a exemplo do dossiê sobre lesbocídio e assassinatos e violências contra trans, as subnotificações dos dados, pois os casos que não são divulgados pela mídia não são, em sua maioria, registrados pelo movimento. Outra questão é a falta de uma metodologia que seja unificada.

O documento problematiza sobre os dados que invisibilizam LBTT negras, pois “há uma hierarquia entre a morte que é visível e a morte que não é. A cor da pele é o que separa as duas, interseccionada por atravessamentos como a pobreza, o gênero, a região onde ocorre e os diversos outros fatores de invisibilização hierárquica” (IIRIDH, 2020, p. 76).

Foi necessário ressaltar como são obtidos e divulgar alguns dados sobre a violência contra LBTT, em especial as negras, para mostrar a omissão do estado e que ao nos organizarmos não estamos apenas reivin-

dicando o direito de ir e vir, estamos exigindo o direito à nossa existência.

Já comentei que nós, LBTT negras, estivemos sempre presente em diversos ambientes políticos (sindicatos, movimentos, eventos etc.) mesmo assim éramos, e ainda somos em muitos lugares, até mesmo no movimento LGBT, silenciadas e experimentamos um apagamento de nossas negritudes intercrucada com nossas identidades de gênero e orientação sexual. Todavia, nunca ficamos inertes, pois afrontamos e buscamos nos fortalecer, dentro desses espaços nos quais já estávamos inseridas, tecendo estratégias e/ou formando novas organizações.

O registro de organização de lésbicas negras data da década de 1990 com a criação do Coletivo de Lésbicas Negras do Rio de Janeiro (COLERJ) fundado e dirigido por Neusa das Dores. Ela, Neusa, representou um momento simbólico, enquanto lésbica negra, ao participar, em 1995, da 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA) e coordenou o grupo de trabalho sobre lesbianismo e negritude. O jornal Folha de São Paulo¹³ fez a cobertura do evento e entrevistou Neusa das Dores que declarou: “o movimento negro é lesbofóbico e há um profundo racismo dentro do movimento homossexual”. Essa fala desvela que nos posicionamos a muito tempo de forma interseccional ao denunciar o racismo e a lesbofobia que atinge lésbicas negras. Foi, nessa conferência, que as lésbicas começaram a conceber o primeiro seminário nacional.

O COLERJ foi responsável pela realização do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996, na cidade do Rio de Janeiro. Na sexta edição do seminário, que aconteceu em Recife, no ano de 2006, as lésbicas negras reivindicaram que a questão racial fosse pautada, com isso foi realizada a mesa “Racismo, discriminação racial e lesbianidade”.



13 Lésbica negra enfrenta preconceito duplo. In: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/23/cotidiano/15.html>. Entrevista concedida no dia 23 de junho de 1995.

No VIII SENALE, Porto Alegre/2014, houve a participação das bissexuais e foi deliberado que o nome do evento passaria a ser chamado SENALESBI, assim as bissexuais e as mulheres transexuais e travestis, que sejam lésbicas ou bissexuais, também poderiam participar dos seminários subsequentes.

Em 2006, as lésbicas negras começaram a se organizar em grupos e redes nacionais. Uma das primeiras organizações, que eu tenho conhecimento, foi a Rede de Lésbicas Negras, que era virtual, e as integrantes também faziam parte da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT¹⁴. Nesse mesmo ano, o grupo Minas de Cor, juntamente com o COLERJ, promoveu o I Encontro Nacional de Lésbicas Negras com a temática “Afirmando identidades”, e os conteúdos abordados tratavam da construção e da promoção de políticas identitárias, invisibilidade negra e lésbica, articulação com movimentos sociais e órgãos governamentais. Esse encontro permitiu que várias lésbicas negras pudessem demarcar, em seus locais de atuação, suas demandas.

O II Encontro Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, Curitiba/2015, organizado pela Rede de Mulheres Negras do Paraná, teve como tema “Afirmando identidades para a saúde integral” e, nesse encontro, foi garantida a participação das bissexuais. Ao final, elaboramos um documento sobre a participação das lésbicas e bissexuais negras na Marcha das Mulheres Negras¹⁵ que ocorreu no mesmo ano. Em 2019, foi realizado, na cidade de Natal, o III Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras, sendo chamado agora de SENALE NEGRAS. O tema do evento trouxe as trans e se chamou “LBT’s Negras: enfrentando a lesbitransfobia e o racismo estrutural”.



14 A Rede Nacional de Negras e Negros LGBT também é conhecida como Rede Afro LGBT.

15 Para saber sobre essa marcha, sugiro a leitura da carta das mulheres negras 2015 que se encontra no site: <https://fopir.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/1600>

Em 2007, surgiram duas organizações de LBTT negras e que são atuantes até hoje: o Coletivo Candaces – Coletivo Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas e que tem como objetivo “dar visibilidade, letramento e empoderamento para as lésbicas negras, fortalecendo seu protagonismo em seus diversos espaços de atuação”¹⁶, bem como a Rede SAPATÁ que se constitui como um espaço de:

*articulação, formação e fortalecimento das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais negras, indígenas e de comunidades tradicionais e jovens para o controle social das Políticas Públicas em especial as de Saúde e Educação, defesa dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos e da luta contra o racismo, intolerância religiosa, Machismo, sexismo, lesbofobia e transfobia enquanto pressuposto para efetivação de uma sociedade justa e equânime*¹⁷.

As travestis e transexuais negras iniciaram sua organização, em 2014, criando o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONA-TRANS), o qual é concebido como:

*Espaço nacional de inclusão e aglutinação à militância destes dois segmentos, sendo estes independentes ou através de OSC (Organização da Sociedade Civil) e visam a articulação com o Poder Público, bem como com o Terceiro Setor e iniciativa privada com o objetivo maior de propor a criação políticas públicas específicas e estratégicas e a ampliação das já existentes*¹⁸.

Entretanto, muitas delas, além de fazer parte



16 Informação retirada da página do facebook do coletivo. <https://www.facebook.com/candacesbr/>

17 Informação retirada da página da rede SAPATÁ. <https://issuu.com/redesapata>

18 Informação retirada da página da FONATTRANS. <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html>

do FONATRANS, estavam e continuam em outras organizações. A FONATRANS já realizou seis encontros nacionais e, em 2020, teve um projeto apoiado pelo Fundo Brasil na linha “Enfrentando o Racismo a Partir da Base – Fortalecimento Institucional e Mobilização para Defesa de Direitos”.

A organização, enquanto coletivos das LBTT negras, é recente, no entanto, nós estávamos em todos os espaços, denunciando as opressões que sofríamos e sofremos, mas, para além das denúncias, é imprescindível reconhecer que as mulheres negras, independente de ser cis ou trans, em um primeiro momento, trazem à tona para a sociedade o *modus operandi* do racismo imbricado com o machismo e o classismo que vão nos marginalizando, retirando nossa humanidade e, em um segundo momento, possibilita a construção de caminhos para que possamos fazer outras reivindicações, tal como o direito de não sermos desprezadas pela nossa orientação sexual e pela identidade de gênero. As escassas políticas públicas que existem com direção interseccional são graças à nossa organização.

(In)conclusões

Nossa presença sempre foi ativa nos mais diversos espaços mesmo tentando nos excluir; consequentemente, nos organizamos, pois, como nos lembra Luiza **Bairros** (1995), a mulher negra “[...] experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista” (**BAIRROS**, 1995, p. 461). Amplio essa fala de **Bairros**, pensando raça juntamente com a orientação sexual e identidade de gênero, consideradas dissidentes, ou seja, a sexualidade e o gênero de LBTT negras.

Nós, LBTT negras, sabemos o quanto nossas corpos são descartáveis como se fosse algo indesejado, nessa sociedade que impõe um modelo cisheteronormativo, e pude revelar isso ao trazer os dossiês produzidos pelo movimento LGBT, já que o estado nos

desumaniza. E, este ano, 2021, o movimento de lésbicas lançou o lesbocenso que “pretende coletar informações sobre autoidentificação, trabalho, educação, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio que as lésbicas e sapatão possuem nas diversas regiões do país”¹⁹, portanto, o movimento social mais uma vez fazendo o que seria função do estado.

Há datas comemorativas que lembram nossas (re) existências: 29 de janeiro – dia da visibilidade trans, 29 de agosto – dia da visibilidade lésbica e 23 de setembro – dia da visibilidade bissexual. Essas datas são importantes, porque surgiram em momentos significativos, mas queremos ser visibilizadas todos os dias do ano conquistando uma existência digna e segura.

Ao aceitar o desafio para escrever este texto, sabia que existiriam hiatos, porque a escrita é situada a partir das minhas vivências e leituras. Por isso, este texto não está finalizado e nem tinha essa pretensão, pois reconheço que esta escrita precisa ter continuidade com outras mãos, mãos de LBTT negras que estão ressignificando a militância, que estão afrontando a sociedade e que abrem novas direções, ao mesmo tempo em que reconhecem que “nossos passos vêm de longe”²⁰.



19 Informação retirada do site do lesbocenso. <https://lesbocenso.com.br/>

20 Essa frase faz parte do título do texto “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo da ativista negra” escrito pela ativista negra Jurema Werneck.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.) Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.3, n.2, 1995, p. 458-463.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 2003, p. 117-132.

CARVALHO, Mario Felipe; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 319-351, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14. jun. 2020.

COLLINS, Patrícia Hill **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**, 2nd ed. New York, NY: Routledge, 2000.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo, Alameda, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**; São Paulo: UNESP, 1993.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. **Ciências Sociais Hoje**, nº 2, ANPOCS, 1983.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

IISRIDH; PORTO, Isaac. **Qual é a cor do invisível?** A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e

Direitos Humanos, 2020.

LIMA, Fátima. Subversões de sexo (s) e gênero (s): Contra-posições ao biocapitalismo contemporâneo ou por uma política das multidões QUEER. In: LIMA, F. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticas de subjetivação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. p. 15-30.

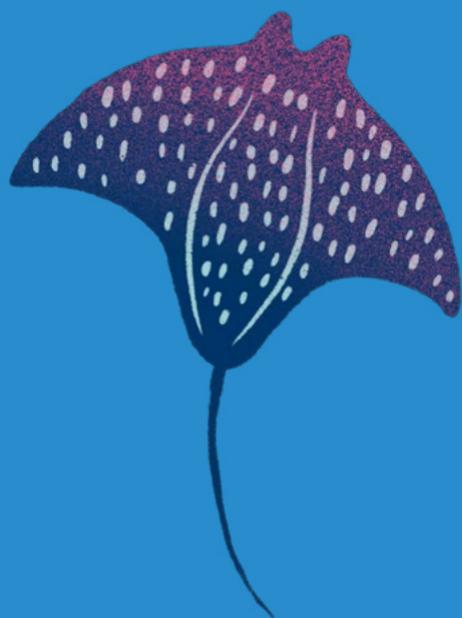
LORDE, Audre. Não há hierarquia de opressão. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE_LORDE_COLETA-NEA-bklt.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

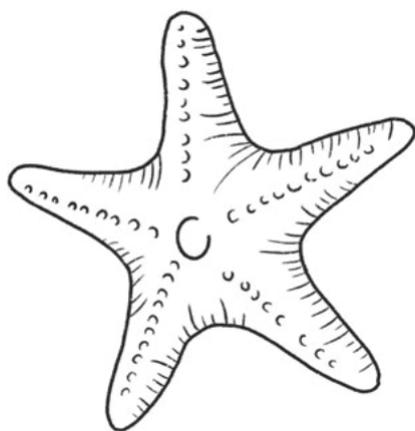
PERES, Milena Cristina; SOARES, Suane Fellipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

SANTOS, Ana Cristina. C. **Mulheres negras, negras mulheres**: ativismo na capital baiana – 1980 – 1991. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2015.

SAUNDERS, Tania L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. In: **Periódicus**, Salvador: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, n. 7, v. 1, maio-out. 2017.







GRUMAP quarentando: quatro décadas de ativismo de mulheres negras trilhadas pela arte, educação popular e pés no chão do território negro

Rita Santa Rita Pereira
Jucélia Bispo Ribeiro
Luciana Silveira
Karine Damasceno

*Somos honrosas de divas negras, que miram a
beleza, acalentam e amamentam muitos fi-
lhos(as), seduzem para o amor ao mesmo tem-
po em que fazem descer as espadas de ouro, co-
bre, prata e palha sobre as cabeças dos inimigos
do povo.*

Lindinalva Barbosa

Introdução

*Sankofa pássara sagrada voa, respira, descansa.
Repousada, olha para trás, memoriando pássa-
ras passadas, tão presentes quanto futuras.*

Luciana Silveira



*Eu me pergunto muito sobre ancestralidade.
Precisamos reforçar essa ponte porque a gente
também está construindo ancestralidade.
(Roda Virtual GRUMAP de Cuidado e
Autocuidado)*

Eia, mulheres!

Aqui estamos nós, mulheres pretas, para conversar, com essas palavras, com vocês e outras tantas mulheres negras do território do Alto das Pombas e outros territórios. Estamos aqui para dizer que estamos seguindo o voo da ave Sankofa, olhando para trás, para nossa história, nosso passado, mas estamos de olho no futuro. Um futuro que podemos dizer como queremos que seja; e que aponte para um novo tempo.

Sim. Mulheres voando como Sankofas. Sankofa, símbolo africano Adinkra em forma de uma ave que, ao voar, verga sua cabeça para trás, nos lembrando que temos memória, temos histórias importantes. Ela nos lembra que precisamos nutrir nossos corpos no presente com a força das nossas mães velhas, das nossas ancestrais, das que se foram e as que permanecem na luta. E todas vivas em nós! E, alimentadas do que elas nos legaram, somos capazes de inovar e renovar nossas esperanças de vivermos dias melhores num futuro que está logo ali, próximo, há alguns passos. Que futuro é esse? Acompanhe o que estamos tramando, articulando, tecendo a partir do que vamos te dizer nessas linhas.

Falamos de passado, presente e futuro, tecidos por uma herança bendita de mulheres aguerridas, prenhas de amor pela política do bem-viver, da segurança, da proteção, da moradia, da arte-educação e de uma sociedade sem racismo.

Nesse texto, vamos conversar sobre o que significa, para a GRUMAP chegar aos quase 40 anos de idade, a partir de uma trajetória de luta de mulheres negras, que, desde lá, olhavam para a frente -o futuro -numa empreitada coletiva pelo direito de viver e morar num pedaço da cidade, assegurando creche e escola

para crianças e jovens no território. E, ao longo dessas quatro décadas, como a GRUMAP renasce em seu cotidiano, renovando-se como sujeito coletivo.

Com essas palavras, neste texto, nós saudamos a vocês, mulheres negras, e a nós, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, pelas histórias que tecemos juntas nas lutas e lidas pelo direito à moradia, à cidade, à vida digna, a uma sociedade sem racismo, à plenitude de sermos mulheres, e pretas, com orgulho, fé, amorosidade e coragem.

1. GRUMAP e os fios de histórias tecidas em continuidades que se renovam em gerações de mulheres negras: saudando as matriarcas, as mais velhas do GRUMAP

Meu tempo de renovação! Estou desempenhando tarefas que nunca pensei. Hoje sou uma pessoa bem diferente. Estou tendo um tempo, uma oportunidade que nunca imaginei. Lembrei do tempo de renovação, filha, netos. A pandemia deu um freio no tempo. Aos 60 eu tenho que fazer tudo no meu tempo, sou dona de mim.
(Roda Virtual GRUMAP de Cuidado e Autocuidado)



Salvem as mais velhas! Vamos ecoar suas vozes, seus corpos políticos em ação. Uma escritora ne-

gra, chamada **Conceição Evaristo**, evoca as vozes de mulheres, das bisavós, avós e filhas, trazendo para a gente, em um dos trechinhos de seus poemas, algo que nos diz assim:

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(CONCEIÇÃO EVARISTO, *Vozes-Mulheres*)*

E é com esse ecoar de vozes que nos voltamos para ouvir as mais velhas. As mulheres que começaram essa história de fazer política no território do Alto das Pombas há muito mais que 40 anos da formalização de um grupo. *In memoriam*: Alzinete; Ana; Josefina; Maria Damasceno; Marlene Trindade; Norma; Serafina; Zilda. E presentes neste tempo: Humberta, Reizinha, Zildete, Edília, Bernadete, Lolinha, Edite, Zefinha, Ritinha, Pró Verinha e Pró Helena, e tantas outras gerações que vêm doando o seu tempo, como Luciene, Luciana, Rosana, Tauana, Tatiana, Noely, Karine, Tereza, Maridalva, Jucélia, e Iamazi. As ideias e as ações dessas mulheres, a presença de cada uma e o compromisso que tiveram e têm de fazer a história das mulheres e do povo negro acontecer estão revividos em um fluxos constantes, através de uma ancestralidade que permanece e se renova em nossas práticas, pensamentos, sentimentos.

Essa história, na verdade, começa na década de 1970, com o enfrentamento, por essas mulheres, a uma política pública na cidade de Salvador que lhes negava o direito de morar num bairro negro de periferia, porém, numa área central em termos urbanos. As-

sim como nas lutas pela terra, no contexto rural, essas mulheres fizeram a luta por moradia na cidade, assim como as do campo, reivindicando e afirmando um lugar para o viver bem. Uma luta de tempos remotos, de histórias de migrações de muitas dessas mulheres expulsas da terra onde trabalhavam para virem morar e trabalhar na cidade, tanto no contexto da periferia urbana de Salvador, como em tantas outras capitais.

Nesse contexto, essas mulheres reunidas no coletivo chamado Clube de Mães entenderam que o morar no território implicava em lutar por equipamentos sociais urbanos e acesso a serviços essenciais como creche para as crianças, escola, posto de saúde, conjugando dois ingredientes que não poderiam faltar no cotidiano da vida de pretas e pretos do Alto das Pombas: educação e saúde enquanto políticas e assistência e a convicção do direito a ter direitos.

Depois de décadas de luta, o Clube de Mães, atualizando o presente do que o contexto político pedia, renomeou o movimento como Grupo de Mulheres do Alto das Pombas - GRUMAP, a partir de então, uma organização política sem fins lucrativos é fundada em 8 de março de 1982. O grupo passa a ser constituído por mulheres moradoras do Alto das Pombas e mulheres parceiras que, à beira de completar 40 anos de existência em 2022, vem atuando na construção e implementação das ações que envolvem atividades em prol da luta por direitos políticos e seguridade social. Essas ações dizem respeito ao acesso a serviços de saúde e educação, direitos básicos, à ampliação do debate racial e de gênero e em defesa de uma vida digna para a população negra do território. Educação popular, arte e educação têm sido os caminhos trilhados por essa GRUMAP que se renova a cada voo Sankofa, sempre de olho no futuro do que queremos e necessitamos no âmbito do que o movimento entende por justiça racial e social.

E, ao longo dessa história de quase 40 anos, o Grupo desenvolve ações de formação com mulheres, crianças e juventudes. A partir de rodas de conversas, diversas oficinas de arte-educação, corpo-memória e saúde, saraus, bazar, feiras, cineclub mulher, jornal

COMUNICA GRUMAP, cuidado coletivo da saúde mental das ativistas do grupo, produção de podcast, rodas virtuais de cuidado e autocuidado, dentre outras atividades, o grupo vem dialogando com esse passado que continua novo na luta pelo presente.

O legado que temos das mulheres mais velhas que fizeram o coletivo atuante de mulheres no Alto das Pombas é aquele de um projeto político do cuidado no contexto popular. As mulheres já sabiam como tomar conta dos “seus” e dos “nossos”. Importavam-se com a própria casa e a moradia digna das outras. Entendiam que escola seria fundamental para crianças e jovens e que o posto de saúde precisava funcionar na perspectiva da garantia da promoção e da prevenção à saúde como preconizava o Sistema Único de Saúde. Como nos afirma Fernanda **Carneiro** (2006):

Para conquistar a existência social, foi preciso partir da existência ontológica que nossas ancestrais descobriram nelas próprias e não a negaram desde o início, afirmando-a em práticas comunitárias. O direito à existência negra não se emudeceu e, até que a justiça ainda seja estabelecida, não emudeceremos jamais. (CARNEIRO, 2006, p. 41)

O nosso reconhecimento ao lugar das mais velhas se dá por muitas razões e é, sobretudo, por elas terem sido as mulheres que foram, e ainda porque, com a potência de mulheres negras, renovarem, no presente, as memórias que chegam até nós. Aquelas mulheres dos primeiros tempos do coletivo já imaginavam uma sociedade que precisava se preparar para o futuro, acolhendo e cuidando de seu povo preto, desassistido de tantas políticas sociais. Os registros deixados nas atas, assembléias, cadernos, fotografias, contabilidade, encontros, relatórios, mostram as marcas de posturas éticas e da transparência daquelas mulheres no, então, recém formado GRUMAP.

2. GRUMAP e suas renovações/ inovações: arte, educação, saúde e tecnologias digitais e analógicas na comunicação para dentro e para fora

As crises, são consequência da falta de autocuidado. O que me acalma é me conhecer mais. Diálogo fino, gentil, aqui dentro de mim mesmo.

(Roda Virtual GRUMAP de Cuidado e Autocuidado)



O Grumap continua seguindo os passos das mais velhas e das ancestrais e, ao mesmo tempo, vem se renovando a partir dos saberes constituídos nos fazeres coletivos, políticos e afetivos da luta cotidiana. E, se antes eram assembléias e rodas de conversa que juntavam as mulheres para o enfrentamento político e a construção de estratégias de ação, chegou um tempo, desde a crise sanitária e econômica da pandemia pelo coronavírus, que o GRUMAP chama as mulheres para se fortalecerem na luta, agora também pelas tecnologias digitais, pelos meios virtuais, pelos podcasts e lives.

Se aprendemos desde sempre, sobre a importância da comunicação, desde o uso dos panfletos, avisos impressos, cartazes, banners e faixas, estamos aprendendo também que essa comunicação precisa continuar para dentro, numa conversa próxima, com as mulheres do bairro, das Igrejas e dos Terreiros de Candomblé locais, dos pequenos postos de trabalho,

da unidade de saúde e das escolas. E se, em tempos de Covid-19, as mulheres não podem correr o risco de se juntarem fisicamente, o GRUMAP vai até às mulheres com seus podcasts, falando sobre: defesa da vida e saúde das mulheres; Segurança Alimentar; Ecos de Saúde e Ecos de Cura.

O GRUMAP descobre também que as mulheres podem continuar cuidando umas das outras em tempos de mais vulnerabilidades, de distanciamento físico e social forçado pela veiculação de um vírus letal. Com isso, novamente se agrupa pela tela do celular ou computador, convidando as mulheres para o cuidado de si, da saúde mental, para a conversa conjunta, mas à distância, virtual, em rodas de cuidado e autocuidado online. Cuidados permeados de afetos, fortalecimento e resistência para continuarem na luta coletiva são as mensagens que circulam nas rodas de autocuidado. E, quando Adisa (2006) nos lembra sobre o estresse nas mulheres negras, nós nos levantamos nas Rodas de Cuidado e discutimos sobre o fato que:

Nós nos matamos quando paramos de sorrir; quando tomamos drogas para abafar a dor de ser negra; quando, no desespero de ter “alguém”, permitimos que nosso companheiro ou companheira nos viole fisicamente e mentalmente; quando permitimos que privilégios de classe, renda, cor, aparência sexual nos dividam; quando mês a mês choramos sozinhas sem ter com quem desabafar. Estamos estressadas. (ADISA, 2006, p. 114)

Então, o GRUMAP continuou seguindo as trilhas também do cuidado, do cuidado das outras, da comunidade, e do cuidado de si, de suas lideranças. E assim, a saúde vai sendo pensada na sua indissociação entre a saúde pública, validada pela existência do Sistema Único de Saúde (SUS), e a saúde de cada uma na prevenção de doenças e na promoção do fortalecimento da vida e do bem viver. Aprendemos que o SUS importa como assistência pública para a saúde

do povo preto e como sistema universal de acesso que pode garantir qualidade de vida e longevidade às pessoas desassistidas e sofridas pelas trajetórias de desgastes físicos e emocionais ao longo da vida. Sabemos que parte significativa da população negra sofre de comorbidades como pressão arterial, diabetes, AVC, e como o histórico de estresse, perdas de várias naturezas, sofrimento psicoemocional impactam no corpo, na saúde psíquica e espiritual, sobretudo das mulheres negras (BRASIL, 2017; ADISA, 2006).

A história de abandono, desassistência, racismo, injustiças, omissões a que vive a população negra, e perpetradas estruturalmente com o aval do Estado, tem acarretado muitas sobrecargas sobre o corpo e o psicológico desse nosso povo. As raivas se presentificam nas histórias de várias famílias negras que sentem as dificuldades de lidar com tantas opressões, desemprego, sonhos não realizados e racismo.

Audre Lorde (2019) afirma que as mulheres negras respondem ao racismo com raiva. São muitas raivas. E que podemos aprender a lidar com ela, a raiva, a nos defendermos das opressões a partir dela, a expressar nossos sentimentos, a reagirmos ao racismo pela raiva. Raiva é diferente de ódio. O ódio vem da opressão, da aniquilação, da violência, da dor que prejudica. A raiva, se trabalhada, pode ajudar a enfrentar formas de opressão. E é nessa perspectiva que as Rodas de autocuidado abrem espaço de escuta e de fala para que a raiva não seja silenciada, não seja sufocada. E no espaço coletivo, possamos pensar, juntas, o que queremos fazer com ela e como ela pode nos ajudar, como mulheres negras que experimentam essas dores.

3. GRUMAP educadora para um novo tempo

Memórias encruzilhadas, experiências, vivências em Tempo. É no fazer artístico que criamos, transformamos nosso Território, Comunidade. Tempo Escuro é fértil! Como demonstra Dani

de Iracema em sua obra fotográfica artística literária. São nossas manifestações corporais que nos fazem Ser, Viver e Transcender. Peles Negras, escuras, Tataranetas, bisnetas, netas de Africanas, Quilombolas, Mães Pretas de lutas e resistências.

Luciana Silveira



O que é a GRUMAP educadora para um novo tempo? O que queremos? Como se quer construir esse futuro? O Grumap traz a herança do cuidado comunitário, do cuidado no lidar com as ações político-educativas. Portanto, há uma linha de continuidade no fazer movimento comunitário, mas que se renova no fazer pedagógico.

No presente, temos a referência de um futuro próximo que sonhamos e lutamos e que é conclamado pelas mulheres negras as quais afirmam o direito ao bem-viver, a uma vida digna, sem violência, com justiça, com direitos consolidados, direito a uma vida plena.

O trabalho com crianças, juventudes e mulheres apontam para um futuro que não está longe, um futuro próximo, que está logo ali, nas nossas práticas responsáveis de cuidado, de acolhimento, de partilhas e aprendizados coletivos, de solidariedade nas redes que fortalecem os vínculos, os afetos, na esperança ativa, na consciência que liberta, autônoma e política.

Sonhamos e estamos construindo um futuro não distante, pelas articulações desde ontem, do hoje e com o amanhã. E, assim, reafirmamos a trajetória

do GRUMAP educadora que projeta um futuro de um novo tempo, tramado a partir de uma nova ordem social em que enxergamos a Unidade Básica de Saúde, funcionando plenamente. Nesse tempo, as pessoas, sobretudo as negras, empregadas, as crianças, e nossas crianças negras vivendo a infância, tendo o direito de brincar, de serem acompanhadas, acolhidas, amadas; as juventudes, em sua grande maioria, as pretas, vivas, construindo e projetando o porvir e sonhando sonhos que podem ser muito reais, ancestralmente e no aqui e agora.

Aqui, resistir é criar e criar é transformar. A vida e a resistência que se confundem, e, muitas vezes, é necessário que se confundam para a própria sobrevivência das mulheres, seja no enfrentamento do autoritarismo do poder público, na busca de renda, na relação familiar, nos embates com o tráfico de drogas, na manutenção da atenção e carinho com o outro. As mulheres no meio popular da cidade de Salvador mostram que resistir é enfrentar a realidade e propor alternativas para suas vidas e de seus próximos. É estarem atentas às suas necessidades internas, ao subjetivo, sem perder de vista “o mundo lá fora”, pois viver por viver é acomodar-se à situação que lhe é destinada, mas resistir para viver ou viver para resistir é apostar na crença de que dias melhores virão.

Temos a certeza de que nossas ANCESTRAIS estão muito ORGULHOSAS de todas NÓS. Estamos SEGUINDO AS TRILHAS e TECENDO NOVAS TRILHAS. Agora, cabe saudarmos com minutos de PALMAS a ELAS e a TODAS NÓS. Salve, mulher preta! Salve, GRUMAP!



REFERÊNCIAS

ADISA, Opal. Palmer. **Balançando sob a luz do sol: Stress e mulher negra.** In.: WERNECK, Jurema, MENDONÇA, Maisa, WHITE, Evelyn C. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras.** Nossos passos vêm de longe. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In.: WERNECK, Jurema, MENDONÇA, Maisa, WHITE, Evelyn C. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras.** Nossos passos vêm de longe. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

GRUMAP. Nas trilhas das ancestrais. Salvador: Grumap, 2007.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 07_17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acesso em: 16 set. 2021.

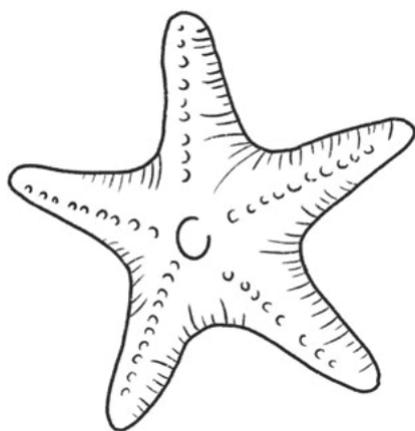
Links de Imagem e Som das Mulheres do Alto das Pombas

<https://www.youtube.com/watch?v=95MZGzbJN1A>
<https://www.youtube.com/watch?v=sfQY92eH5Tc>
<https://www.youtube.com/watch?v=d5zthpnFCuE>
<https://www.youtube.com/watch?v=H7yH5tSTils>

Fotografias e Cartão Convite

Acervo memorial das Mulheres do Alto das Pombas – GRUMAP





AQUILOMB'ART: A RESISTÊNCIA FEMININA CABULEIRA

Janice de Sena Nicolin¹
Vanessa Cerqueira

Bandagira Iá – Peço licença Iá
Bandagira Iô – Peço licença Iô
É do Cabula que, agora, vamos conversar
Janice de Sena Nicolin

Na década de 1960, em Salvador, algumas casas de comunidades da população negra viviam cheias de mulheres negras, organizando-se para o enfrentamento das desigualdades raciais que lhes impediam à ascensão social e de suas crias. Os olhos de hoje e o pensamento no passado nos mostram como uma liderança feminina negra sabe que a socioexistência negra depende das possibilidades de enfrentamento da sociedade prenhe de valores racistas, machistas e coloniais das Américas.

Aquilomb'Art é o mergulho nessas vivências que possibilitaram a composição deste ensaio, escolhido por ser a forma literária capaz de dar conta dos



1 Janice de Sena Nicolin é Fundadora da Odeart, educadora, teatróloga, doutora e mestre em Educação e Contemporaneidade, atua na luta antirracista, antimachista e na valorização da cultura negra, autora de: *Ecos que entoam uma mata africano-brasileira*, coautora de: *Descolonização e Educação: diálogos e proposições metodológicas, Negras*.

Vanessa Cerqueira é mulher negra, poeta, educadora, mestranda em Leituras, Literatura e Cultura. Atua na luta antirracista por meio da educação, cultura e arte, participante da Associação Artístico Cultural Odeart, coautora da Antologia Poética “O diferencial das Favelas dos contos e poesias de quebrada” (Sarau da Onça).



questionamentos, das reflexões, interpretações e críticas ao racismo, sexismo e machismo, bem como é capaz de mostrar por um rigor sensível as dinâmicas da formação política de lideranças femininas para se aquilombarem e, assim, fortalecerem os movimentos sociais nas territorialidades negras.

E, muito mais do que uma narrativa, Aquilomb'Art é um estilo de vida, poética na forma de luta, cuja estética recriada da África-Mãe perdura com toda vitalidade nos dias atuais. E, tal como a rainha *Nzinga* criou o quilombo na floresta dos reinos *Ndongo* e *Matamba*, atual Angola, lideranças feministas negras contemporâneas recriam florestas e montam o acampamento ativista contra o feminicídio e o genocídio da população negra.

Aquilomb'Art: legado da resistência feminina negra no Cabula

As dinâmicas formativas da resistência feminina é uma continuidade civilizatória africana, basta tomarmos o exemplo de *Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji*, conhecida por Rainha *Nzinga*, liderança dos reinos *Ndongo* e *Matamba* na África coroada em 1623. Por duas décadas, *Nzinga* travou grandes batalhas para expulsar os portugueses dos seus reinos, a tática foi levar seu exército para a floresta com montagem do acampamento quilombola, com isso, inaugurou os quilombos fixos e móveis na África.

Na Bahia dos tempos atuais, lideranças negras inspiram-se nesse legado de *Nzinga Ngola* e recriam as florestas e matas simbólicas, organizando-se para o enfrentamento das violações dos direitos das mulheres: sexismo; a discriminação negativa pelo gênero e orientação sexual, machismo; submissão social hostil às mulheres por homens aos cargos, funções e tarefas, impondo-lhes subalternidade.

Entende-se por violações quando não há respeito às leis. Vale salientar que o artigo 5º da Consti-

tuição Nacional de 1988, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, imprime que todas as pessoas são iguais e têm direito à vida, à liberdade e à igualdade; sendo assim a ruptura desses direitos impulsiona a montagem do equipamento quilombola.

Nzinga rejeitava o termo rainha, imposto pelos portugueses, sempre usou o termo *Ngola*, que significa *quem reina* na língua africana quimbundo. Nas sociedades tradicionais africanas, não há distinção por gênero, este é um designativo do sistema de valores simbólicos ocidentais universais e se incumbe de subjuar, desqualificar e inferiorizar princípios e valores simbólicos das sociedades tradicionais que são plurais.

Nas narrativas míticas ou mitos da cosmologia africana, não há distinção de gênero entre entidade masculina ou feminina, há entidade detentora dos poderes masculinos ou femininos; o gênero conduz aos equívocos teóricos sobre as referências simbólicas das sociedades tradicionais africanas, em suas diversas culturais. O Projeto *Oba dê Adê da Odeart* (Quem reina está com a coroa) é uma iniciativa criada, em 2009, para mulheres negras do Cabula e entorno e faz jus à herança de *Nzinga*, dando continuidade ao legado feminino.

Oyeronke Oyewumi (1997), antropóloga nigeriana, afirma que a imposição da categoria gênero pela dominação ocidental inglesa gerou construções sociais inadequadas ao simbolismo existencial ioruba, cita o exemplo da palavra *omo*, usado para pessoa masculina ou feminina criança e não menino ou menina. *Oyewumi* (1997) ressalta que na cultura iorubá há distinção anatômica do sexo. Outro exemplo de termo submetido a distorções ocidentais é *oba*, significa pessoa que reina, não importa quem porta a coroa, pessoa feminina ou masculina, o título será *oba*.

No Cabula, uma territorialidade de Salvador que fundou um dos mais combativos quilombos contra colonização, as heranças do aquilombamento expressam a vivificação da sociabilidade quilombola com lideranças femininas negras do movimento social.

No século XIX, duas lideranças femininas se

destacaram na resistência quilombola de Salvador: Zeferina e Nicácia. Zeferina, conhecida por portar um arco e flecha, ia sempre à frente do grupo de rebelados. Narrativas contam que, na sua última batalha contra as tropas da província baiana, ela liderava mais de 50 homens, os quais também usavam arco e flecha na luta pela liberdade. Ao portar o *Ofá*, arco e flecha na língua iorubá, Zeferina imprimiu o sentido de *omo-odé*, cria de *Odé*, princípio africano nagô da fartura, da guarda e expansão de território protetor e provedor do seu povo.

Nicácia, sacerdotisa afro-brasileira, liderava um forte séquito de insurgentes. Era muito respeitada e temida pela polícia da província baiana, também ia à frente do grupo, impulsionando-os à luta pela liberdade, fortalecendo o aquilombamento. Essas ancestrais fincaram raízes na territorialidade Cabula. Nicácia tinha um pouso, uma roça com axé plantado; Zeferina, liderança do Quilombo Orobó, nas matas das Cajazeiras, tinha morada móveis no Cabula, lugar onde seu corpo foi enterrado.

No pós-abolição, as casas de matriz africana, candomblé, eram perseguidas e até fechadas na Bahia. No Cabula, tivemos a liderança feminina negra atuante, Maria Neném, *Mameto Tuenda Kwa Nzaambi*, ancestral matriarca de Angola na Bahia que enfrentou a polícia, deixou grande legado de ensinamentos ao movimento social feminista negro, através da expressão “Cá te espero”, dirigida às autoridades policiais de Salvador.

É importante ressaltar que o Projeto *Oba dé Adê* da Odeart busca aproximar-se dos valores simbólicos da ancestralidade africana com o uso do termo *Oba* que não tem significado de gênero, visa destacar que as lideranças femininas iorubás assumem o trono do reino, portam *Adê* (coroa) e governam, ressaltando que é preciso romper os equívocos coloniais.

O feminismo negro no Cabula: Sarau das Pretas

*“Um rio não caminha só,
ele atravessa:*

rasga pedras e fere o chão com sua correnteza
translúcida.”
Lívia Natália

É notório que as mulheres negras sempre tiveram organização expressiva no combate ao racismo e ao sexismo antes mesmo da existência dos movimentos feministas. As organizações e os movimentos políticos surgem para potencializar e concretizar as pautas sociais. O Movimento Feminista, quando surgiu na Europa, não tinha uma abordagem interseccional, ou seja, não pautava as especificidades das mulheres não brancas.

O feminismo negro começa a ganhar força a partir da Segunda Onda Feminista, após a fundação da *National Black Feminist* nos EUA, em 1973. No Brasil, o Feminismo Negro ganha força, na década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras. As mulheres negras sempre observaram que estavam em uma encruzilhada, atingidas pelo racismo por serem negras e pelo sexismo por serem mulheres.

Era evidente a existência de um problema entrelaçado, entretanto ainda não se tinha um nome para isso. Em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em *Ohio*, *Sojourner Truth* discursou, exclamando: “Eu não sou uma mulher?”. *Truth* apontava a diferença de como as mulheres brancas eram tratadas pela sociedade e de como possuíam direitos que as mulheres negras ainda não tinham. Lélia **Gonzalez**, grande intelectual brasileira, usa a encruzilhada como metáfora para evidenciar como somos vitimadas por estarmos nessas avenidas identitárias.

O termo *interseccionalidade* surge a partir dessas, e de muitas outras observações. Ele foi cunhado por Kimberlé **Crenshaw** (2002) para a necessidade de “dar nome ao problema” vivenciado pelas mulheres negras que são atingidas tanto pela violência de gênero quanto pela violência racial. Em torno da identidade da mulher negra, há, portanto, um conjunto de opressões que não podem ser hierarquizadas. Isso acontece, porque [...] “homens e mulheres podem experimen-

tar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas a seu gênero” (CRENSHAW, 2002, s/d p. 09). Após esse breve histórico proponho, nessa sessão, refletirmos sobre a importância do Movimento Feminista Negro, na cidade de Salvador, Bahia. Além disso, pensaremos, aqui, a arte, a poesia como ferramentas de transformação social.

A poesia, para Audre **Lorde** (2020), não é somente um jogo de palavras, é a destilação da experiência. Para as mulheres negras, a poesia é uma necessidade vital de nossa existência e não apenas um luxo. Nossos medos, experiências diárias e resistências são revestidas pelos poemas. Logo, a arte negra feminista é também um modo de resistência. O Aquilomb’Art, nesse sentido, pensa a arte como ferramenta de transformação social. Aquilomb’Art é, pois, um antídoto contra essas discriminações que “operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (CRENSHAW, 2002, p. 08).

Para **Lorde**, é como se toda mulher carregasse em si a poesia. Ela contrapõe o pensamento de vida aos moldes europeus, em que a vida é apenas um problema a ser resolvido. Para os patriarcas brancos apenas as ideias nos libertam, o que invalida as subjetividades. E quando entramos em contato com a nossa ancestralidade como uma consciência de vida, aprendemos a apreciar nossos sentimentos e as fontes ocultas do nosso poder, a partir disso surge o verdadeiro conhecimento: “Sinto, logo, sou livre”.

É com essa perspectiva, de atenuar nossas dores e fazer ecoar nossas poéticas, que nasce o Sarau Das Pretas Odeart. O sarau surge como uma proposta para Agenda Julho das Pretas, em 2013, e se expande ao levar a poesia negra feminina às comunidades periféricas, especialmente, às encruzilhadas do Cabula. Os saraus feitos por mulheres pretas surgem da necessidade de termos espaço para fazer ecoar nossas dores e afetos. Basta lembrar que, como qualquer outro ambiente, as rodas de poesia, batalhas de rap ou Slams, eram, majoritariamente, compostas e dominadas por um público masculino.

Os Saraus e *Slams* feitos por mulheres surgem e passam a modificar esse cenário, criando uma maior diversidade nesses espaços. Hoje, de modo geral, há muito mais saraus diversos que abrangem todos os públicos. A poesia, para nós, feministas pretas, é tratada como algo concreto, como um enfrentamento às opressões que nos atingem. A poesia negra nos engaja e às vezes nos salva até de nós mesmas. Logo, a poesia é uma ferramenta que nos liberta, além de ser produção de conhecimento. Para nós, vida e poesia são indissociáveis.

A poesia feita por mulheres pretas é arte, linguagem e ferramenta cultural contra todo discurso estereotipado e colonizado. É um dos modos que encontramos para romper e rasurar a estrutura sexista e racista, pois a linguagem e a arte possuem um poder transformador. Para romper com o colonialismo, não podemos usar as ferramentas do colonizador. Por isso, a existência da Literatura Negra Feminina é a nossa ferramenta simbólica da luta socioexistencial.

O Sarau das Pretas é uma linguagem de formação política para o feminismo negro no Cabula e em Salvador, desde 2013. Ele reúne poetisas feministas negras lésbicas, heterossexuais, bissexuais, transexuais em rodas de poesias e *Slams*; estudiosas do feminismo negro debatem os temas em rodas de diálogos, nas oficinas de arte, cantoras, atrizes, dançarinas e percussionistas celebram a arte política da mulher negra.

O Julho das Pretas nasceu, em 2013, em Salvador, e é um movimento realizado por mulheres negras feministas para incidência política no Nordeste, gestado pelo Odara - Instituto da Mulher Negra com atividades durante o mês de julho. A dinamização do Julho é feita por organizações de mulheres negras e organizações mistas lideradas por mulheres negras que buscam comemorar o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha e Dia Nacional da Mulher Negra no Brasil, celebrando a luta por igualdade.

O Sarau das Pretas é um grande palco de aquilombamento feminino, é uma das ações do Projeto *Oba*

dê Adê, de empoderamento das mulheres negras.

Formação Política das Feministas Negras no Cabula

Em 2007, nasce a Odeart, uma organização social civil fruto do Grupo Teatral Artebagaço, fundado em 1990, para formação política da juventude com teatro de comunidade africano-brasileira. Em 2009, a Odeart começou atividades de formação política para mulheres com a Mostra Cultural *Oba dê Adê* composta por um simpósio e um festival africano-brasileiro. A palavra *Oba* foi ressignificada, nesse cenário, com sentido de empoderamento feminino.

No simpósio, realizou-se a fundamentação teórica da expressão *Oba dê Adê*, fez a entrega da placa “Mulher do Cabula”, homenagem a cinco lideranças femininas do lugar. O Festival Mulher do Cabula dinamizou as atividades artístico-culturais.

O ano de 2009 foi um marco da luta feminista negra na Odeart e no Cabula. Até aquele momento não havia de fato iniciativas de grupos, coletivos e instituições com ênfase na luta pelos direitos das mulheres negras, havia instituições fundadas por mulheres com ênfase na luta contra a pobreza da população local. Atualmente, conhecemos duas organizações de mulheres negras no Cabula: Associação de Mulheres Unidas do Beiru e As Mulheres Maravilhas, embora existam coletivos de jovens negras com a arte.

O simpósio teve apoio de Narcimária Luz, criadora do Programa Descolonização da Educação na Universidade do Estado da Bahia e de Valdecir Nascimento; na ocasião, Superintendente de Políticas para Mulheres, na SEPRMI - Secretaria da Promoção da Igualdade. Valdecir nos proporcionou um rico diálogo sobre a mulher negra, um marco na formação do feminismo negro no Cabula, através da Odeart.

Desse período a 2013, avançamos guiadas pela concepção de descolonização do pensamento, a partir

de Fanon (1968), e da descolonização da educação, ancorada na *episteme* africano-brasileira de Narcimária Luz (2000), já que a presença constante de mulheres negras na Odeart denunciava o racismo, compreendendo que “a violência racial resulta em prejuízos irreversíveis” (BRITO; NASCIMENTO, 2013), bem como o machismo e o sexismo.

A educação é a nossa estratégia de luta: cursos de qualificação de artesanato, corte e costura e rodas de diálogos por onde realizamos constantes trocas de saberes com mulheres negras. Em 2015, surgiu a parceria com o Odara - Instituto da Mulher Negra, através do Projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, iniciativa do Odara de acolhimento às mães de jovens negros vítimas do genocídio. Esse projeto tem parcerias com mais cinco localidades de Salvador.

O projeto Minha Mãe Não Dorme é muito importante para o fortalecimento de mais de 100 mulheres acolhidas ao ano pelo *Oba Dê Adê*. Ele fortaleceu a ancoragem teórica com uso dos termos “mulher negra” e “feminismo negro” nas rodas de diálogos, ancorados no pensamento de Luiza Bairros (1995) e Beatriz Nascimento (1976).

Cláudia Gomes, uma das mulheres acolhidas pela Odeart, em 2016, afirma: “nas rodas tinham muitos temas bons para nós, mulheres negras, que vinham de situação difícil de violência, como eu que perdi um ente querido por arma de fogo”. Tinham dores, mas encontravam alegria: “antes das rodas tinham atividades para nos alegrar, brincadeiras, atividades que facilitavam o nosso conversar, daí cada uma falava de suas vivências” (GOMES, 2021). Elisângela Gomes do Nascimento, também acolhida pelo programa afirma: “É um trabalho sério, nos oferece cursos, oficinas de qualificação para fonte de renda, rodas de conversas que nos dão saberes sobre nossa cultura de gente negra, mexem com nossa autoestima e nos deixa pra frente”.

Assim, se dá a educação para o feminismo negro com mulheres do Cabula, o qual ganhou corpo ao promover diálogos com organizações do bairro, in-

clusivo com lideranças femininas da Rede Cabula Vive, iniciativa com 25 organizações da região, impulsionada pela Odeart, em 2018, com apoio do Odara - Instituto da Mulher Negra e Centro de Artes e Meio Ambiente - CAMA. Nessa Rede, a Odeart está em constante diálogo de formação política sobre o racismo, machismo e sexismo.

Três iniciativas foram importantíssimas para a expansão da luta feminista negra no Cabula: Agenda Julho das Pretas (2013, aos dias atuais), a organização da Rede de Mulheres Negras do Norte e Nordeste (2013), cujas lideranças expressivas são Lindinalva de Paula e Sueli Santos, e ainda a Marcha das Mulheres Negras do Brasil (2015) que ocupou Brasília com mais de 100 mil mulheres pretas.

Os conceitos de gênero e raça, mulher negra e ativismo feminista, a partir das obras de Beatriz Nascimento e Luiza Bairros, fortalecem nossa “pedagogia negra” (LUZ, 2000) de orientação dos cuidados com o *ori*, cabeça na língua ioruba, parte do corpo importante para formação da pessoa, nessa situação, para mulher negra.

Nossas experiências de formação política comecem com acolhimento: “quando cheguei na Odeart, em 2016, estava sem força, muitas portas fecharam para mim, lá vi a Andréa, que me recebeu sorrindo, disse que o curso estava completo, mas ia encontrar um lugar para mim. Estou até hoje por lá”, relembra Cláudia **Gomes**.

O curso é um “abre alas” para mobilização de mulheres negras, Cláudia **Gomes** hoje é uma das mulheres mais atuantes no Cabula, uma companheira, na Odeart, na luta por igualdade de gênero e raça. Ela participa do acolhimento das recém-chegadas na iniciativa *Oba Dê Adê*, em parceria com o Projeto Minha Mãe não Dorme.

Essa mesma perspectiva podemos observar na fala de Zenivan **Guimarães**, mobilizadora das mulheres, ao falar da pedagogia negra de formação política feminista no Cabula:

O Projeto Minha Mãe não dorme na Odeart abriu meus horizontes e de todas as mulheres que estavam comigo, a didática das rodas de conversa e das aulas alternativas em vários lugares com mulheres negras, a participação em eventos com lideranças e intelectuais negras nos ensinaram sobre o que é ser mulher negra, sobre racismo, machismo, resistência da mulher negra, empoderamento, isto tudo nos enriqueceu de conhecimento, nos fez crescer e a Odeart nos proporcionou isto no Cabula. Somos mulheres empoderadas. (GUIMARÃES, 2021, entrevista)

Cabuleiras: o empoderamento da mulher negra no Cabula

As Cabuleiras constituem um coletivo de mulheres de pertencimento cultural africano-brasileiro do Cabula. A expressão surge na formação política de gênero, raça e território quilombola durante as rodas de diálogos que buscam romper o pensamento da condição de mulher submetida à dominação masculina.

As primeiras mulheres que formaram as Cabuleiras, em 2019, chegaram na Odeart, em 2013, para fazer oficinas de artesanatos, e, em 2014, chegaram as mulheres para corte e costura. Observe como Zenivan **Guimarães** – carinhosamente conhecida como Zeni – narra sua chegada:

Quando cheguei na Odeart, lugar maravilhoso, fui bem recebida, nem sempre encontramos coisas boas pra gente, nós mulheres negras e de comunidade, lá conheci o Projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, fiquei, a princípio, interessada pelo nome, o projeto é uma parceria com Odara que apoiava a Odeart nesta questão de acolhimento de mulheres negras (GUIMARÃES, 2021 entrevista)

O fato de saber que tinha um lugar próprio da mulher negra brota significado existencial. Com

o tempo, foram entendendo o jogo ardiloso racista, sexista e machista, vendo como o racismo opera na vida das mulheres negras, e conhecendo as histórias de luta da ancestralidade africana feminina e suas resiliências.

Conhecer a história do Cabula, como o palco de lutas pela liberdade, liderado por duas bravas mulheres negras do lugar, encheram-nas de orgulho: “Cabula, um lugar histórico, iniciado por quilombos, tem a comunidade com maior população de negros de Salvador, têm mulheres negras guerreiras que lutaram” (GOMES, 2021, entrevista).

O nome Cabuleiras vem desse conhecimento e reconhecimento do rico legado de luta africana e africano-brasileira do lugar localizado no “miolo de Salvador. No *Oba dê Adê*, essa história de resistência negra e de resiliência é contextualizada, conhecendo o passado se faz o caminho de volta a nós mesmas, a nossa descendência africana.

Rita de Cassia **Araújo**, mobilizadora do projeto, expressa seu orgulho de pertencer ao Coletivo Cabuleiras. Após quatro anos do seu acolhimento na Odeart, ela assegura:

Com certeza!!! (sorri, admiração). Sou Cabuleira! Uma mulher empoderada. Eu sou exemplo de uma destas mulheres negras, olha como eu estou empoderada, é pelo que faz a Odeart com a parceria do Odara. As rodas de conversas que vocês fazem conosco empoderam sim, tem muita coisa que a gente não sabia e ainda não sabe de outras, mas vamos aprender. (ARAÚJO. 2021, entrevista)

O mesmo diz Elisângela Nascimento, mobilizadora e Cabuleira:

Quando Andréa disse que era uma das mulheres do Coletivo Cabuleiras fiquei muito feliz, me

achei importante, é muito bom se sentir importante. Nas Cabuleiras me sinto importante, sei que aquelas mulheres que estão ali junto comigo são importantes e que elas pensam assim de mim: “Você pode”. (NASCIMENTO, 2021, entrevista)

Para Cláudia **Gomes**, ser Cabuleiras:

É ser de um grupo de mulheres do Cabula, morando ou não no lugar, que tem o propósito de unir as forças. É um coletivo de mulheres negras que se organiza não só para necessidades financeiras, busca acolhimento, a união de todas para superar as desigualdades, pensamos que juntas estaremos mais fortes para enfrentar as violências como a falta de oportunidades em geral. (GOMES, 2021, entrevista)

A formação política feminista no Cabula ultrapassa o acesso aos conceitos, sendo assim a valorização da experiência vivida é o alicerce para concepção do feminismo negro. Com o “movimento agachado” (NICOLIN, 2014, p. 93), o aprendizado das mulheres negras rompe os obstáculos etnocêntricos machistas e sexistas, movido por uma pedagogia negra que carrega gestos cautelosos, habilidosos e cuidadosos como o movimento de *Odé*.



REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir. **Negras (In)confidências: bullying não. Isto é racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. A Interseccionalidade na Discriminação de Gênero e Raça., **Revista Estudos Feministas**, nº 01, Florianópolis: UFSC, 2002.

FANON, Franz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 1976.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

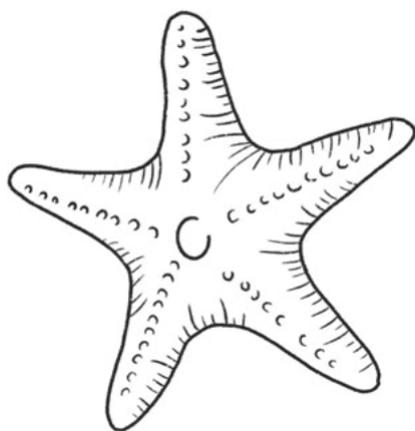
LUZ, Narcimária C. do Patrocínio. **Abebe: a criação de novos valores na educação**. Salvador: SECNEB, 2000.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho, **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor>. Acesso em 05 set 2021.

NICOLIN, Janice de Sena. **Ecossistemas que entoam uma mata africana brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2014.

OYEWUMI, Oyeronke. **The invention of women. Making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1997.





Caminhos de Abundância: as Economias Popular e Solidária e sua importância no fomento da Sustentabilidade nas Organizações Sociais

Lídia Rafaela Barbosa dos Santos¹

Mulher. Preta. Periférica. Marcadores sociais que não só lançam luz e permitem enxergar de maneira ampliada as violências diárias, como também integram o caldo fecundo que alimenta e nutre as grandiosas transformações. A Marcha das Mulheres Negras, realizada no ano de 2015 na cidade de Brasília, foi o meu ponto de partida e chegada.

Viver as ações das economias populares cotidianas, realizadas nas comunidades periféricas, contribui para o estreitamento e o fortalecimento dos laços de confiança, a renovação da fé e da esperança no coração das pessoas. Mas, a saída desses ambientes nos coloca em contato com um modo de viver que macula e desrespeita a dignidade da vida da população preta, pobre e periférica, principalmente a vida das mulheres pretas. Estar em comunidade e em grupo fortalece, anima e cura. Daí, a necessidade de estar



¹ Lídia Santos – Pós graduanda em Gestão Estratégica de Negócios e graduada em Gestão Pública. Possui experiência em Gestão de Negócios e Projetos Sociais. Atua na Implementação e Gestão de Fundos Rotativos e Solidários, Organização Financeira Individual, Familiar e dos Negócios. É pesquisadora das temáticas: Cidadania e Sustentabilidade (ODS), Economias Populares e Solidárias, Empreendedorismo e, em 2017 fundou a Dibutu: Assessoria Técnica e onde realiza consultoria para empresas e organizações sociais. É associada voluntária da Associação Soka Gakkai do Brasil.

sempre juntas, fortalecendo as origens, revivendo e resignificando estratégias e tecnologias de sobrevivência ancestral. Aquele ano de 2015 possibilitou entender as ações solidárias enquanto instrumento de luta e resistência. Começou com a escuta ativa, com o apoio na mobilização de recursos e desembocou num lindo show que reuniu grupos potentes e aguerridos com a luta em prol das mulheres e pelo bem viver. Estar fora da comunidade, realizando uma ação coletiva tão significativa com homens e mulheres de outras comunidades, possibilitou perceber que o quilombo independe do território, pode ser erigido em qualquer lugar, assim haja desejo e disposição.

Após a mobilização de recursos, era tempo de marchar. Andar de avião, receber o aconchego de mulheres de gerações diferentes e de lugares tão diversos, reenergizou. Em mãos, um cartaz anunciava: “Mulheres negras: olhando adiante e seguindo em frente”. Milhares de mulheres tomaram como uma ordem. Os breves diálogos evidenciavam os mais variados sotaques e vivências. Porém, também deixavam explícitas características comuns: as dores, a força e a esperança. Mulheres plurais caminhando juntas.

O retorno para casa foi marcado pelo misto entre o senso de responsabilidade, que fez a bolsa ganhar contornos de mala, e a sensação de ter sonhado. Aquela quarta-feira tinha os tons cinzentos da “baianidade nagô” e o desejo de vencer e viver festejando. O quilombo edificado, nesse processo, foi reavivado na vida de cada um; ele era a morada dos acordos firmados coletivamente e regia a vida individual e coletiva.

Já não era possível ignorar os fatos e o enfrentamento virou uma constante. A prática de trabalho ganhou ingredientes importantes: o combate ao racismo e a edificação dos quilombos. Um trabalho árduo que propiciou a reflexão quanto à importância das economias plurais no desenvolvimento das localidades e dos seus membros, o estreitamento de laços com comunidades e pessoas, a ampliação do olhar sobre as diversas possibilidades de existir, e ainda ampliar o repertório de ações e o conhecimento sobre as comple-

xidades de viver em comunidade e empreender lutas coletivas. No documentário Orí (1989), Beatriz Nascimento afirma:

“A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.”

Como bem afirma Beatriz Nascimento, nós somos quilombo, fortes e potentes. Somos quilombo, pois, independente de estarmos sozinhas ou em grupo no nosso território ou em qualquer outro, pensamos, agimos, almejamos e lutamos em prol da dignidade e felicidade de todas e todos. É essa lógica que rege as lutas rumo às grandiosas transformações, o lugar de partida é sempre o das potencialidades. A prática das economias populares se baseia nas relações, nos anseios e nas capacidades do ser humano. E são essas práticas experimentadas e praticadas por gerações que fomentam a arte de resistir, lutar e sobreviver. O legado ancestral aponta caminhos e possibilidades, é só seguir.

Economia Solidária enquanto estratégia de sobrevivência

O reconhecimento da Economia Solidária se deu na universidade. Aprender que a Economia Solidária era o nome atribuído às ações desenvolvidas pelos moradores da comunidade em que eu vivia revolucionou a minha vida acadêmica. Especialmente nas aulas sobre essa temática, me sentia em casa. Descobri que minha avó paterna, a senhora Lídia Maria, moradora do Alto das Pedrinhas, em Luiz Anselmo, era uma exímia organizadora financeira. Ela realizava poupanças coletivas e tinha, nas finanças solidárias, uma forma de vencer os desafios provocados pela segunda viuvez e ainda ajudar na manutenção dos cuidados com os onze filhos.

A senhora Maria da Luz, minha avó materna,

era ganhadeira, lavava roupa de ganho e, com esse dinheiro, conseguiu adquirir um terreno, junto com o marido que era pedreiro, construiu a casa que servia de lugar para a criação dos seus seis filhos. Essa casa abrigava também um quintal produtivo, onde plantava e criava os animais que eram doados, vendidos e trocados com os vizinhos. Anos depois, descobri que essas ações recebem o nome de agricultura familiar. A senhora Maria da Luz também comandava uma espécie de cooperativa que mobilizava as trabalhadoras e suas famílias residentes da Rua Irapuan, em Cosme de Farias, Salvador.

Descobrir que o que minhas avós praticavam, junto com suas companheiras de lutas diárias, era Economia Solidária, mudou totalmente a forma como eu enxergava as políticas públicas sobre essa temática. Na universidade, o professor um dia explicou que, quando se trata de políticas públicas, existem dois tipos de teorias: a teoria exposta, a qual em linhas gerais indica o que e como deveria acontecer; e a teoria em uso, que indicava o que e como de fato acontece. Sobre as Políticas Públicas, Boullosa (2014, p.144) afirma:

Política pública é uma resposta multifatorial, não orquestrada e assíncrona, política pública não pode ser compreendida como plano, projeto, programa ou ação ativado pelo governo legítimo de uma dada sociedade. Pelo contrário, ela não é um objeto, mas sim um modo de ver um fato social coletivo de mobilizações para o tratamento de um problema de pública relevância. Por isto, seus autores defendem que políticas públicas é um construto analítico definido pelo olhar do observador. (BOULLOSA, 2014, p. 144)

Em muitos casos, a implementação das políticas públicas acaba por se perder em metas, números, burocracia e, por vezes, perde o foco de responder positivamente a um problema de relevância pública. Essa compreensão ajuda a entender que a Economia Solidária é maior do que qualquer política pública e que as

ações, dimensões e princípios são diariamente modificados e resignificados no território, por seus membros e nisso reside o diferencial, a grandiosidade e as potencialidades dessa economia, que, embora receba aqui a denominação de solidária, pode ser apreendida por economia feminista, social, economia das trocas, de terreiro e tantas outras. Sem perder o objetivo principal: a valorização do ser humano, suas relações e o desenvolvimento do território.

A experiência adquirida na atuação comunitária, somada às experiências acadêmicas e profissionais, possibilitou criar estratégias de sobrevivência após a perda do emprego fixo. Empreender foi a saída mais viável. Passei a prestar os serviços que outrora realizava, agora de maneira autônoma, e em formato de consultorias. Tem sido um grande desafio, principalmente firmar contratos e garantir a qualidade dos trabalhos prestados. A atuação em rede tem possibilitado ampliar os territórios de atuação e fortalecer as ações individuais sem perder de vista a luta coletiva. Aqui, aproveito para saudar o Coletivo Pérola Negra que me acolheu neste ano de 2021.

Em busca de aprofundar conhecimento sobre a legislação de combate ao racismo, me inscrevi no curso de ativismo, oferecido pelo Instituto Odara, e consegui a vaga. Foi um momento de grande alegria. As aulas eram grandes rodas de trocas e curas. Era como se novamente empunhássemos as bandeiras que clamavam as mulheres negras a *olhar adiante e seguir em frente*. Escutar e ler sobre Beatriz Nascimento possibilitou refletir sobre as potencialidades ao passo que imprimia um estado de urgência. O curso da Escola de Ativismo Beatriz Nascimento foi realizado online e nos reconectou com mulheres diversas. Era como reviver a Marcha a cada encontro.

As aulas sobre ativismo digital contribuíram para a mudança no uso das redes sociais, saindo do uso passivo, para o uso ativo, ao compartilhar informações relevantes sobre as negritudes, visando romper as bolhas e os algoritmos. As aulas sobre direito sexual e reprodutivo me possibilitaram qualificar o discurso,

outrora impregnado de preconceitos. Aprofundar conhecimento sobre racismo estrutural propiciou uma revisão no meu fazer trabalho: era urgente identificar e combater a reprodução diária do racismo, começando sempre comigo. Mas, foi na construção do projeto político de nação das mulheres negras que pude ampliar meu olhar sobre as possibilidades de atuação. Após a finalização do curso, ingressei num curso de pós-graduação, em que estou estudando sobre gestão estratégica de negócios e serviços.

Tal qual preconiza as ações da educação popular, a EBN, ao mesmo tempo em que possibilitava intenso contato com as teorias, propiciava os exercícios vivenciais através dos relatos compartilhados e o incentivo a pensar soluções. E foi assim que surgiu o desejo de realizar um projeto que auxiliasse no reconhecimento e no fortalecimento das práticas econômico-solidárias nas organizações sociais, como também pudesse pensar no aprimoramento dessas práticas, a luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando contribuir para a sustentabilidade das organizações e dos seus membros.

Mesmo pensado a partir da minha vivência, o projeto contou com a colaboração de duas companheiras potentes com as quais já havia feito trabalhos em grupo. A princípio, o projeto seria aplicado exclusivamente em organizações sociais vinculadas às religiões de matrizes africanas e, por isso, se fez necessário buscar o apoio de Maria **Aparecida**, praticante da religião que orientou sobre como tratar sobre a temática. Quanto aos recortes e à análise crítica, a companheira Viviane **Marcelino** teve importância decisiva.

Apesar de estarmos em grupo, o processo não foi de fácil construção, tanto Viviane quanto Aparecida também estavam envolvidas em seus projetos pessoais e em outros projetos coletivos, o que, muitas vezes, tornava difícil realizar uma simples reunião. As tecnologias ajudaram e pudemos alinhar as informações sobre esse e outros projetos. Após a apresentação final, ocorreu a sugestão de ampliar a implementação do projeto para as organizações sociais sem vínculos

religiosos. A sugestão foi acatada e hoje está em curso a implementação do projeto em uma organização focada na inserção sócio produtiva de jovens com espectro autista.

As aulas da Escola Beatriz Nascimento geravam inquietações e, em uma delas, surgiu a pergunta geradora do projeto político de nação das mulheres negras: **de que maneira as práticas de economias populares e solidárias podem contribuir para a sustentabilidade das ações desenvolvidas pela e nas organizações sociais?**

A resposta a essa questão, requer, antes de tudo, o empenho de ampliar o campo de visão, mirar a realidade imposta e enxergar além dela. A sobre(vivência) em comunidade impõe o contato com realidades adversas ao mesmo tempo em que apresenta inúmeras possibilidades. Uma das memórias mais patentes vem a ser justamente a construção das comunidades periféricas. Em muitos casos, a população era despejada de uma região e os moradores tinham que migrar para outros espaços e reconstruir a vida. A construção coletiva de casas, os processos de urbanização das comunidades e o compartilhamento de recursos em prol da vida coletiva era algo natural.

Ainda hoje, o cuidado coletivo com crianças (levar/ buscar da creche e escola), a construção e reforma coletiva de casas (digitório), ações de poupança (caixa), as trocas de produtos e serviços, principalmente, entre as mulheres (troca de serviços de beleza por itens de perfumaria, roupas e acessórios) e o empenho da palavra, seja adquirindo algum item emprestado com o vizinho ou mesmo comprando fiado no comércio local. As situações expostas ajudam a ilustrar o diferencial das relações econômicas comunitárias que levam em conta as relações sociais estabelecidas, o ser humano, suas necessidades e potencialidades.

O sistema econômico capitalista focado em acumular riquezas contribui para a naturalização da dimensão econômica concentrada nos meios e nos fins que geram lucro. Isso ocorre ao desconsiderar as re-

lações significativas estabelecidas nas comunidades e o fato de que, para que ocorra a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços, as relações sociais precisam existir. Segundo Polany (2000), a economia estava enraizada no sistema social, sendo impossível separá-la mentalmente de outras atividades societárias.

Assim, a Economia Solidária é apresentada como alternativa ao Sistema Capitalista, trazendo consigo a prática, princípios e valores coletivos e mais igualitários para organizações, quanto à sua gestão, sua produção e comercialização. Uma economia coletiva, baseada na solidariedade, democracia, comércio justo e solidário, consumo consciente, cooperação, valorização do ser humano e coletivismo, como afirmado por França Filho e Laville (2004).

As Economias Popular e Solidária na prática

A economia é o estudo do conjunto de atividades que visam à produção e fruição de bens e serviços. De maneira prática, as economias populares e solidárias podem ser concebidas como um conjunto de alternativas econômicas, sociais, ambientais e políticas inovadoras. Elas têm por objetivo apresentar caminhos mais assertivos para os problemas diários enfrentados pelas pessoas em seus territórios e que são resultados de processos de exclusão. Apresentam ainda formas diferentes de produzir, vender e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir os recursos naturais e o meio ambiente. O exercício de uma economia popular e solidária proporciona oportunidades e ambientes de cooperação e fortalecimento de grupos, cada um pensando no bem do outro e no próprio bem. Sobre o conceito de economia solidária, o professor Paul Singer assevera:

O conceito se refere à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se re-

lacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da auto-gestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo. (SINGER, 2003, p. 116)

Sustentabilidade e Organizações Sociais

Pensar a sustentabilidade de organizações sociais nos convoca a olhar profundamente para o significado da palavra. Aqui, concebida, segundo GONÇALVES-DIAS, como: “A etimologia da palavra remete ao adjetivo sustentável, oriundo do latim *sustainable*, derivado do verbo sustentar”. E significa aquilo que pode ou deve se sustentar.

Além disso, qualifica a capacidade de se manter constante ou estável por longo período. O verbo sustentar, por sua vez, vem do latim *sustentare*, que significa fornecer ou garantir o necessário para sobrevivência; impedir a ruína ou a queda de; amparar; proteger; favorecer; auxiliar; conservar a mesma posição, sustentar-se, equilibrar-se. Sustentar também significa alimentar, nutrir e manter (FERREIRA, 1999. p. 656). O verbo sustentar é transitivo direto, o que leva à pergunta: sustentar o quê? Nesse caso, a resposta seria sustentar a Vida, simplesmente.

Por isso, a escolha em analisar as ações das economias populares e a partir das experiências, dos anseios e das possibilidades das organizações buscar construir conjuntamente os caminhos que proporcionem a sustentabilidades delas e dos seus membros. A seguir serão apresentadas algumas experiências que ajudam a ilustrar como as economias populares contribuem para o sustento da vida. O bazar das Loucas e a Associação Coleta Cidadã receberam apoio de suas redes e também da Política Pública de Economia Solidária, o Centro Público de Economia Solidária (Cesol/SETRE). O curso promovido pelo Instituto Comvida citado a seguir recebeu apoio da Secretaria de Cultura do Estado (Secult/Ponto de Cultura) e o processo da implementação do

espaço Coletivo de Comercialização realizado pelo Projeto Fantástico Mundo Autista em parceria com a Dibu-tu: Assessoria Técnica, tem sido realizado com recursos próprios e com apoio de parceiros.

Bazar das Loucas – Economia Solidária e Saúde Mental

O Bazar das Loucas foi o nome atribuído pelas usuárias dos Serviços de Saúde Mental de Salvador e membros fundadoras do grupo Papo de Mulher à atividade de comercialização, fruto de materiais excedentes, oriundos de doações. A atividade surge do desejo dessas mulheres de buscar sua autonomia financeira através da comercialização dos materiais doados por profissionais e instituições, a exemplo das voluntárias sociais da Bahia. Durante dois anos, o grupo contou com a assistência técnica do Centro Público de Economia Solidária (CESOL), um dos instrumentos da política pública de economia solidária da Bahia.

Nesse espaço, além de receber apoio na organização do negócio, tais como a precificação, exposição das peças, criação da logo, confecção de etiquetas, criação dos processos de trabalho e instrumentos de gestão, também implementaram o fundo rotativo solidário, no qual reservavam 50% dos recursos oriundos das vendas. Os recursos do fundo serviam para custear as demandas de transporte e alimentação das integrantes do grupo em suas representações sociais, políticas e de comercialização, e também no custeio das demandas específicas das suas integrantes, mediante decisão coletiva. Toda a gestão do negócio é realizada pelas integrantes do grupo, contando somente com a supervisão de apoiadoras.

As atividades acolhem inclusive as companheiras em sofrimento mental que recebem os devidos cuidados. As ações de comercialização, iniciadas com a contribuição da política pública de economia solidária em conjunto com as redes em que o grupo está vinculado, permanece até hoje. As atividades foram iniciadas

no bairro do Garcia, mas o bazar já foi realizado na Feira de São Joaquim, na Universidade Federal da Bahia, até antes da pandemia; e hoje, tem sido realizado no Casa-rão da Diversidade, situado à Rua do Tijolo, nº 08, Centro, Salvador. Além do bazar, são realizadas também rodas de conversas em que são discutidas as questões relativas às políticas de saúde e temas interseccionais.

Coleta Cidadã – Coleta Seletiva e Economia Solidária

A coleta de materiais recicláveis nas comunidades periféricas, seja ela realizada por agentes ambientais individuais ou pelos associados de cooperativas, contribui para a mudança do entendimento sobre o descarte de resíduos sólidos e sobre a importância desses na geração de emprego e renda. O grupo Coleta Cidadã é formado por moradores dos bairros do Nordeste de Amaralina e Santa Cruz. E, é resultado do projeto Transformando Catadores em Agentes Ambientais, realizado pelo Fórum Pró Cidadania. Com a finalização do projeto, surgiu o desejo de criar uma associação composta pelos membros egressos do curso.

O Centro Público de Economia Solidária (CE-SOL), um dos instrumentos da política pública de economia solidária da Bahia, foi convidado a integrar a rede de apoio ao grupo. Nesse caso, foram realizados encontros de conscientização sobre trabalho associado, economia solidária, associativismo e cooperativismo, além de aulas de português e matemática básica, a partir do uso de moedas sociais. Após o término dos processos formativos, os membros da Associação Coleta Cidadã passaram a integrar o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, recebendo às devidas orientações, que os possibilitaram atuar no projeto Eco Folia Solidária: “No Carnaval, respeite o catador”. Isso ocorreu em integração à equipe gestora do projeto no circuito Mestre Bimba, situado no Nordeste de Amaralina. Com a pandemia, o carnaval foi suspenso, mas os agentes ambientais continuam realizando suas ati-

vidades, coletando os materiais recicláveis nos prédios situados no entorno da comunidade e nos estabelecimentos comerciais.

Tá na Rede – Juventude e Economia Solidária

A comunidade do Mutirão, situada na Rua Novo Horizonte em Catu de Abrantes, nasceu da luta aguer-rida de seus moradores, os quais, após o alagamento de uma área que ocupavam, migraram para essa região. Os mais velhos da comunidade contam que num único dia construíram mais de cem casas. Apesar dessas relações ricas, é uma comunidade periférica que fica às margens da BA 099 e, mesmo sendo vizinha de empreendimen-tos de luxo, sofre com os processos de empobrecimento e as violências. Como forma de contribuir para o desen-volvimento de jovens de 16 e 24 anos, o Instituto Com-vida objetiva a formação e a inclusão de jovens no mer-cado de trabalho, através da oferta de cursos e parcerias com empresas. Um dos cursos ofertados no ano de 2017 foi o de Empreendedorismo, Gestão e Cultura. Realizado entre agosto 2017 e janeiro 2018, o curso conta-va com momentos de exposição de conteúdos teóricos, através do uso de textos, músicas e vídeos; diálogos que visavam a construção do plano de vida, elaboração de currículo, postura na entrevista de emprego e ética nas rotinas de trabalho, economias populares e solidária, e ainda trabalho associado.

Quanto ao empreendedorismo, foi realizado com o uso da cartografia e o mapa social, o mapeamen-to de empreendimentos e profissionais da localidade. Enquanto a mídia retratava a comunidade como um local violento e improdutivo, os jovens através de suas potencialidades ajudavam a reescrever a história da co-munidade. Foi realizado um grande mapa, retratando cada um desses empreendimentos e profissionais. Em seguida, foi elaborado um formulário com perguntas relativas ao negócio, período de funcionamento e con-tato. Depois, os jovens foram para a rua aplicar o for-mulário; após o tratamento dos dados, foi elaborado o

catálogo de negócios da comunidade: o Mutirão. Muitos dos jovens envolvidos nesse projeto integram o quadro de funcionários de empresas e estão empreendendo esforços diários para transformar suas realidades.

Loja Colaborativa – Comercialização e Economia Solidária

A aplicação do projeto político elaborado no curso vem sendo realizado, desde o início do mês de setembro 2021, na Associação Fantástico Mundo Autista – Projeto FAMA – criada, em 2014, que visa à inserção socioprodutiva de jovens com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Já foi realizado o processo avaliativo, através da aplicação diagnóstico participativo, que é um instrumento técnico o qual permite, mediante a coleta e análise de dados, articular as ações e os atores, mobilizar esforços e recursos e motivar os empreendimentos a superarem suas questões desafiadoras, buscando entender suas causas, além de possibilitar ampliar o olhar sobre suas potencialidades.

Desse processo diagnóstico, resulta uma base de dados que auxilia na construção e implementação do plano de ações sustentáveis, uma ferramenta de gestão estratégica que possibilita traçar as ações as quais, quando bem aplicadas, auxiliarão às organizações na conquista de objetivos a curto, médio e longo prazo. As ações previstas no plano de ação já estão sendo aplicadas e a loja colaborativa, ação principal do empreendimento, tem previsão de inauguração para novembro de 2021 e funcionará na parte térrea do prédio da associação no bairro do Tororó, em Salvador.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BOULLOSA, Rosana Freitas. Políticas públicas. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://fbes.org.br/noticias>, Acesso em: 28 set. 2021.

FERREIRA, Aurélio. B. H. *Novo Aurélio para o Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

GONÇALVES-DIAS, Silmara Lopes. F. Sustentabilidade. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 165-168.

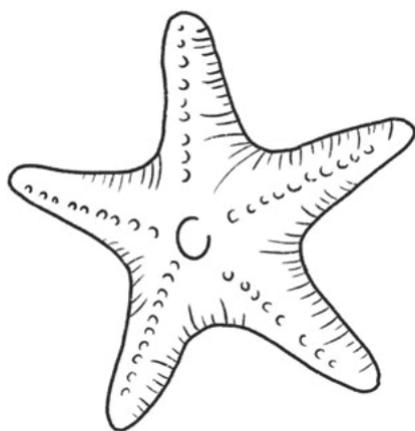
ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Angra Filmes Ltda.; Fundação do Cinema Brasileiro. Brasil, 1989.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.







PARTE III

Comunicação e Incidência Política de
Mulheres Negras



PRO MUNDO FICAR ODARA: Comunicação e incidência política a partir do Programa de Comunicação do Odara - Instituto da Mulher Negra

Alane Reis e Naiara Leite¹

Havia uma aldeia. Um dia chegou a essa aldeia uma amazona de torço estampado de esperança, montada num cavalo negro como nossa ancestralidade. E ela, como um antigo “griot”, contava e contava histórias. Histórias das mulheres guerreiras, histórias dos Núbios, de civilizações egípcias cor da noite que construíram a base da humanidade. Contava a história de Nani, no centro da América defendendo seu povo. O que ela queria, a todo tempo, era passar para o povo da aldeia o entendimento daquilo que eles viam a seu redor. O tempo todo ela contava a perspicácia dos caminhos que outras tribos percorreram. Ela transmitia CONHECIMENTO².

Néia Daniel



1 Alane Reis e Naiara Leite são jornalistas. Ambas possuem mestrado em comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), são militantes da Revista Afirmativa e do Odara - Instituto da Mulher Negra.

2 Trecho do texto de Néia Daniel, utilizado por Luiza Bairos, no artigo *Lembrando Lélia Gonzalez*, 1998.

Inspiradas na capacidade criativa afrodiaspórica de IMAGINAR, convidamos você a sentar nesta roda, em formato de texto, dedicada a todas as mulheres negras que, mesmo muitos passos atrás da branquitude, no que diz respeito ao acesso aos meios e às tecnologias da comunicação e da informação, vêm forçando formas de se apropriar de ferramentas capazes de produzir e reverberar narrativas por emancipação e disputa de poder.

As reflexões trazidas aqui são fruto de leituras e diálogos travados em torno dos movimentos de mulheres negras que constroem a agenda política pelo direito à comunicação, à informação, às tecnologias e à memória; nascem do trabalho cotidiano do Programa de Comunicação do Odara - Instituto da Mulher Negra, ao longo dos últimos 11 anos; brotam das ideias elaboradas por mulheres e homens negros no Brasil, que há pelo menos dois séculos de história vêm usando a imprensa negra, e mais recentemente a comunicação negra e feminista, como um campo poderoso de defesa da humanidade e dos direitos da gente negra escravizada, empobrecida, explorada e coisificada na diáspora africana.

Você reparou que a nossa conversa começou com um trecho de citação de Néia **Daniel**, mencionada por Luiza **Bairros**, em referência a Lélia **Gonzalez**, como a grande Amazonas cuja voz e palavras foram responsáveis por contar histórias de amor, luta e liberdade para a população negra? Escolhemos essa trança entre as ativistas e pensadoras Néia, Luiza e Lélia (que chamamos pelos primeiros nomes exclusivamente pelo sentimento de intimidade que temos com suas palavras) para iniciarmos esta *prosa* sobre comunicação e incidência política, falando da importância de nossas histórias, a partir das características e dos efeitos de um conceito-fenômeno chamado: Narrativa.

Ao lançar mão da poética de Néia, para abrir o artigo sobre Lélia, Luiza apontou uma luz para os caminhos de reflexão sobre a força inquebrantável que Narrar tem para nós, povos negros, que, durante o

processo de colonização, escravização e constituição das sociedades modernas e contemporâneas, fomos alijados do direito de enunciar. E é refletindo sobre a força e o poder das narrativas das mulheres negras que iniciamos esta conversa, dedicada a todas as mulheres negras que ao longo da história do Brasil vêm desafiando a hegemonia branca patriarcal a partir do exercício de comunicar.

As narrativas estão presentes em quase todas as formas de comunicação, e são matéria prima do todo conhecimento sistematizado e perpetuado em qualquer sociedade. Narrar, para nós, seres humanos, é característica inerente do existir em contato com outros. Narrar nos ajuda a gerar sentido sobre a vida e o mundo, nos ajuda a refletir e a entender. Narrar é característica inerente da própria fala e de todas as outras formas de linguagem. A possibilidade de narrar não é exclusiva para as pessoas falantes, ouvintes, ou letradas. São inúmeras as possibilidades de constituir narrativas.

Quando escrevemos, falamos, desenhamos, usamos gestos, sinais ou qualquer outra linguagem para narrar sobre um fato do presente ou do passado, recriamos aquele fato a partir do nosso olhar e das referências, subjetividades individuais e coletivas, por onde experimentamos o fato narrado.

Esse pensamento, quando alicerçados nas reflexões sobre a comunicação elaboradas pelos movimentos de mulheres negras, aponta para a importância das nossas construções narrativas, visto que o compromisso por recontar os processos de violência e resistência da população negra no Brasil atravessa a própria história dos movimentos negros brasileiros. Além disso, a narrativa como o elemento fundamental da produção de sentidos, dá o tom de como o fato vai ser posto em comum e pode provocar sentimentos, curiosidades, identificação ou repulsa, por exemplo, às denúncias de situações ou práticas racistas e sexistas.

O Instituto Odara, como uma organização negra feminista, centrada no legado africano, aposta na força

da palavra e da narrativa como estratégia para conquistar mentes e corações para a perspectiva revolucionária. Comunicar por uma sociedade antirracista, antisexistista e de Bem Viver, é a própria missão dessa organização, a qual defende que comunicação está em tudo, e, diante das desvantagens que possuímos em relação à disputa de poder na sociedade, a possibilidade de comunicar e de ecoar nossas narrativas é o nosso maior poder na luta por direitos e pela defesa da nossa humanidade.

É partindo dessa concepção que pensamos a incidência política do Odara, e, ao idealizarmos a Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras - Beatriz Nascimento, compreendemos que Comunicação e Incidência Política precisaria ser um componente curricular fundamental na formação das ativistas negras. E, assim, ocorreu nas Turmas 1 e 2 da Escola Beatriz Nascimento (EBN), ao longo dos anos de 2020 e 2021. As reflexões aqui expostas também foram lapidadas a partir dos encontros e trocas com as duas turmas de mulheres negras da EBN. Nesses encontros, refletimos sobre: “O que é comunicação para incidência política das mulheres negras?”; “Como se faz esse tipo de comunicação?”; “Quais condições temos de fazê-la?”; “Como tocar mais e mais mulheres negras, e a sociedade em geral, com essas reflexões?”.

Você que chegou até aqui, talvez esperasse um texto mais direcionado à construção de respostas para essas perguntas a partir das práticas e dos conceitos que costumamos encontrar nos termos “Comunicação e advocacy”. Não deixa de ser, mas começou antes e vai mais além. Como mulheres negras ativistas a partir da tradição cultural dos movimentos negros brasileiros, temos um compromisso fundamental com o Tempo e a Memória, que nos obriga, para este debate, voltar um pouco na história para imaginarmos o Futuro que queremos, tendo a comunicação social como terreno de disputa política.

Histórico da Comunicação feita pelos movimentos negros e pelas mulheres negras no Brasil

*“(...) agora o lixo vai falar, e numa boa”
Lélia Gonzalez (1984)*

Romper o silêncio para denunciar a escravidão, o racismo, e afirmar o projeto de liberdade e humanidade para a população negra sempre foi uma prática dos movimentos negros organizados no Brasil. Sem abertura de diálogo e espaço para a agenda antirracista nos meios hegemônicos, e com a necessidade de tornar visíveis nossas narrativas, projetos e posições políticas, nós, populações negras, concebemos, ao longo da história, nossos próprios meios de comunicação.

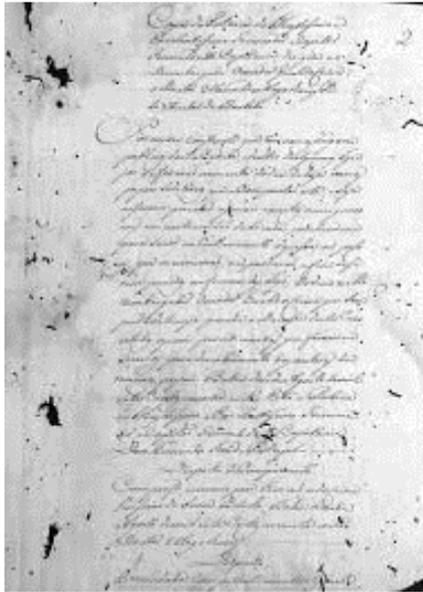
Em agosto de 1798, quando no Brasil, então Colônia de Portugal, ainda imperava o regime escravocrata, um levante negro que ficou conhecido como Conjuração Baiana, ou Revolta dos Búzios³, eclodiu em Salvador a partir de 11 boletins manuscritos colados nas paredes das principais ruas da cidade. Os manuscritos de búzios anunciavam a independência da Bahia de Portugal e a fundação da República Bahiense, o fim da escravidão e a igualdade entre os homens⁴. Os revoltosos, todos pretos e mestiços, em sua maioria escravizados, mas também livres e libertos, jamais chegaram ao confronto físico, e o fato se consumou, na verdade, como um imenso tecido de comportamentos comunicativos que foi capaz de movimentar a sociedade de uma das mais antigas cidades da América Colonial.



3 Também conhecido como Revolta dos Alfaiates e Revolta das Argolinhas. O movimento teve esses nomes pelo lugar de origem, pela profissão de alguns de seus líderes e de parte expressiva da população que aderiu à causa, e pela forma de identificação usada pelos insurgentes nas ruas: uma argolinha ou um búzio preso em pulseiras.

4 Nesse período da história, e até muitos anos depois, as narrativas jurídicas e oficiais se restringiam ao uso do termo “homem” para falar de humanidade. Mulher, enquanto sujeita política, ainda não existia.

Figura 1: Manuscrito de Búzios



Fonte: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, 2022.

A narrativa dos boletins manuscritos rapidamente se espalhou pela cidade, mobilizando o sonho de liberdade dos negros escravizados, maioria populacional absoluta em Salvador. Um destaque interessante é que nesse momento da história, uma pequena parcela desses nossos antepassados tinha domínio da leitura e da escrita, mas o *boca a boca* foi a tecnologia social que garantiu que as notícias de liberdade se espalhassem também para toda população escravizada não letrada.

A mídia negra daquele momento, os boletins manuscritos, também mobilizou a elite e as autoridades pelo temor de um levante que unisse os negros escravizados, livres e libertos. Os brancos temiam que a cidade se tornasse outra São Domingos (PINTO, 2006), no Haiti – que, entre 1791 e 1804, vivenciou uma san-

grenta disputa, culminando no fim da escravidão e na independência da colônia francesa.

Décadas depois, em 1833, na cidade do Rio de Janeiro, surgiu o Jornal O Homem de Cor, considerado o primeiro veículo da imprensa negra brasileira, organizado por homens negros livres. O veículo se concentrava em tratar de assuntos relacionados aos direitos das pessoas “de cor” livres ou libertas no Brasil, país cujo regime de escravidão imperou até 1888. O pasquim foi estudado por Ana Flávia Magalhães Pinto (2010) no conjunto dos sete jornais da imprensa negra no Brasil, no século XIX, encontrados e analisados pela autora. Segundo Pinto (2010):

Ao longo do século XIX, indivíduos e grupos negros letrados criaram espaços na imprensa para tratar dos assuntos que consideravam importantes expor suas idéias sobre os rumos do país. Experiências cotidianas e variadas de enfrentamento do racismo, a criação de redes de sociabilidade e o uso de instrumentos legais para promover a cidadania foram registradas nas páginas de jornais assinados por “homens de cor” e dirigidos a eles. (PINTO, 2010, online)

Antes do estudo pioneiro de Ana Flávia, apenas os jornais da imprensa negra do século XX eram considerados pela historiografia oficial, principalmente os que existiram na primeira metade do século, na cidade de São Paulo, objetos de análises preferenciais dos estudiosos sobre o pós-abolição no Brasil.

Antônio Liberac Simões Pires (2006) aponta que os jornais negros paulistas eram mantidos quase que exclusivamente pelas Associações dos Homens de Cor, entidades de movimento negro pioneiras pós quilombos, irmandades e terreiros. Essas associações, que também existiram como Sociedades, Clubes e Grêmios, lapidaram os caminhos das pedras nas primeiras décadas depois do 13 de maio de 1888, e eram presentes em quase todos os estados do Brasil, destacando-se São Paulo, mas presente também no Rio de Janeiro,

Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Pires (2006) nos conta que invariavelmente as associações paulistas investiram esforços coletivos e individuais de negros letrados e profissionais liberais – em maioria, para criarem jornais de imprensa negra. O autor menciona 35 jornais atuantes naquele estado entre 1915 e 1963.

Figura 2: Jornal a Voz da Raça



Fonte: Hemeroteca Virtual Brasileira, 2022.

Além de ocupar o papel de denunciar as desigualdades, os jornais negros tinham também como objetivo promover o debate, a crítica e a formação política entre ativistas e a comunidade negra. Pires (2006) aponta que os jornais da imprensa negra surgem significando um aumento no nível de politização dos movimentos sociais negros. Um fazer jornalístico centrado no questionamento da ausência de direitos e na cobrança da justiça.

Percebemos que a prática jornalística da população negra, ainda nos temos escravocratas e coloniais, e ao longo dos anos seguintes, teve como foco principal enunciar sobre os direitos da população negra, e qual sociedade e nação brasileira aqueles grupos negros organizados desejavam viver. Diversos títulos dos séculos XIX e XX construíram suas narrativas em diálogo com os pensamentos iluministas, republicanos, pan-africanistas, comunistas, entre outras correntes teórica-políticas em voga nos mo-

mentos de suas atuações. Essa prática comunicativa são os primórdios da incidência política negra, através da comunicação no Brasil.

Durante o fim da primeira metade do século XX, mais precisamente em 1948, destacamos a importância do Jornal Quilombo. Surgido no contexto de atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, O Quilombo tinha como editor, o primeiro negro senador da república no Brasil, Abdias Nascimento. O jornal circulou por dois anos, ficou conhecido como um dos mais importantes jornais da luta negra da época e destacou-se pela expressiva participação das mulheres na sua manutenção. É, nessa época, aliás, que começa a aparecer o lugar social das mulheres negras como produtoras de informação na imprensa negra, outrora invisibilizada entre os “Homens de Cor”.

Figura 3: Instalação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, matéria publicada na edição 9 do jornal Quilombo, maio de 1950.



Fonte: Ipeafro (www.ipeafro.org.br)

Após as décadas de 1940 e 1950 e depois de conhecermos as marcas deixadas pela construção política dos e das ativistas do TEN, vamos ver que os jornais negros da década de 1980 também tiveram uma grande importância na visibilização do surgimento dos movimentos negros e da sua ação política, das líderes femininas negras e das produções dessas mulheres em periódicos e espaços da mídia negra.

A pesquisadora Joselina Silva (2017) reforça que a década de 1980 foi um período significativo para visibilização do pensamento das mulheres negras em periódicos negros de ampla circulação no país. A autora também revela que os jornais publicados pelo movimento negro, na época, deixavam manifestos os inúmeros atos liderados pelas mulheres negras em diferentes pontos do Brasil.

Uma das principais características do feminismo negro, dos anos oitenta, é ter em seu rol de demandas e reivindicações, temas que ultrapassam o âmbito de questões diretamente relativas às mulheres negras. No caso brasileiro, o seu pensamento organizado buscava cobrir preocupações que inserissem toda a comunidade negra. Como dissemos, era o momento da realização de vários encontros do movimento negro e de mulheres negras e os jornais estavam atentos anunciando ou divulgando os resultados dos diversos conclave. O que os transforma em extraordinárias fontes de análises quando se deseja surpreender aquele processo de surgimento de um novo momento do feminismo negro. (SILVA, 2017, p. 6)

Joselina chama atenção para a produção das mulheres negras nos periódicos negros da década de 1980, nos quais frequentemente eram relatados vivências e discriminações de raça e gênero, como é o exemplo do artigo “A sexualidade da mulher negra”, publicado em 1986, pela integrante do Centro de Referência do Negro no Pará (CEDENPA), Raimunda **Nilma Bentes** – que concebeu, em 2015, a idéia da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver. **Nilma**, ao escrever para o Jornal do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, chamou atenção à época para o problema da objetificação dos corpos das mulheres negras:

A autora se contrapõe às ideias proferidas pelo professor e nos traz referências dos fatos histó-

ricos que costumeiramente não eram debatidos. Bentes (1986) rebate tal argumento que em sua visão baseia-se na perpetuação do imaginário onde a mulher é representada através de letras de músicas, como objeto sexual. A tese do Prof. Pinsky creio ser discutível, não há dúvidas de que as escravas foram moral e sexualmente violentadas. Mesmo que se leve em conta que na África as relações eram poligâmicas (ao que tudo indica), é difícil se acreditar que as escravas teriam com os senhores o mesmo “desempenho”, a mesma “naturalidade” com que se relacionava com seus companheiros na África. Durante as discussões argumentei que seria temeroso buscar a origem do mito nas negras que se “insinuavam”, já que seria a “minoría selecionada” ... Creio que todas as vezes em que as teorias apontarem na direção em que nos coloca como principais agentes de nossas próprias “desgraças”, deveremos ir mais fundo nos questionamentos. (BENTES, 1986 apud SILVA, 2017, p. 9)

Na década de 1990, por sua vez, as narrativas de mulheres negras tiveram ampla projeção nas produções dos jornais do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Cadernos do Geledés, a exemplo da entrevista com Lélia **Gonzalez**, publicada em 1991, no Jornal do MNU, organização que a ativista integrava desde a fundação. Na entrevista, que preenche as páginas 8 e 9 do periódico, Lélia **Gonzalez** fala sobre a conjuntura política brasileira e sobre os desafios da construção política das mulheres negras junto ao movimento feminista branco da época:

No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas, etc. (GONZALEZ, 1991, p. 9)

Nesse sentido, podemos perceber que, ao

mesmo tempo em que os periódicos trabalhavam para divulgação da ação política das organizações negras e dos seus\suas expoentes, eles serviam como espaço para apresentar e problematizar os desafios das construções políticas presentes nos cenários da época, como foi o caso da ausência de reconhecimento da luta das mulheres negras e de enfrentamento ao racismo para o movimento feminista branco do período.

Os estudos de Ana Angélica **Sebastião** (2007) nos mostra que entre 1991 e 1995, o Geledés - Instituto da Mulher Negra produziu o Caderno Geledés, uma revista dedicada a aprofundar temas diversos sob a perspectiva das mulheres negras. A organização se tornou uma importante referência da mídia produzida por mulheres negras no Brasil, produzindo outras publicações ao longo de sua história e mantendo um site de grande circulação, o qual ainda funciona, nos dias atuais, como uma plataforma de publicação do pensamento crítico negro no Brasil.

Em 1991, por exemplo, lançava a série Caderno Geledés, uma revista especializada dedicada a aprofundar temas específicos tais como saúde, religiosidade, entre outros, vinculados à questão da mulher negra. O último Caderno foi publicado em 1995. A instituição também lançou, em 1992, a revista Pode Crê!, uma publicação bimestral foi criada após a realização de um seminário que reuniu cerca de 10 bandas de rap em 1992 e foi parte integrante do projeto Rappers. A revista, que teve cinco edições (incluindo a número zero), foi um ousado projeto editorial, vendido em banca e cuja meta era atender as demandas do público jovem do hip hop. (SEBASTIÃO, 2007, p. 63-64)

Outra experiência importante de mídia protagonizada por mulheres negras foi o Eparrei. Organizado pela Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, o periódico circulou entre os anos de 1993 e 2001, inicialmente, em formato de jornal e depois de revista. O Eparrei – o Jornal da Mulher Negra era

distribuído gratuitamente, com notícias e reportagens sobre a temática da mulher negra e da população afro-descendente.

Figura 4 - Capa do Caderno II do Geledés, 1991

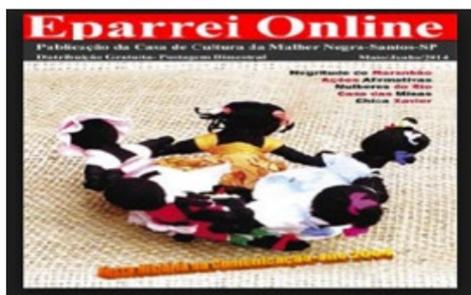


Fonte: Portal Geledés, 2022.

Em 2001, a Eparrei!, já em formato de revista, foi transformada em boletim on-line para divulgação dos processos de mobilização para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, conhecida como Conferência de Durban, pelo local de realização, na África do Sul.

O nome Eparrei faz menção ao grito de saudação a Yansã, Orixá feminina (Yabá), senhora da guerra, do raio e do vento. Mais detalhes da imprensa negra feminista paulista das décadas de 1990 e 2000 podem ser conferidos na dissertação “Memória, Imaginário e Poder: Práticas Comunicativas e de Ressignificação das Organizações de Mulheres Negras”, de Ana Angélica Sebastião (2007).

Figura 5: Capa da Revista Eparrei!, maio e junho de 2014

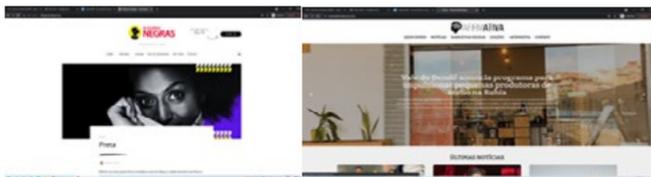


Fonte: issuu (www.issuu.com/ccmnegra)

Entre 2005 e 2007, por sua vez, o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, em Salvador (Ba), publicava seu boletim impresso “Na Trilha das Ancestrais”. O boletim, além de produzir matérias sobre a ação política do grupo, também denunciava a ausência de compromisso do poder público local com as periferias da capital baiana. Em 2018, o grupo retomou o lançamento de outros boletins.

Nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, surgem as Blogueiras Negras (espalhadas pelo Brasil) e a Revista Afirmativa (sediada na Bahia). Ambos os veículos seguem ativos, disponíveis on-line, e são protagonizados por mulheres negras atuantes nos movimentos de mulheres negras. O primeiro concentra-se na produção de narrativas de escrituras (EVARISTO, 2006, 2007) de mulheres negras, e o segundo mescla a produção de narrativas de escrituras e produção jornalística, tendo a população negra como foco central. Ambos os veículos também configuram-se como organizações sociais negras atuantes na agenda política pelo direito à comunicação, à informação, à tecnologia e à memória.

Figuras 6 e 7: Site Blogueiras Negras e Revista Afirmitiva



Fonte: Site Blogueiras Negras e Revista Afirmitiva.

É a partir das trajetórias destacadas aqui e de tantas outras que as mídias negras foram sendo consolidadas e fortalecidas no Brasil. Com esse legado que as mídias dos movimentos de mulheres negras vêm produzindo, ressignificando e disputando narrativas pela garantia de direitos para a população negra e a sociedade brasileira como todo. Alicerçadas nessa tradição que compreendemos e produzimos incidência política através da comunicação autorreferenciada nas mulheres negras politicamente organizadas.

A incidência política do Programa de Comunicação do Odara - Instituto da Mulher Negra

No Odara, o Programa de Comunicação é responsável por nossa Comunicação Estratégica, Gestão de Redes e Assessoria de Comunicação Institucional, mas não só. O programa incide no enfrentamento dos discursos, narrativas e imaginários autorreferenciados, visibilizando sujeitas(es) que rompem com padrões hegemônicos em prol de uma agenda política pelo direito à comunicação na perspectiva negra feminista decolonial.

Entendemos a Comunicação como um direito humano fundamental e apostamos a comunicação como estratégia e meio de transformação do olhar, pensar, sentir e mobilizar sujeitos e instituições pela garantia dos direitos humanos de maneira transversalmente antirracista e antissexista.

Ao longo dos anos, nossa comunicação foi se construindo como o coração da militância que trabalhamos. Dessa forma, além de produzir as ações de assessoria institucional, nosso Programa de Comunicação tem como principais objetivos:

1. Elaborar sobre a construção de uma sociedade de Bem Viver⁵;
2. Promover a participação política das mulheres negras como uma via de defesa da democracia a partir da redistribuição (e tomada) de poder;
3. Denunciar todas as nuances e apresentações do racismo, sexismo e violações de direitos humanos contra a população negra e outros grupos oprimidos;
4. Sensibilizar e mobilizar a sociedade para a indignação e solidariedade aos efeitos mais cruéis do racismo patriarcal, no campo da elaboração de narrativas sobre as agendas políticas que dialogam com nossos Programas e Projetos, a destacar: o genocídio da população negra; a violência doméstica e o feminicídio; a violência contra defensoras de direitos humanos negras e parlamentares; a violência cisheteronormativa; e a negação de nossa humanidade subjetividade em geral.

Esses objetivos são perseguidos em um fazer comunicacional ligado a uma tradição cultural que entende a palavra, dita, escrita, cantada, como elo potente entre nós e nossos pares, entre nós e a ancestralidade que nos guia, entre o tempo presente e passado, por um futuro possível. Nas tradições de matriz



5 Como versado na carta da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso em: 10 out 2021.



africana, “palavra tem poder” de gerar, de atrair, de conclamar. Entendemos a palavra como arma potente nos ouvidos de quem sequer consegue nos entender. Consideramos aqui a palavra como base da narrativa; e a narrativa, como dito, é a matéria prima do conhecimento e da comunicação.

Orientadas por essa perspectiva do poder das palavras e das narrativas, cada ação, peça e conteúdo de Comunicação do Odara são cuidadosamente construídos com zelo aos sentidos que podem gerar, a partir de algumas provocações básicas: Quais narrativas e discursos estão em voga em torno do fato que queremos comunicar? Para quais públicos nós queremos comunicar? Quais discursos e abordagens a nossa narrativa precisa conter para visibilizar o nosso ponto de vista sobre aquele fato? Quais palavras e signos sobre o fato que queremos comunicar acionam referências anteriores dos nossos diferentes públicos, e como podemos usá-las para conquistá-los para o nosso ponto de vista?

Partimos dessas perguntas para o desenvolvimento das nossas ações de comunicação de incidência política, tendo a noção primordial que tudo que construímos, enquanto tática de luta política, disputa com as grandes estruturas de comunicação hegemônica, as quais historicamente construíram imaginários sociais negativos sobre as mulheres negras. Uma boa referência de como esses imaginários atuam está no conceito de Imagens de Controle (controlling images) de Patricia Hill **Collins** (2010).

Collins (2010) usa o termo Imagens de Controle para se referir aos estereótipos e às representações negativas e subalternizadas das mulheres negras na mídia hegemônica. Para a autora, as imagens de controle são designadas para mascarar o racismo, o sexismo, a pobreza e outras injustiças sociais, fazendo-os parecer natural, normal e parte inevitável do cotidiano. **Collins** (2016) também sugere que as imagens de controle devem ser contrapostas pelas mulheres negras a partir do agenciamento das imagens que desejamos produzir sobre nós.

Entendemos, então, que a nossa comunicação, a qual defende os direitos e a humanidade da gente negra, bem como a tomada de poder das mulheres negras para conduzir a sociedade rumo ao Bem Viver, está em constante disputa de narrativas e imaginários com os gigantes da comunicação hegemônica branca e patriarcal.

Talvez você esteja pensando: “Mas essa disputa é desleal e impossível de ser vencida”. E nós te diremos que é desleal e desproporcional, como sempre foi, mas sendo a comunicação um elemento primordial da cultura, e sendo a cultura um campo de possibilidades e transformações, nada está perdido. Não cabe aqui o pessimismo, justamente porque é no campo das disputas de narrativas que os movimentos negros no Brasil alcançaram as principais vitórias.

É vitória, por exemplo, a desarticulação do discurso da falsa Democracia Racial Brasileira, para o estabelecimento de um cenário em que a mídia hegemônica, em geral, assume a existência do racismo enquanto estrutural e cultural no Brasil. É vitória, também, que cada vez mais pessoas negras conheçam e se comprometam na reverberação das nossas memórias de luta, aqui expostas a partir do breve histórico da imprensa negra e negra feminista no país.

Como a hegemonia está atenta às mudanças da cultura para se perpetuar, vemos cada vez mais pessoas negras nos veículos hegemônicos, o que muitas vezes pode ser encarado como vitória, e de fato é. Porém, é sempre necessário cautela e cuidado ao analisarmos essas presenças negras nas mídias hegemônicas justamente porque essas instituições estão se renovando a partir da incorporação minoritária, e, sobretudo, controlada, de pessoas negras em seu quadro de representações, justamente como estratégia de proteção às denúncias cada vez mais fortes do racismo na mídia e na sociedade em geral.

Seguindo a nossa *prosa*, daqui em diante, gostaríamos de compartilhar alguns exemplos da produção de comunicação de incidência política, construída a partir dos quatro objetivos do nosso programa de comunicação.

que seja possível falar por nós mesmas, do nosso jeito, com nossas palavras, com a radicalidade que travamos nossa luta. É possível conhecer melhor a história do Julho das Pretas no site do Odara⁶.

Em 2021, oito anos depois da criação Julho das Pretas como campanha de incidência política, quando chegamos na 9ª edição, foi interessante perceber como diversos setores da sociedade, tais como empresas privadas, governantes, setores da mídia hegemônica, artistas e personalidades que não necessariamente possuem engajamento com o combate ao racismo ao longo do ano, fazem ações no Julho das Pretas. Avaliamos o uso do nome e da marca do Julho, por estes seguimentos, como estratégia de apropriação e esvaziamento de nossas agendas, ao tempo que tentam se estabelecer, de maneira superficial, como antirracista, visto que cada dia mais o capitalismo e seus sujeitos hegemônicos acionam o discurso da “diversidade” como estratégia de marketing.

Vale relembrar que, em 2015, o Instituto Odara e o Movimento de Mulheres Negras da Bahia lançou carta pública intitulada “*PELA AUTONOMIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS – O JULHO DAS PRETAS É NOSSO*”⁷, quando denunciou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI), que se apropriou indevidamente da marca e história de construção do “**Julho das Pretas**” na Bahia. Além de questionar o uso indevido da marca do Julho das Pretas, a carta também questionou o papel da Secretaria e a desatenção às demandas das Mulheres Negras no estado da Bahia, que clamam por criação de políticas públicas em resposta urgente ao crescimento da violência doméstica e feminicídio no estado, à violência contra a juventude,



6 Site Odara: <https://institutoodara.org.br/>

7 A carta pela Autonomia do Movimento de Mulheres Negras - O Julho das Pretas é Nosso! pode ser lida através do link: <https://institutoodara.org.br/pela-autonomia-do-movimento-de-mulheres-negras-o-julho-das-pretas-e-nosso-3/?fbclid=IwAR3CobRcJy42VjrxUc414aU-tYHs-1CyibpZfNAhk1886m10QrMd8qtTgrg%20Acesso%20em%2023%20out.%202019.>

falta de moradia, trabalho, educação, entre outras.

O documento é importante para reafirmar a autonomia política das mulheres negras, mas também é apropriado para que os gestores públicos e a sociedade em geral reflitam sobre a urgência da incorporação verdadeira de políticas públicas para o enfrentamento do racismo e das diferentes opressões que atravessam a vida da população negra e das mulheres negras.

Entendemos que não é possível que os organismos de Estado se comportem como movimentos sociais e sigam um fluxo marqueteiro se apropriando de nossas campanhas. Em 2015 dissemos à SEPROMI e ao governo do estado da Bahia: Secretarias de Estados criadas para combater o racismo e defender as vidas negras precisam agir através das ações políticas que cabem ao Estado e Governo. Estamos atentas às mãos de apropriação e esvaziamento de nossas pautas por supostos “aliados”.

Ativando a memória e as narrativas autorreferenciadas

Depois de apresentarmos o Julho das Pretas como importante ação de incidência política do Instituto Odara, e do movimento de mulheres negras no Brasil, que usa a comunicação como tática fundamental de luta política, partimos agora para apresentação de outros três exemplos de conteúdos que dizem como nós, do Programa de Comunicação do Odara, produzimos comunicação com o intuito de mobilizar aliados e disputar narrativas e imaginários contra o racismo e o sexismo.

A narrativa ficcional de suposto diálogo póstumo entre Abdias Nascimento e Carolina Maria de Jesus pode ser lida na íntegra no site do Instituto Odara e foi publicada originalmente em 21 de março de 2021, data que marca o nascimento dos dois ativistas e intelectuais já falecidos. Os quadrinhos fazem menção aos pensamentos políticos dos autores em suposta análise de

Figura 9: Abdias e Carolina, parceiros velhos a nos observar



Fonte: Instituto Odara.

conjuntura que ambos fazem sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. Usando do humor e da sátira, fizemos críticas ao recrudescimento do racismo em tempos de pandemia da covid-19 e chamamos atenção para importância da memória de luta negra no Brasil, a partir do conhecimento e reverberação da vida e obra dos dois “personagens”.

Figura 10: Narrativa autorreferencial sobre a “Consciência Negra”



Fonte: Instituto Odara.

Já falamos aqui sobre as estratégias de apropriação da representação de mulheres negras pelos poderes hegemônicos a fim de se perpetuarem e lucrarem com as chamadas “diversidade” e “representatividade”. Desta forma, grupos que não possuem qualquer responsabilidade real com o antirracismo se apropriam de signos, imagens e datas caras da luta política das mulheres negras e constroem narrativas e discursos que esvaziam seus sentidos originais, ou de autoreferência. O Dia da Consciência Negra (20 de novembro) é uma das agendas que mais sofrem com este fenômeno.

É muito comum, nos 20 de novembro, vermos peças publicitárias de empresas de todos os portes, de artistas, políticos e personalidades brancas em geral que trazem representações de harmonia racial entre pessoas brancas e negras representadas por mãos dadas e faces pintadas. Com esta peça, publicada em novembro de 2019, acionamos diretamente imagens agendadas nas mídias para questionar, de maneira satírica, sobre o que representa para nós a Dia da Consciência Negra. Informamos ao grande público que, para nós, não há luta antirracista sem acesso a poder e sem políticas reais de redução de desigualdades.

Figura 11: Narrativa autorreferenciada sobre a Visibilidade Lésbica



Fonte: Instituto Odara.

Nesse card sobre a visibilidade lésbica, trouxemos a imagem de amor entre duas mulheres negras retintas e gordas. A fotografia da sulafricana Zaneli Muholi estampa a peça e passa a singeleza de um carinho e companheirismo entre duas mulheres. Embora estejam nuas, não há apelo sexual na imagem, o que contraria toda lógica dos algoritmos quando digitamos nos buscadores da internet “Lésbicas Negras”. No texto do card, usamos uma poesia da poeta soteropolitana Tainá Almeida que menciona o termo “sapatão”, que ao mesmo tempo que é usado como forma de estigmatizar mulheres lésbicas, é também apropriado e utilizado como elemento de fortalecimento da identidade lésbica.

Conclusão

Os poderes da branquitude patriarcal, historicamente, construíram narrativas e imagens negativas sobre a população negra como um todo, e sobre as mulheres negras em especial. Historicamente os movimentos negros organizados se apropriaram dos meios de comunicação para disputar o imaginário social construído sobre nós.

Os discursos e as imagens baseados em referenciais e representações positivas sobre as mulheres negras produzidas no âmbito da luta racial vêm disputando a forma como a sociedade nos vê e esse tem sido um compromisso do Instituto Odara na construção de nossa comunicação.

É importante destacar, que as produções de comunicação do Instituto Odara e de outras organizações ressignificam as experiências, a história e a memória sobre as mulheres negras. Retomam a alteridade para que as vozes das mulheres negras sejam ampliadas e escutadas com base em nossa experiência histórica de enfrentamento ao racismo patriarcal. Nossas práticas comunicativas possibilitam, portanto, o enfrentamento dos imaginários racistas e fortalecem os imaginários constituídos a partir da concepção da

luta das mulheres negras.

Acreditamos no poder curativo das nossas narrativas, para fazer emergir nossas memórias de resistência e glória; para sensibilizar e mobilizar a nós mesmas e os sujeitos outros; e projetar o mundo que queremos viver.



REFERÊNCIAS

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York/London: Routledge, 2010.

COLLINS, P. H. "Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought". **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, N^o. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, L. Entrevista: Lélia Gonzalez. **Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado.** n. 19, p. 08-09, mai. jun. jul 1991.

GONZALEZ, L. Por um feminismo Afrolatinoamericano. In: Isis Internacional & Mudar. *Mujeres Por Um Dessorollo Alternativo. Mujeres. Crisis y movimiento.* America Latina y El Caribe, Isis Internacional, Santiago de Chile, 1988b.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.* **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

PINTO, A. F. **De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do Século XIX (1833-1899).** 2006, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PINTO, A. F. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Imprensa-Brasil-S%C3%A9culo-Consci%C3%Aancia-Debate-ebook/dp/B00BBFSDB6>. Acesso em: 11 set. 2021.

PIRES, A. L. C. S. *As associações de homens de cor e a imprensa negra paulista.* Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006.

SEBASTIÃO, A. A. *Feminismo negro e suas práticas no cam-*

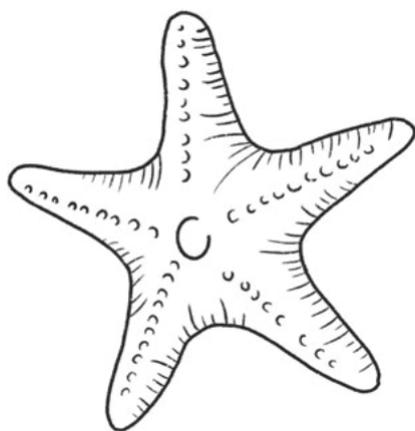


po da cultura. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 64-77, mar/jun, 2010. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/308/286>. Acesso em: 17 set 2021.

SEBASTIÃO, A. A. **Memória, imaginário e Poder: práticas comunicativas e de ressignificação das organizações de mulheres negras**, 2007, 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504674/bytestreams/content/content?filename=Ana_Angelica_Sebastiao_2007.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

SILVA, J. da. O pensamento das mulheres negras expresso nos jornais do movimento negro dos anos oitenta. In: **Anais [...]**, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf. Acesso em: 19 set 2021.





Ativismo feminista negro em tempos de imersão tecnológica digital e capitalismo de vigilância

Zelinda Barros¹

Nossa luta por direitos transcorre, atualmente, num contexto perpassado por tecnologias digitais: smartphones, computadores, caixas eletrônicos, sites, redes sociais, etc. Tal imersão tecnológica produz novas formas de se comunicar, de formular e de encaminhar demandas políticas. Passados onze anos do primeiro artigo que escrevi sobre ativismo negro na internet (BARROS, 2009), novos desafios para a nossa ação política foram somados aos identificados naquele momento, muitos deles diretamente ligados ao conjunto de transformações sofridas pelo capitalismo.

De acordo com Shoshana Zuboff (2018, p. 17), o capitalismo, em seu estágio atual, é caracterizado como um “capitalismo de vigilância”, uma nova forma do capitalismo de informação que “procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado”. Isso significa que a captura e o processamento de dados convertem a vida diária num fluxo de dados digitais, promovendo, entre outros efeitos, o que Nick Couldry e Ulises Mejías (2019) vão denominar *colonialismo de dados*, pro-



1 Antropóloga, ciberativista, docente adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), campus São Francisco do Conde/BA.



cesso de extração de dados para a mercantilização que normaliza a exploração dos seres humanos por meio dos dados. No Brasil, outro fenômeno que intensifica o processo de precarização da cidadania é a ascensão da extrema direita, que estimula o ódio e a violência contra as populações subalternizadas.

Num contexto de imersão tecnológica digital, em que somos atravessadas por tecnologias como a internet, e de ataque intensivo a direitos duramente conquistados, como a comunicação em rede altera a forma como nos relacionamos, nos organizamos e agimos politicamente, ao reivindicarmos direitos, incluindo o próprio direito à comunicação e informação? Neste artigo, após apresentar as principais narrativas sobre a emergência do Feminismo Negro no Brasil, discuto algumas implicações de um contexto marcado pela produção e consumo de tecnologias digitais para esse tipo de ativismo e os desafios que se apresentam a nós no contexto da cibercultura (LEMOS, 2013; LÉVY, 1999, 2013).

Principais narrativas de surgimento e diversidade de experiências feministas negras no Brasil

No Brasil, predominam duas narrativas sobre a emergência do Feminismo Negro: uma, defende que seu surgimento está atrelado às críticas de mulheres negras à desigualdade de gênero no seio do movimento negro e à desigualdade racial no movimento feminista das décadas de 1970-1980 (LEMOS, 1997); outra, que defende que a identidade política mulher negra é anterior aos conflitos entre mulheres e homens negros no movimento negro e entre mulheres brancas e negras no movimento feminista (SILVA, 2014).

Devido à complexidade do sistema patriarcal racista-sexista-heteronormativo brasileiro e à diversidade de subjetividades e experiências femininas negras, considero a segunda narrativa mais apropriada, pois nos permite compreender como, sempre que nos deparamos com contextos opressivos, nós, mulheres

negras, nos levantamos e criamos estratégias coletivas de luta. Não podemos esquecer que a primeira organização formal autônoma de mulheres negras, o Conselho Nacional da Mulher Negra, fundado em 18 de maio de 1950, e dirigido por Maria de Lurdes Nascimento, foi um dos desdobramentos das ações realizadas no Departamento Feminino do *Teatro Experimental do Negro*. O conselho era formado por mulheres negras vinculadas à cultura, às artes e à política. Apesar de reconhecer a importância de experiências de ativismo forjadas em outros lugares da diáspora, e até mesmo do continente africano, é importante levarmos em conta em quais espaços produzimos nossas próprias experiências e de que modo os territórios que habitamos e suas contradições influenciam nesse processo sem, no entanto, desconsiderarmos as convergências que marcam as nossas experiências como grupo sobre o qual incidem formas específicas de opressão, tal como alertado por Patricia Hill Collins (2012).

Originária de uma comunidade quilombola do Recôncavo baiano², percebo diferenças no modo como a opressão é percebida, e nas estratégias de luta forjadas por nós, mulheres negras dos territórios quilombolas rurais e aquelas que vivem em contextos urbanos, inclusive quilombolas. A compreensão da importância da valorização das experiências comunitárias é algo que marca nossas existências nesses territórios, estejamos ou não vivendo neles. Apesar de não explorar tal particularidade neste artigo, é importante que estejamos cientes dessa diferença, a fim de que possamos dimensionar o que ela implica, e eliminar o estranhamento provocado pelo relacionamento das mulheres negras de povos tradicionais com as tecnologias e, contemporaneamente, com as tecnologias de base eletrônica.



2 Nasci em Salvador/BA, no bairro do Cabula, antigo quilombo baiano. Toda minha linhagem materna conhecida é originária da comunidade quilombola de Santiago do Iguape, localizada em Cachoeira/BA.

Feminismo Negro na cibercultura

Um dos desafios contemporâneos ao ativismo feminista negro é a visibilização e o estímulo à participação de mulheres negras no campo tecnológico, bem como o diálogo com as experiências de apropriação tecnológica que vêm sendo feitas por nós no sentido de rompermos com a brecha digital de gênero (NATANSOHN, 2013) e com o racismo. Se a brecha digital de gênero pode ser entendida como a manifestação do fenômeno estrutural de expulsão das mulheres da ciência, o racismo produz a ideia de que sequer podemos ser concebidas como cientistas, participantes de espaços socialmente reconhecidos como centros de produção de conhecimento, a exemplo das universidades.

Precisamos ir além do entendimento da tecnologia como algo que está restrito aos “conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (KENSKI, 2013, p. 24), e compreender que produção de conhecimentos tecnológicos é anterior à emergência da ciência. Se seguirmos o raciocínio de Álvaro Pinto (2005), que concebe como tecnológica “toda e qualquer época da história, desde que o homem se constituiu em ser capaz de elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam” (PINTO, *op. cit.*, p. 63), deduziremos que a própria ciência emerge e marca uma determinada era tecnológica.

Além de ser importante preservar tecnologias ancestrais, como os processos de decisão coletivos e a atenção e valorização daquelas/es que nos antecederam, também é importante agirmos no sentido de incorporar as formas de comunicar da juventude negra mediadas pelas tecnologias digitais, marcadas pela criatividade e pelo maior alcance de público, especialmente por parte das chamadas *influenciadoras digitais* (LIMA, 2019), ao mesmo tempo em que preservamos nossos saberes ancestrais, tecnologias de *reexistência* (SOUZA, 2011) que reforçam a importância da formação de estratégias coletivas de luta.



Um movimento interessante, protagonizado por pesquisadores/as negros/as (CUNHA JÚNIOR, 2005, 2010; MACHADO, 2014; PINHEIRO, 2021), tem sido feito no sentido de reconstruir a história da tecnologia, visibilizando o protagonismo africano em áreas como medicina, astronomia, engenharia, metalurgia e outras. Com isso, um passo importante é dado no sentido de combater o *epistemicídio* (SANTOS, 2005) e as *pilhagens epistemológicas*³ que o acompanham (FREITAS, 2016).

Falta a esses trabalhos, no entanto, uma perspectiva de gênero, que nos mostra que a tecnologia é uma das principais formas de expressão do gênero e que habilidades técnicas e domínios de expertise são divididos entre os gêneros e internamente a eles (BRAY, 2007). O fato de que pesquisadores homens foram os pioneiros nos estudos sobre africanos e tecnologia no Brasil é um indicativo dessa divisão.

No Brasil, se a barreira do acesso às tecnologias digitais vem diminuindo com o passar dos anos⁴, a participação de mulheres na gestão das políticas públicas na área de ciência e tecnologia ainda é exageradamente desproporcional. Em 2020, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, órgão de referência para a formulação de políticas públicas na área, do total de 98 profissionais de primeiro e segundo escalões (ministro, secretário, subsecretário, chefe de gabinete, diretor, coordenador e assessor), apenas 33% são mulheres – nenhuma negra (BRASIL,



3 Segundo José Henrique Freitas (FREITAS, 2016, p. 39), pilhagem epistemológica é a “subtração ou apropriação de elementos constitutivos dos saberes subalternos (aqueles que constituem as cosmogonias indígenas, africanas, negro-brasileiras ou as tecnologias sociais e linguísticas dos pobres) sem qualquer agenciamento e muitas vezes mesmo referência dessas gnoses”.

4 Segundo o ITU World Communication, agência da ONU voltada às tecnologias de informação e comunicação, o consumo de internet passou de 16,8% da população mundial, em 2003, para 53,6%, em 2019. As desigualdades regionais também se refletem na distribuição do público consumidor: em países em desenvolvimento, como o Brasil, 47% da população acessavam a internet em 2019, enquanto nos países desenvolvidos este índice perfaz 86,6% da população. O Brasil faz parte do pouco mais de ¼ dos países que têm equidade de gênero no acesso à internet.

2020). Mesmo num contexto político de maior abertura à participação de minorias políticas no poder público, anterior à ascensão da extrema direita e de suas políticas restritivas, em 2015, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES identificou apenas 5,5% de mulheres negras como bolsistas na área de Exatas.

Em 2017, quando ministrei aulas no Curso Internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas” com as professoras e ativistas Angela Davis, Ângela Figueiredo, Gina Dent e Ochy Curiel, em Cachoeira, na Bahia, fiz um levantamento em que identifiquei um crescimento significativo do número de teses e dissertações sobre mulheres negras no Brasil: de apenas 2 (duas), em 1995, para 83 (oitenta e três), em 2016. Das 476 teses e dissertações produzidas no período, apenas 9,2% eram declaradamente fundamentadas nos pressupostos teóricos do Feminismo Negro. Diante do número de mulheres negras que atualmente se afirmam feministas negras na universidade, suponho que esse número de estudos, ainda pequeno em comparação ao total de estudos sobre mulheres negras, tende a crescer. No que se refere às teses e dissertações sobre tecnologias numa perspectiva feminista negra, podemos observar um avanço, desde 2009, quando foi defendida a primeira dissertação sobre gênero, raça e tecnologias digitais⁵, até 2017, quando já tinham sido defendidos 9 (nove) trabalhos nessa área temática (BRASIL, 2018).

Por meio das pesquisas “Afro-brasileiras e africanas, desafiando a brecha digital”, financiada pelo CNPq, e “Participação de mulheres afro-brasileiras e africanas no processo de produção e pesquisa sobre tecnologias digitais”, financiada pela FAPESB, realizadas em 2019-2020, na Universidade da Integra-



5 DIAS, Sonia Maria Barbosa. O papel da internet para as redes de organizações não- governamentais: o caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.



ção da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), coordenadas por mim, pudemos constatar como a participação de mulheres negras na área de pesquisa sobre tecnologias digitais nos cursos de Comunicação, Ciência da Computação, Pedagogia e Ciências Sociais, ainda é incipiente; enquanto as pesquisadoras brancas representam 90,4% do contingente de mulheres que atuam na área, as pesquisadoras negras representam apenas 9,6%. Nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), encontramos dificuldades na condução da pesquisa devido à falta de informações nos sites institucionais. O fato de ainda não estarem estruturados, como no Brasil, restringiu nosso acesso a informações confiáveis.

Na educação em rede, a difusão de informações e produção de conhecimentos sobre mulheres negras e tecnologias ocorre não apenas em *territórios privativos no ciberespaço* (BARROS, 2017), o que aponta para uma perspectiva de democratização de conhecimento que não se limita a espaços cujo acesso é restrito a determinados grupos portadores de credenciais específicas, como nos cursos online.

O ativismo digital de mulheres negras no Brasil, que envolve ações de denúncia, mobilização, participação cidadã e educação, visando a transformação social, surgiu como um desdobramento do ativismo que ocorria em organizações que já atuavam em prol do reconhecimento dos direitos de homens e mulheres negros, sendo os blogs, as campanhas com *hashtags* e as redes sociais alguns dos principais meios utilizados para a difusão de informações relacionadas à condição e à atuação política de mulheres negras. Os grupos abertos em redes sociais têm se proliferado e ensejado o debate público sobre os mais variados temas que nos dizem respeito, assim também nos expõem à violência como alvos preferenciais de ataques virtuais.

Os insultos, a intimidação, a desqualificação pública e a pornografia de vingança são algumas das violências sofridas por nós no ciberespaço. Os ciberaques são caracterizados pelo fechamento dos canais

de comunicação e expressão de indivíduos ou grupos feministas, com a exclusão de perfis, restrições de uso, etc. e, num quadro de *guerra de informação*⁶, pela divulgação em massa de notícias falsas, as chamadas *fakenews*, com o intuito de confundir, desacreditar e desarticular.

Antes dos blogs, as listas de discussão por e-mail tiveram um papel fundamental na articulação das feministas negras, por meio do compartilhamento de textos, da divulgação de eventos e da troca de ideias. A lista “mulheresnegras”, foi criada em 2000, no Yahoo, no contexto de preparação para a Conferência de Durban, com quase 500 participantes. Em dezembro de 2008, criei um dos primeiros blogs feministas negros, o *Casos e Coisas do Gênero*⁷, que mais tarde contou com o *Blogueiras Negras*⁸, em 2012, com maior alcance.

O portal Geledés⁹, criado pelo Instituto Geledés, no final da década de 1990, trouxe para o ciberespaço informações que reforçam a luta por direitos da população negra. A partir do webinar “Mulheres Negras e Ciberativismo”, em 2017, realizado pela ONG Criola¹⁰ com o objetivo de fomentar a construção de uma rede nacional de mulheres negras ciberativistas em defesa da vida e dos direitos das mulheres negras e pensar estratégias sobre o uso de ferramentas online para o fortalecimento de ações em defesa dos direitos humanos das mulheres negras, foi criada a *Rede Nacional de Ciberativistas Negras em Defesa das Mulheres Negras*¹¹, que atua em defesa dos direitos das mulheres negras, buscando desencadear ações rápidas, por meio



6 Segundo Malini & Antoun (2013, p. 156), esta guerra é caracterizada pelo “uso da informação para confundir, decepcionar, desorientar, desestabilizar e desbaratar uma população ou um exército adversário marca a transformação radical da informação usada como arma de guerra (Kopp, 2000)”.

7 Blog Casos e Coisas do Gênero: <http://www.casosecoisasdogenero.blogspot.com>

8 Blogueiras Negras: <http://www.blogueirasnegras.org>

9 Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br>

10 Criola: <http://criola.org.br>

11 Esta iniciativa foi promovida por Criola, em parceria com Oxfam Brasil, como parte do projeto “Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e sexismo”.

do ciberativismo, bem como potencializar estratégias de comunicação desenvolvidas por mulheres negras que contestem narrativas racistas e sexistas.

O *Julho das Pretas*, iniciativa criada na Bahia pelo Odara – Instituto da Mulher Negra¹², em 2013, vem realizando uma campanha intensiva nas redes sociais, desde 2017, o que tem contribuído significativamente para mobilizar mulheres negras em todo o estado. A Olabi, organização social criada, em 2014, e que trabalha para democratizar a produção de tecnologia, construiu o *PretaLab*¹³, um mapeamento das mulheres negras que atuam na ciência e tecnologia no Brasil, em 2018. Nele, podemos constatar as brechas racial e de gênero na área tecnológica, composta majoritariamente por homens, brancos, jovens de classes socioeconômicas média e alta que começaram a sua trajetória nos centros formais de ensino. Em que pese a importância da iniciativa do Olabi, precisamos estimular a criação de mais iniciativas que nos permitam conhecer não somente o número de usuárias e onde atuam, como também de que forma mulheres negras consomem tecnologias.

Como feministas, nos interessam, particularmente, as formas como nós, mulheres negras, concebemos, produzimos e utilizamos tecnologias, apesar das barreiras que nos são interpostas e como, mais recentemente, desafiamos a brecha digital de gênero e racial, participando do campo de pesquisa sobre tecnologias digitais¹⁴, visando construir os subsídios que nos preparem para construirmos a sociedade que desejamos e na qual merecemos viver, livres de quaisquer tipos de opressão.



12 Instituto Odara: <https://institutoodara.org.br>

13 Pretalab: <https://www.pretalab.com>

14 Vide o site <https://docentesnegraresetecnologias.blogspot.com>, onde apresento os resultados das pesquisas “Afro-brasileiras e africanas, desafiando a brecha digital”, financiada pelo CNPq, e “Participação de mulheres afro-brasileiras e africanas no processo de produção e pesquisa sobre tecnologias digitais”, financiada pela FAPESB, realizadas em 2019-2020, na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), coordenadas por mim.

Para que possamos construir um novo mundo, onde diversos mundos possam coexistir de modo sustentável, precisaremos fortalecer as iniciativas existentes e criar espaços autônomos e seguros para transformarmos as informações que produzimos nos espaços virtuais em conhecimentos com potencial transformador das relações marcadas pela vigilância e controle característicos das sociedades capitalistas contemporâneas.



REFERÊNCIAS:

BARROS, Zelinda. “Democratizar a educação em territórios privativos no ciberespaço?”. In: SANTIAGO, Ana Rita et. ali (Org.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas, Ed. UFRB, 2017. p. 283-300.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Banco de Teses e Dissertações**, 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Levantamento elaborado a partir de informações do site do MCTI**, outubro 2020. Disponível em <http://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/quemequem/index.html>

BRAY, Francesca. “Gender and Technology,” **Annual Reviews Anthropology**, 36: 37-53, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: TRUTH, Soujuner et. ali. **Feminismos negros – uma antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012, p. 99-134.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises A. Colonialismo de datos: re-pensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporaneo. *Virtualis*, 10 (18), 2019, p. 78- 97, ISSN 2007-2678.

CUNHA JR, Henrique A. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 166, março 2015. p. 104-111.

CUNHA JÚNIOR, Henrique A. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação e Produção, 2010. v. 10000. 60p.

FREITAS, Henrique. **O arco e a arché**: ensaios sobre Literatura e cultura. Salvador: Ogum’s Toques Negros, 2016.

ITU. **Measuring digital development Facts and figures – 2019**. Genebra: International Communication Union - ITU, 2019.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LEVY, Pierre. “O universal sem totalidade, essência da cibercultura”. In: LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 111-121.

LIMA, Dulcilei da Conceição. O Feminismo Negro na era dos ativismos digitais. **Conexão Política**, Teresina, v. 8, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2019.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias.. **Ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente**. 2ª ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberrativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. “Os gêneros da rede: ciberrfeminismos”. In: NATANSOHN, Graciela. (Org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 39-75.

NATANSOHN, Graciela. “Que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero?”. In: NATANSOHN, Graciela. (Org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 15-38.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021. v. 1. 73 p.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Descolonizando saberes: a lei 10639/2003 no ensino de ciências**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018. v. 1. 174 p.

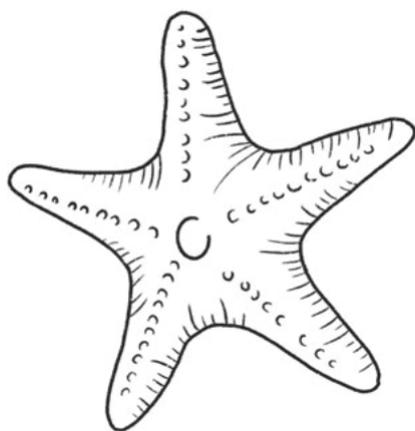
PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005. v. I

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1994.

SOUZA, Ana Lúcia. **Letramentos de Reexistência**. Poesia, Grafite, Música, Dança: Hip Hop. Editora Parábola, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação**. In: BRUNO, Fernanda (Org.). **Tecnopolíticas de vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-6





Tecnore resistências de mulheres negras

Larissa Santiago¹

Urgência II (Quilombo dos Palmares)

[1985]
Arcos e seteiras
Manifesto de ruídos
Profusos animais alados Segredos
arcaicos
Irrompem em revoadas evocativas
Qual urgência de alianças
Perplexidade tombada
Semivivos rastreando a luz
De corpos brilhantes e brilhantes...
Do reflexão de mourão
Saqueador navegante
“Razzias da Jaga-nação
Casa sagrada da propiciação
A tomada se faz na planície
Não no líquido primordial
Onde o plano original ?
A essência da força vital?”
N’ tu sou, muntu o outro
Brilhante de asas arrebatadas
Malungo todos untados
Pela seiva da procriação
Faça-se o plano da reação
Retinir sacrílego do metal
Informe ao amálgama terral
Tão possível na sabedoria ancestral
Irreconhecível no elo mortal
Correção imediata do equilíbrio
Reinvenção do sonho pressentido
Imune ao deus escondido:



1 Comunicadora social e coordenadora das Blogueiras Negras. Compõe a ARMAAD (Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora), a Rede de Ciberativistas Negras, a Rede de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista e também atua na Escola de Ativismo com Segurança da Informação e Cuidados Digitais.

*Mono-ara do sacrifício,
Mono-theo do sentido, incumbido
Da missão encapuzada do prazer
Negação do meu leito ao nascer
Mono-sumo do líquido etílico
Faça-se tu em forma visível
Repara a trajetória do ato
Incompatível com a origem do fato
De todos em um e em Si
Lição que dos meus aprendi
Verdade que cedo escolhi
Da argila Afra nasci
Quando eras fui eu quem o vi*

Beatriz Nascimento

É com esse poema de Beatriz **Nascimento**, em homenagem a Palmares, que abrimos a gira desta conversa. A Escola que leva seu nome convidou a mim para uma troca sobre tecnologia, cuidados y comunicação diante da emergência de um novo cenário pandêmico.

Diante desse cenário, o senso de emergência tem sido desenhado por alguns como uma novidade assustadora, como um caminho ao retrocesso, como um carro desenfreado indo ladeira abaixo de ré. Essa imagem não se parece com a que Beatriz **Nascimento** nos desenha, no qual o senso de urgência é terreno fértil para a nossa ação: a ação política das pessoas negras, das nossas invenções e reinvenções do mundo.

Nessa troca por/sobre esta conversa-texto, gostaríamos de convidar vocês a refletirem acerca da nossa capacidade de reinvenção, olhando para o nosso passado e percebendo o grau de *tecnoresistências* - conceito emprestado de autores brancos (Lysloff & Gay, 2003) - que nos serve aqui apenas para nomear as experiências e a construção desse caminho no diálogo. Segundo os autores, as *tecnoresistências* são caracterizadas por práticas de apropriação, evasão, subversão ou resistência à tecnologia. Sobre tecnologia, a entendemos como a soma de técnicas, habilidades e processos para um fim específico - criação de bens ou serviços - ou seja, um conhecimento de técnicas.

Salto histórico I

Desse ponto de vista, propomos um salto histórico, carregando conosco esses conceitos, mas olhando para a África antes, bem antes da colonização: África do Sul e Suazilândia; ali, estão os primeiros artefatos matemáticos, os que há mais de 35.000 anos antes da era comum (reparem, era comum antes da era de Cristo!) foram utilizados para a medição do tempo, o chamado **Oso de Lebombo**. Esse artefato, que lembra muito os bastões-calendário utilizados por algumas populações africanas na antiguidade, foi encontrado na década de 1970 (MACHADO E LORAS, 2017) e, nas palavras do professor de Etnomatemática Getúlio Silva, é considerado o mais antigo artefato matemático.

Ainda no campo da matemática, outra informação das milhares que temos, é que também a álgebra² tem origem no continente africano, sofrendo grande influência, especificamente, da África do Norte. Segundo o professor Getúlio Silva, interpretando Paulus Gerdes², a África do Norte desempenhou um papel muito importante na gênese da álgebra na cultura islâmica, e matemáticos norte-africanos do Egito (antigo Kemet) até ao Maghreb fizeram as suas contribuições, tais como Abu Kamil (m. 930) e Abu Bakr al-Hassan (século 12).

E, são os manuscritos de Maghreb, descobertos no século 12, que provam essa afirmação, já que o artefato nos mostra que já nesses escritos havia frações, representações matemáticas das partes de determinadas quantidades. Aqui, concluímos que, de fato, a matemática - a ciência do raciocínio lógico e abstrato - é africana.



² **Álgebra** é o ramo da matemática que estuda a manipulação formal de equações, operações matemáticas, polinômios e estruturas algébricas (wikipedia).

Salto Histórico II

O surgimento da escrita - apesar da pecha de que nós, afrodescendentes, temos uma tradição oral - também é nossa herança: a Professora Doutora Bárbara **Karine**, autora do livro “A História Preta das Coisas”, afirma exatamente isso, que *mesmo sendo considerados um povo da oralidade, fomos nós quem inventamos a escrita*. A escrita sistematizada, com signos e significados, símbolos e interpretações, surgiu por volta dos 35.000 anos antes de cristo, sendo a escrita cuneiforme dos sumérios e, ao seu lado, os hieróglifos do antigo Kemet. No seu livro, a Professora Bárbara **Karine** ainda assegura que, naquela sociedade, foram criadas duas formas de escrita - a que representa uma técnica mais simples, chamada **demótica**, e outra com uma prática ainda mais complexa, denominada **hieroglífica**.

Se considerarmos, então, que a linguagem é um sistema de símbolos, signos e significados, compondo um código que possibilita a comunicação, logo entendemos que é também na África que se origina a linguagem.

Tecnologia, um conhecimento ancestral

O que queremos propor aqui neste texto-conversa é o entendimento de que há uma origem africana nas coisas, como nos anuncia a professora Bárbara **Karine**.

Se a tecnologia digital que conhecemos hoje - aplicativos, softwares, inteligências artificiais - é basicamente pensamento matemático [código binário, lógica] e linguagem [método formado por um conjunto de regras sintáticas e semânticas], podemos, por associação, afirmar que a tecnologia digital é uma invenção preta. Unindo esses saltos históricos num encontro transatlântico, tal qual Beatriz **Nascimento** mapeia, podemos observar que a tecnologia sempre se fez presente na história das populações negras. Em Ori*, a escola de samba, o terreiro e o quilombo são provas vivas do uso inteligente de uma tecnologia ne-

gra no seu conceito mais amplo! Elementos de linguagem, aparatos culturais e sistemas de significação dos mais sofisticados.

Presente na vida das mulheres negras desde a invenção da sacola (WERNECK, 2019)**, a intimidade com aparatos tecnológicos sempre aparece quando perguntamos nas oficinas de cuidados digitais “Qual foi o seu primeiro contato com tecnologia?”. Máquinas de escrever e de costurar, geladeiras, mamadeiras e tantas outras coisas são citadas sem nenhum constrangimento, numa demonstração de que sim, a tecnologia é um conhecimento ancestral.

E rememorar essa prática, entendendo os porquês de um sistemático afastamento das pessoas negras do fazer tecnológico, é nos reapropriar de um lugar que sempre foi nosso; é nos reconhecer inventores e reinventores de tantas coisas quanto podem ser listadas.

Racismo, vigilância y algoritmo

Não podemos passar por este texto-diálogo sem entender quanto nos custa o preço do sequestro, do roubo e da destruição de nossas memórias. Impossível não narrá-las, pois nossa vida é marcada para além do nosso passado glorioso e das nossas vitórias no presente.

O racismo, implacável em nos intoxicar, é também um sistema complexo e, por isso - defendem algumas autoras -, é também uma tecnologia. Segundo Ruha Benjamin, em *Race After Technology* (Raça Depois da Tecnologia), traduzida por Tarcízio Silva:

Se considerarmos raça em si como tecnologia, como um modo de ordenar, organizar e desenhar uma estrutura social assim como a compreensão sobre a durabilidade da raça, sua consistência e adaptabilidade, nós poderemos entender mais claramente a arquitetura literal de poder. (BENJAMIN, 2019, s/p)



Isso posto, nós não podemos fechar os olhos para o que significa ter nossos corpos, desde sempre, subordinados às experiências mais avançadas quando se trata de desenvolver, testar e implementar os diferentes artefatos de tecnologia para nos vigiar. É nos monitorando que as estruturas de poder nos mantêm segregados, presos, oprimidos, condenados e divididos.

A Bahia e Pernambuco, por exemplo, têm sido os estados em que os governos estão, nesse momento, desenvolvendo, testando e implementando aplicativos de rastreamento de celular, apresentando-os como a solução preditiva da violência. As secretarias de segurança desses estados estão promovendo tais tecnologias com a desculpa de que os celulares podem ser encontrados em caso de roubo, basta que os cidadãos forneçam às suas centrais de polícia o número de IMEI³.

O que tem acontecido, na prática, é que o projeto tem sido usado para constranger, oprimir e obrigar militantes, pessoas negras e outros corpos dissidentes a entregarem seus números de IMEI de maneira compulsória, fornecendo ao banco de dados das Secretarias de Segurança Pública uma quantidade significativa de celulares já politicamente rastreáveis.

Estamos falando de 2021, mas se voltarmos ao passado, perceberemos outras ferramentas tecnológicas com o intuito de vigiar corpos marginalizados: a senzala, a marcação dos corpos, as decapitações. O racismo consegue, assim como a tecnologia, se adaptar à realidade e beneficiar uns ou outros, de acordo com a sua intencionalidade e seus “inputs”.

O algoritmo, que é um conjunto de regras que mostram o passo a passo para a execução de uma tarefa, está, assim como a linguagem, também permeado



³ IMEI é um código numérico **único e global** que identifica celulares internacionalmente. Esse código equivale, por exemplo, ao número de chassi de um carro.

por racismos. Essa sequência lógica, finita e definida de instruções, é construída por desenvolvedores que, em sua grande maioria, não aprenderam o quão pode ser racista, por exemplo, elencar imagens de mulheres brancas num buscador quando nós pesquisamos pelo termo “mulheres bonitas”.

Como grande parte do que conhecemos hoje por tecnologia digital é desenvolvida através de algoritmos, é possível afirmar que o racismo algorítmico - como uma nova classificação para o racismo - repete velhos mecanismos de opressão (penso mulher bonita, logo existo mulher branca), garantindo a perpetuação de poder e privilégio.

O desafio desta conversa-texto é nos perguntar: e o que nós, as mulheres negras, vamos fazer com isso?

Tecnoresistências de mulheres negras

Continuaremos tomando emprestado este conceito branco para nomear as nossas experiências no mundo. Tecnoresistências tem a ver com a compreensão de Paola Ricuarte **Quijano** (2019) com o que ela chama de *resistência algorítmica*, assegurando:

“apesar da realidade, as comunidades impõem suas estratégias de ação, de resistência em diferentes níveis”
Quijano

Como comunidade, como grupo, nós temos experimentado, até aqui, uma vida de inventividade y tecnologia para a resistência. Além do Quilombismo - teórica e praticamente - dentre tantas outras invenções nossas, podemos enumerar centenas de iniciativas, pensamentos-ação e projetos que são a expressão da tecnoresistência das mulheres negras.

Trinta anos depois do primeiro encontro de

mulheres negras em Bertioga, marchamos em 2015. Essa experiência, motivo de tantas conquistas (desde novos modelos epistemológicos dentro da academia até o surgimento e fortalecimento de grupos, coletivos e organizações de mulheres negras no Brasil), pode ser lida como a nossa *tecnoreistência* da década.

À luz do pensamento inovador e propositivo de Beatriz Nascimento, já nos anos 1970, pudemos apontar iniciativas como Preta Acadêmica, Coletivo Filhas do Vento, Articulação de Negras Jovens Feministas, InfoPreta, Rede de Ciberativistas Negras, Conexão Malunga, Ogunhê Podcast, Rede de Mulheres Negras do Nordeste e tantas outras invenções on e offline.

Iniciativas essas que valorizam a comunicação e a tecnologia e as percebem como parte fundamental para a memória de mulheres negras. São essas e outras tantas o retrato fiel da *Tecnoreistência* das Mulheres Negras, que, em meio a tanto racismo e sexismo, conseguem ser propositivas, projetar e pensar futuros, sem esquecer o passado.

Tecnoreistências que são resultado dos elementos transatlânticos, reconhecidos, rememorados, reificados e revividos. Em todas e cada uma dessas e das milhares de experiências, a certeza de que o conceito amplo de tecnologia, o conhecimento dos meios e métodos de comunicação, a invenção de programas e aplicativos, a produção de conteúdo estão no Orí da nossa história. De um jeito ou de outro, mais ou menos “tecnológico” aos olhos deles, nós somos as que - na urgência - sabemos agir, conseguimos criar saídas a cenários de morte e, juntas, de maneira micro, criamos todos os dias, Palmares de novo.

E com esse espírito, fechamos a gira da Escola Beatriz Nascimento, rememorando:

“Luiza Mahin
Chefa de negro livres
E a preta Zeferina
Exemplo de Heroína
Aqulture de Palmares

*Soberana quilombola
E Felipa do Pará
Negra Ginga de Angola
África liberta em tuas trincheiras
Quantas anônimas guerreiras brasileiras”*

*Vozes mulheres negras cantam no I Encontro
Nacional de Mulheres Negras*



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Bia; TRESKA, Laura; LAUSCHNER, Tanara (org.) TIC, Governança da Internet e Gênero: tendências e desafios. CGI.br, 2021. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/4/20210422084146/ColetaneadeArtigos_TIC_GovernancadaInternet_Genero_digital_CGIbr.pdf Acesso em 10 out 2021.

BARBOSA, Manuel Augusto P.; SAMPAIO, Michele Oliveira (org). Diálogos sobre Ensino e a Educação Básica. 2017.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Ori é o nome da história. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/25webnegras-ori-e-o-novo-nome-da-historia/>

CABRAL, Claudiana Aparecida B. Narrativas codificadas: as histórias que as mulheres negras atuantes em ambientes de produção de tecnologia digital desejam contar. LAVITS, 2019. Disponível em: <https://feminisma.net/textos/0101%20CABRAL,%20Claudiana%20Aparecida%20Bezerra.%20Narrativas%20codificadas.pdf> Acesso em: 10 out 2021.

CIDREIRA, Giovani. Nebulosa websérie - Ep3: Saúde de casa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_xo6nDBloks Acesso em 10 out 2021

CULTNE. Luiza Mahim - Guerreiras Brasileiras. I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XqvqH_vaM2g

GERDES, Paulus. Incorporar idéias matemáticas provenientes da África na educação matemática no Brasil. QUIPU. Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y las Tecnologías. 2012. V. 14, n.1, p. 93-108.

GUERRA DE MUNDOS. Tecnologias da extração, capitalismo cibernético, colonialismo digital. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U39H8nQfwOU> <https://laut.org.br/revoar/uma-resistencia-tecnologica/> Acesso em 10 out 2021.

LYSLOFF, René T. A.; GAY, Leslie. C. Music and Technoculture. 2003.

MEDIA LAB UFRJ. Tecnologia e política: pensar e fazer mundos a partir de suas falhas e ruínas. Disponível em: <https://>

fail.medialabufrj.net/_fail-sobre/ Acesso em: 10 out 2021.

ORI. Produção: Angra Filmes. Direção: Raquel Gerber. Texto: Beatriz Nascimento. Música: Naná Vasconcelos. SÃO PAULO, 1988. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PB-Qutmbrgakx63IUUD8qOgIM2wKVI4n/view>

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. História Preta das Coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras. 2021. Editora Livraria da Física.

POLITIZE-SE. Episódio 61. Disponível em: <https://quebra.dev/nucleo-de-tecnologia-do-mtst/> Acesso 10 out 2021

RATTS, Alex.; GOMES, Bethânia. (org.) Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Ed. Ogum's Toques Negros, 2015. Disponível em: <https://criola.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Alex-Ratts-Bethania-Gomes-Beatriz-Nascimento-2015-Todas-as-dista%C%82ncias.pdf>

RICUARTE, Paola; NATANSOHN, Graciela. Ciberfeminismos 3.0: Redes livres contra a Internet colonizada. Ricuarte, Paola. NATANSOHN, Graciela. XVI Enecult, 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Fm14oI431eQ>

SILVA, Tarcízio. Raça Depois da Tecnologia: ferramentas abolicionistas contra os novos racismos. 2019. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/raca-depois-da-tecnologia-ferramentas-abolicionistas-contra-os-novos-racismos/> Acesso em 10 out 2021.





Visando reparar o epistemicídio colonial contra o povo negro, o **Odara - Instituto da Mulher Negra**, por meio da **Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras - Beatriz Nascimento**, convidou mulheres negras ativistas, pensadoras e intelectuais para escreverem nossas histórias, experiências e saberes, sistematizados neste livro: **Narrativas Transatlânticas de Mulheres Negras**.



EDITORA
**DIÁLOGOS
INSUBMISSOS**

**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**
BRASIL E PARAGUAI



BEATRIZ NASCIMENTO:
ESCOLA DE ATIVISMO
E FORMAÇÃO POLÍTICA
PARA MULHERES NEGRAS



Odara
INSTITUTO DA MULHER NEGRA